

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

LUANNA CARVALHO MIRANDA TEIXEIRA

**A DOMINAÇÃO, A REIFICAÇÃO E AS NOVAS TECNOLOGIAS DE
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO:**
a experiência do governo brasileiro a partir do uso do aplicativo
Sinesp Cidadão de 2012

São Luís
2014

LUANNA CARVALHO MIRANDA TEIXEIRA

**A DOMINAÇÃO, A REIFICAÇÃO E AS NOVAS TECNOLOGIAS DE
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO:**

a experiência do governo brasileiro a partir do uso do aplicativo
Sinesp Cidadão de 2012

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão como requisito final para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Bezerra de Farias

São Luís
2014

LUANNA CARVALHO MIRANDA TEIXEIRA

**A DOMINAÇÃO, A REIFICAÇÃO E AS NOVAS TECNOLOGIAS DE
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO:**

a experiência do governo brasileiro a partir do uso do aplicativo
Sinesp Cidadão de 2012

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão como requisito final para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Flávio Bezerra de Farias (Orientador)

Prof^a. Dr^a Raimunda Nonata do Nascimento Santana

Prof. Dr. Ricardo Zimbrão Affonso de Paula

Para Conceição, minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, que sempre mostraram que não somos nada sem o conhecimento e os estudos.

À minha irmã e amiga, Juliana, por ser a minha maior fonte de inspiração, o meu maior orgulho e minha maior incentivadora na vida. Agradeço pela sua paciência, pelo seu companheirismo, pelos ensinamentos constantes e por ter me ajudado em todas as etapas para a consecução desse projeto que parecia distante demais para mim. Agradeço por ter me ensinado que sempre é possível desde que haja foco e persistência.

À amiga de todas horas, Andréa Lemos, que compartilhou comigo todas as aflições e angústias durante o mestrado, mas também os melhores momentos desses dois anos. Entre risos, divertimentos, passeios e estudos copiosos e diários na biblioteca, nasceu uma amizade e um companheirismo que ainda há de perdurar.

Aquelas que me motivaram quando nem eu mesma acreditava em mim. Agradeço à minha tia Telma Teixeira, por suas sábias palavras naqueles momentos mais drásticos. Agradeço à minha outra musa e prima, Mônica Carvalho, que diariamente me fez companhia e me fez esquecer das obrigações com conversas regadas a café. E agradeço à amiga Michelle Moraes, que mesmo de longe, esteve presente.

E à todos os companheiros de turma que contribuíram para essa conquista, direta ou indiretamente, em especial à Jean Carlos Nunes e Priscilla Costa.

“A metamorfose e a auto-metamorfose das coisas em bens materiais para o homem, natura naturans e supernaturans ao invés de natura dominata: é isto que busca o esboço de um mundo melhor, do ponto de vista da técnica concreta.”

(Ernst Bloch, 1982 [1959], p. 305)

RESUMO

Influência das mudanças tecnológicas, do surgimento das novas tecnologias de informação e comunicação e da popularização dos dispositivos móveis digitais nas relações entre Estado e sociedade. Analisa-se a utilização dessas novas tecnologias pelo governo do Brasil, a partir do seu crescimento e do seu uso sob o pretexto de buscar a aproximação do cidadão e governo. Entende-se que essa prestação de serviços públicos implementadas pela forma do Estado brasileiro por meio das NTIC, potencializam certas formas de reificação e de dominação sistêmica. Investigar como o governo brasileiro utiliza as NTIC, em especial o aplicativo Sinesp Cidadão, para difundir a ideologia dominante e estabelecer relações unilaterais mediadas pelas coisas. Estudo explicativo e qualitativo, fundamentado em uma metodologia genuinamente bibliográfica.

Palavras-chave: Dominação. Reificação. Novas Tecnologias de Informação e Comunicação. Sinesp Cidadão.

ABSTRACT

Influence of technological change, the emergence of new information technologies and communication and popularization of digital mobile devices in the relations between state and society. It analyzes the use of these new technologies by the government of Brazil, from its growth and its use under the pretext of seeking the approach of citizen and government. It is understood that this provision of public services implemented by way of the Brazilian state through the NTIC, potentiate certain forms of reification and systemic domination. To investigate how the Brazilian government uses the NICT, especially Sinesp Citizen application to spread the dominant ideology and establish unilateral relations mediated by things. Explanatory and qualitative study, based on a genuinely literature methodology.

Keywords: Domination. Reification. New Information and Communication Technologies. Sinesp Citizen.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

TABELA 1 – Silogismo do Estado Nacional	34
TABELA 2 – Desenvolvimento do e-gov na América do Sul	135
FIGURA 3 – Aplicativo Sinesp Cidadão	141

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO GERAL	11
PARTE I: A DOMINAÇÃO SISTÊMICA E A REIFICAÇÃO NAS FORMAS DE ESTADO CONTEMPORÂNEAS	33
2 DOMINAÇÃO SISTÊMICA E REIFICAÇÃO NO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL.....	41
2.1 A política econômica e social keynesiana	41
2.2 O pretenso sucesso do Estado de Bem-Estar Social.....	47
2.3 A derrocada do Estado de Bem-Estar Social e a ascensão do liberalismo econômico.....	55
3 DOMINAÇÃO SISTÊMICA E REIFICAÇÃO NO ESTADO PÓS-MODERNO	63
3.1 A globalização neoliberal e o Estado pós-moderno	64
3.2 Elementos da nova forma de dominação e a reificação na pós-modernidade	74
PARTE II: DOMINAÇÃO SISTÊMICA E REIFICAÇÃO NO ESTADO BRASILEIRO ATUAL	90
4 ESPECIFICIDADES DO SOCIAL LIBERALISMO LULISTA	91
4.1 Antecedentes históricos ao social liberalismo lulista	92
4.2 O social liberalismo de Lula a Dilma	106
5 A UTILIZAÇÃO DAS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PELO GOVERNO DILMA	113
5.1 A grande transformação tecnológica.....	115
5.2 Governo eletrônico: uma comunicação para dominar e reificar	128
5.2 Sinesp Cidadão em nome da cidadania e justiça: a parceria entre o governo federal brasileiro e os cidadãos-usuários	139
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	149

1 INTRODUÇÃO GERAL

A necessidade do ser humano de manter-se em contato com qualquer um, em qualquer lugar e em qualquer momento se tornou realidade por meio de inúmeras técnicas e tecnologias desenvolvidas ao longo da história da humanidade que tinham o objetivo de ampliar e facilitar esse caráter *mobile*.

Atualmente, a popularização dos dispositivos móveis digitais¹ e a facilidade de interação que estes acarretam, fez definitivamente com que a comunicação móvel ganhasse novos contornos e se tornasse um campo de estudo promissor e relativamente novo. Estes dispositivos se tornaram responsáveis por mudanças no nosso comportamento, na nossa comunicação e até mesmo na nossa forma de pensar e agir, sendo assim, considerados como uma extensão do homem e em últimos e extremos casos, um artigo de necessidade básica.

Utilizar a voz e ultrapassar as barreiras geográficas foi o primeiro passo para o início da comunicação móvel. Hoje, essas são apenas mais uma das funções que fazem parte de telefones celulares, *smartphones* e tantos outros aparatos tecnológicos que incorporaram uma gama de outras possibilidades.

Com base nisto e sabendo do espaço que estes dispositivos vêm ocupando na vida das pessoas no século XXI, tal estudo parte de uma discussão teórica acerca dos processos de reificação e de dominação sistêmica, em que na sociedade contemporânea, o Estado assume o papel de garantidor dos interesses do mercado, de uma maneira determinada pelas classes dominantes, em detrimento da satisfação das exigências da vida dos cidadãos.

Para tanto, como cerne da questão aqui delineada e como uma forma de articular teoria e prática, pretende-se investigar como o governo brasileiro utiliza as novas tecnologias de informação e comunicação, em especial tais dispositivos móveis, para impor a dominação sistêmica e para difundir a ideologia dominante por meio de certas formas de reificação.

É relevante destacar ainda, que a realização do projeto acerca do tema escolhido resultou, essencialmente, da busca pela ampliação e aprofundamento do

¹ Dispositivos móveis digitais são aqueles “que permitem ao usuário o acesso à informação, em mobilidade, e sem a necessidade de cabos e fios de qualquer natureza” (CHAMUSCA, 2010, p. 50).

estudo monográfico feito na graduação de comunicação social, que no âmbito do domínio da comunicação móvel digital fez uma análise do potencial dos dispositivos móveis digitais como aliados nas estratégias de relações públicas. Agora, no mestrado, diante a área de concentração “Estado, Cultura e Políticas Públicas”, a proposta é aprofundar o entendimento da matéria a partir de uma nova perspectiva teórica e prática que seja capaz de articular essas categorias analíticas de estudo.

Já nos anos 1944, Karl Polanyi (2000) evidenciou as profundas mudanças pelas quais a sociedade passava a partir dos anos 1920. Atualmente, pode-se falar de uma “grande transformação” social e histórica, em que as tecnologias digitais assumiram inegável importância. Cada vez mais presente na vida social e pessoal dos indivíduos, as constantes e significativas mudanças tecnológicas geraram profundos impactos não só nos modos de produção mas também no comportamento, na cultura e na maneira como interagimos com o mundo.

Nesse contexto, após o início da informatização da sociedade na década de 1970 e da popularização da internet nos anos 1980-1990, as novas tecnologias de informação e comunicação se efetivaram como um meio que articula inúmeras oportunidades e potencialidades ao modificar as formas de organização humana e ao possibilitar um intenso processo de desconstrução e construção de novas formas. É a expansão das NTIC e, conseqüentemente, de seus recursos interativos que deu origem a uma nova forma de sociedade “constituída por redes em todas as dimensões fundamentais da organização e da prática social” (CASTELLS, 2011, p. 36).

Na passagem da revolução industrial para essa revolução informacional acenada no final do século XX, admite-se a proposição de Ramos (2002, p. 35) ao ressaltar que

Com a revolução informacional, profundas modificações passam a ocorrer no processo de produção da riqueza social, e mudanças substantivas podem ser observadas em todos os ciclos do processo ampliado de produção do capital, principalmente em decorrência das inovações tecnológicas e eletrônicas, acompanhadas da expansão das redes telecomunicacionais.

Na era da globalização e para além do fordismo, da análise do capitalismo contemporâneo, pode-se afirmar conforme Chesnais et al. (2003) que estamos diante de uma nova fase do capitalismo, cujo os principais aspectos ainda conforme estes autores são as inovações cognitivas e patrimoniais.

Com esse entendimento, para um grupo de teóricos da sociedade pós-industrial, o advento desse novo capitalismo redonda na chegada do capitalismo do futuro ou do capitalismo cognitivo (FARIAS, 2003a, p. 143), em que assumem papel de destaque as ditas tecnologias de informação e de comunicação – as TICs, ou ainda das Novas Tecnologias de Informação e de Comunicação – NTIC (AZAÏS; CORSANI; DIEUAIDE; 2001), e conseqüentemente, de um novo tipo de trabalho, o imaterial.

Em linhas gerais,

Como modelo econômico geral, o capitalismo cognitivo é um novo regime de crescimento que se manifesta atualmente para resolver uma crise originária do papel particular assumido pelo trabalho imaterial na era pós-moderna (Ibid., p. 146).

De fato, na era da mundialização, e segundo a corrente teórica centrada na defesa da utilização das NTIC, para além do predomínio do capitalismo financeiro (CHESNAIS, 2003), “a dinâmica de transformação econômica e social da sociedade está baseada na exploração sistemática do conhecimento, [sobretudo] das informações novas” (FARIAS, 2003a, p. 145).

Levando em consideração o potencial infocomunicacional dos dispositivos móveis digitais, soma-se a isto o fato de que dentre todas as tecnologias da comunicação que foram criadas e aprimoradas ao longo dos anos, as redes de comunicação sem fio foram as que mais se difundiram no mundo e com uma velocidade até então nunca vista. Como concluiu Castells (2011, p. 21), “uma revolução tecnológica concentrada nas tecnologias de informação está remodelando a base material da sociedade em ritmo acelerado”.

É nesse contexto que a comunicação móvel ganha relevância no século XXI por meio da popularização dos dispositivos que tornaram possível a mobilidade, a facilidade no acesso de informações e também da interação, responsáveis por

mudanças no comportamento da sociedade, na comunicação e até mesmo na forma de pensar. Hoje, a difusão dos aspectos positivos que a mobilidade garante, transformou os dispositivos móveis em uma das plataformas mais dominantes e promissoras no mundo todo, ao penetrar em diferentes culturas e classes sociais.

Somos hoje nômades digitais possibilitados e impulsionados por milhares de anos de desenvolvimento de tecnologias de mobilidade, comunicação e informação. O futuro é *mobile* porque a natureza humana é *mobile* e as tecnologias digitais não apenas estão eliminando todas as restrições que nos impedem de exercitar a nossa mobilidade instintiva, mas também estão alavancando-as (GABRIEL, 2010, p. 159).

Destarte, as inovações tecnológicas possibilitadas pelo avanço dos novos e cada vez mais potentes telefones celulares e tantos outros aparatos tecnológicos foram capazes de encurtar a distância efetiva entre as pessoas, aproximando-as e dando a impressão de que vivemos em uma grande aldeia marcada por novos e mais modernos processos de comunicação. A consolidação das NTIC trouxe significativos impactos tanto para as interações privadas como para as atividades do mercado globalizado que já não encontra barreira nas fronteiras geograficamente definidas.

A título de exemplo, toma-se a ponderação de Schmidt e Cohen (2013, p. 22) segundo a qual “os celulares estão transformando o modo como as pessoas de países em desenvolvimento acessam e usam a informação, e as taxas de adesão não param de subir”. No Brasil esse fenômeno já atinge uma grande parcela da população, como demonstra os dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) que aponta que em setembro de 2014, o país obteve 278,4 milhões de celulares e teledensidade de 137,14 acessos para cada 100 habitantes, o que representa maior número de celulares do que de pessoas.

Dessa forma, o uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação, para além das mudanças na dinâmica da economia mundial, também proporcionou transformações no campo político quanto ao investimento de políticas de comunicação voltadas ao meio digital. Baseado em um princípio que considera essencial a troca e a partilha de informações de utilidade pública, Matos (2009, p. 102-103) afirma que o desenvolvimento dessa comunicação pública é responsável por envolver “o cidadão de maneira diversa, participativa, estabelecendo um fluxo de

relações comunicativas entre Estado e sociedade”, sendo ligado aos papéis de regulação, de proteção ou de antecipação do serviço público.

As NTIC se revelaram então como verdadeiras potências políticas ao assumirem papel crucial no modo como o Estado cumpre suas principais funções. Essa redefinição no modelo de relacionamento Estado-sociedade se deu pelo surgimento de uma nova forma de exercício da política governamental por meio da busca pela informatização de serviços públicos e da utilização de tais recursos em função da otimização do processo democrático que condiciona de alguma maneira a forma como concebem e implementam as políticas públicas.

Porém, a aplicação das NTIC pelo Estado não se dá de forma desinteressada e com intuito de melhorar a prestação de serviços públicos para a população, mas sim se tornaram responsáveis pela transmissão e inculcação da ideologia dominante, gerando duas tendências opostas, “uma social e economicamente includente e outra social e economicamente excludente”, uma vez que a utilização das “tecnologias não são neutras, mas podem ser reconfiguradas para gerar mais concentração ou mais dispersão de riqueza e poder” (SILVEIRA, 2004, p. 97).

É visível que o avanço dessa tecnologia agregou inúmeros pontos positivos para a vida cotidiana ao impulsionar um novo estilo de vida, a vida móvel. Contudo, esses mesmos dispositivos móveis também se tornaram um ícone da sociedade imediatista e consumista, que prioriza o contato “virtual”, fazendo com que, no reino das “coisas”, as relações sociais fiquem restritas e deixem de ser obrigatórios.

Portanto, acredita-se que seja justamente esse novo tipo de comportamento e essa forma de se relacionar baseada no uso das tecnologias móveis que garantem espaço para a dominação sistêmica, se se toma a perspectiva comunicacional de Habermas (1987), em que o mundo da vida é colonizado internamente pelo sistema, ora representado pelo Estado e pelas empresas privadas, ou para a reificação das relações sociais, seguindo o raciocínio lukácsiano e a interpretação ampliada desta por Goldmann (1979; 1984).

Dessa forma, o objetivo é investigar como o governo brasileiro utiliza as NTIC, em especial os dispositivos móveis, para impor a colonização interna e

difundir a ideologia dominante por meio de certas formas de reificação. Para isso, é relevante apreender as características da dominação sistêmica e da reificação nas formas de Estado de Bem-Estar Social e pós-moderno, investigar como o governo brasileiro utiliza as NTIC tanto para a prestação de serviços públicos quanto para servir como meio de relacionamento com o cidadão, além de analisar como se dá o processo de reificação e de dominação sistêmica nas estratégias empregadas pelo governo brasileiro.

Logo, o desenvolvimento da pesquisa deverá trabalhar com a categoria da reificação sob a ótica de Lukács e de Goldmann. Neste sentido, a escolha de Lukács (2003) se dá pelo fato deste fazer uma ampla reflexão sobre a constituição da realidade social determinada pelos processos de reificação da sociedade capitalista. Já Goldmann (1971; 1973; 1979; 1984), apresenta no decorrer de várias de suas obras, uma síntese de suas ideias sobre reificação e a partir de uma análise dos principais teóricos da área faz uma relação com a cultura.

Outra categoria também relevante para o estudo é a da colonização interna do mundo vital pelo sistema, baseada essencialmente na literatura de Jürgen Habermas (1987; 1988; 1990; 1994; 2000; 2009), que partindo de influência eclética de Weber (1996), Parsons (1974), Kant e Marx, formula sua teoria acerca da racionalização do sistema e do seu movimento em direção à colonização. Destaca-se ainda, a contribuição de Farias (2001a) à crítica das antinomias habermasianas.

Por fim, levando em consideração que na realidade contemporânea o Estado está relacionado a um tipo de realidade em que a utilização das NTIC ganha papel de destaque quando inserida em uma conjuntura marcada por um novo regime de acumulação e de crescimento, também é fundamental uma análise sobre as novas tecnologias de informação e comunicação.

Esta categoria está aqui relacionada aos aspectos que tangem a questão do uso da comunicação como forma de poder, bem como dos aspectos inerente à política social liberal de implementação do governo eletrônico. Logo, consideramos relevantes as contribuições de Sénéchal (2014); de André Lemos (2004; 2007a; 2007b) sobre comunicação, cibercultura e mobilidade; de Martinuzzo (2006) e Possamai (2011) sobre o e-gov; e as definições acerca do tema utilizadas por Marcello Chamusca (2010). Da mesma forma, tal temática ainda pode ser desvelada

por meio do entendimento de comunicação pública e do sistema de comunicação pública, tomando como norte Matos (2009; 2012).

Referencial teórico-metodológico: as categorias de estudo

O fenômeno da reificação foi analisado por Georg Lukács em *História e Consciência de Classe* (2003), cuja primeira versão surgiu em 1923, foi moldado por meio de uma nova configuração histórica da análise social a partir da visão marxiana em torno do problema do fetichismo da mercadoria, identificada como sendo a célula do sistema capitalista e a forma “mais geral e mais elementar da produção burguesa” (MARX, 1975, p. 92).

Do estudo aprofundado do ser social mercadoria, ou seja, ao identificar as múltiplas determinações do fenômeno em termos da aparência e da essência, do caráter objetivo e subjetivo dessa, Marx (ibid., p. 79 et seq.) chegou ao problema do feitiço que a mercadoria exerce sobre os indivíduos. O fetichismo é um fenômeno ideológico e inerente ao ser social.

Do “fetichismo da mercadoria”, tem-se que esta decorre do “caráter social próprio do trabalho que produz mercadorias” (ibid., p. 81), aparecendo não apenas como uma questão secundária, mas sim como um problema central e estrutural dessa sociedade em todas as suas manifestações vitais, sendo “específica da nossa época, do capitalismo moderno” (LUKÁCS, 2003, p. 194).

Em todas as formas de sociedade pré-capitalistas, a produção de certos bens envolve um motivo consciente, no qual um valor de uso estaria voltado para a satisfação das necessidades humanas. Porém, o desenvolvimento da produção para o mercado provocou alterações nesta estrutura, ao passo que ao lado do valor de uso, que só interessa ao consumidor final, desenvolveu-se o valor de troca, comum a todas as mercadorias. Na economia mercantil, o caráter humano e social da organização da produção desaparece à medida que o mercado toma para si “o aspecto de uma realidade cega, objetiva e exterior” (GOLDMANN, 1979, p. 113).

Marx sublinha (op. cit., p. 81) no que se refere, sobretudo, ao caráter fetichista da mercadoria que

A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-se como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho.

De acordo com Goldmann (op. cit., p. 114), Marx insistia sobre o fato de que, numa economia mercantil, a característica do “valor de troca é que ele transforma relação entre o trabalho necessário à produção de um bem e esse bem mesmo em qualidade objetiva do objeto; é o próprio processo de reificação”.

Assim, a transformação de objetos úteis em mercadorias ocorre pelo simples fato de estes “serem simplesmente produtos de trabalhos privados”, aparecendo aos produtores como aquilo no qual elas realmente são. Marx (1975, p. 82) conclui que elas são “relações materiais entre pessoas e relações sociais entre coisas, e não [aparecem] como relações sociais diretas entre indivíduos em seus trabalhos”. O que é a verdadeira expressão do trabalho alienado e reificado.

Jameson (2009) entende que o conceito de mercadoria é construído com base na interseção entre dois fenômenos; o primeiro é que o item em questão deve ser tomado como um objeto e o segundo é que ele deve ser dotado com um valor específico, ou seja, ele deve ter um preço. Ao contrário do que possa parecer, nenhum dos dois atributos da mercadoria é necessariamente óbvio à medida em que algumas não são por exemplo, nitidamente objetos físicos na aparência ou mesmo que são tomadas como coisas aparentemente naturais ao invés de coisas feitas pelo homem.

O duplo caráter do trabalho envolve então, por um lado, a satisfação de determinadas necessidades sociais e por outro só satisfazem as necessidades de seus próprios produtores, que na prática só se interessam em saber em que proporção os produtos se trocam. Nisso, tem-se que o trabalho é objetivo e subjetivo ao mesmo tempo em que ele é privado e social.

Para Marx o que realmente vai dissimular o caráter social dos trabalhos privados é a forma dinheiro e a sua propensão para atuar pura e exclusivamente como intermediário das trocas. Nesse sentido, conclui-se que “esses fenômenos se manifestam na transformação geral dos produtos do trabalho em mercadorias,

transformação que gera a mercadoria equivalente universal, o dinheiro” (ibid., p. 103).

Portanto, esse processo de produção material marcado pela transformação do produto em mercadoria e a do ser humano em produtor de mercadorias, só poderia “desprender-se do seu véu nebuloso e místico, no dia em que for obra de homens livremente associados, submetida a seu controle consciente e planejado” (ibid., p. 83). Destarte, a relação mercantil é uma premissa lógica ao passo que a mercadoria leva ao dinheiro e o dinheiro leva ao capital. O que nos faz entender que o processo de reificação consiste no fato de que os homens só conseguem se relacionar uns com os outros por meio das coisas, das trocas mercantis.

Dessa forma, a partir dos escritos marxianos e das análises sobre o estado burocrático moderno, desenvolvido por Weber (1996), Lukács aprofunda os estudos deste fenômeno e, para além da alienação e do fetichismo nos termos econômicos, elabora o conceito de reificação, “o conceito mais essencial de *História e Consciência de Classe*” (GOLDMANN, 1973, p. 93) que penetra em todas as esferas da vida e influencia diretamente as relações entre os homens, com o predomínio da coisa sobre o sujeito.

Mesmo sendo considerado um pouco distante da noção original de mercadoria desenvolvido por Marx (JAMESON, 2009), Lukács compreendia que o problema da reificação estava diretamente relacionado a um problema de transformação da consciência e da estruturação de uma consciência inadequada, que, como tal, só poderia ser abolida por meio do proletariado, entendido como o único grupo social capaz de conduzir à uma consciência não reificada (GOLDMANN, op. cit.). A reificação como uma tendência social inevitável do capitalismo assume assim, formas totalmente diferentes.

A essência da estrutura da mercadoria já foi ressaltada várias vezes. Ela se baseia no fato de uma relação entre pessoas tomar o caráter de uma coisa e, dessa maneira, o de uma ‘objetividade fantasmagórica’ que, em sua legalidade própria, rigorosa, aparentemente racional e inteiramente fechado, oculta todo traço de sua essência fundamental: a relação entre os homens (LUKÁCS, 2003, p. 194).

É justamente nesse sentido que Goldmann (1979, p. 109) faz uma análise da teoria marxista e lukácsiana da reificação e leva em consideração que mesmo sendo estas obras antigas, elas “ainda se mantêm válidas para a nossa sociedade atual, a qual tentamos hoje compreender”. Assim, ao interpretar os aspectos da reificação apontados por Lukács, Goldmann (ibid., p. 138) demonstra que tal fenômeno

consiste essencialmente na substituição do qualitativo pelo quantitativo e do concreto pelo abstrato, [...] tende, [...] a apoderar-se progressivamente de todos os domínios da vida social e substituir as outras diferentes formas de consciência.

Este processo de reificação tende então, segundo Goldmann (ibid., p. 122), a “mascarar as relações entre os homens e as realidades espirituais e psíquicas, dando-lhes o aspecto de atributos naturais das coisas ou das leis naturais”. A estrutura capitalista fortalece a economia das coisas inertes em relação à realidade humana e “em toda sociedade a atividade social está estreitamente ligada aos objetos físicos” (ibid., p. 124). É neste contexto que no mundo capitalista, a religião, a moral, a arte, a literatura se tornaram simples reflexos da vida econômica ao terem sua autenticidade esvaziada por dentro.

Isto implica afirmar que a relação do sujeito com o mundo foi coisificada, inclusive o domínio das relações sociais, de modo tal, que a sua natureza é expressa por meio de relações entre objetos de troca, ou ainda segundo a perspectiva de Lukács (2003, p. 239) mesmo, “o mundo reificado aparece agora de maneira definitiva [...] como o único mundo possível, o único [...] conceitualmente perceptível e compreensível e que aos homens é dado”.

Assim, na visão interpretativa de Goldmann (1979, p. 117) o que interessa para compreender o fenômeno da reificação é o mecanismo psíquico; o aspecto psicológico da vida econômica “em que a enorme maioria dos bens, se não sua totalidade, é produzida para o mercado e em que o preço substitui qualquer outro organismo planificador”. Esta análise dos mecanismos psicológicos diz respeito a como se manifestam os equilíbrios e também os valores humanos de solidariedade no mundo capitalista.

Outro aspecto elementar da vida econômica é a relação dos homens com as coisas. A produção de certo bens, em todas as formas de sociedade pré-capitalista, envolve um motivo consciente que é o seu valor de uso para a satisfação das necessidades humanas. Porém o desenvolvimento da produção para o mercado provocou alterações nessa estrutura; ao lado do valor de uso desenvolveu-se o valor de troca.

Entretanto, enquanto ela [a mercadoria] não saiu dos ciclos das relações inter-humanas, enquanto ela ainda está no estágio da produção e da venda, seu valor de troca ocupa com exclusividade a consciência dos homens, tendo o valor de uso importância apenas em relação ao valor de troca (ibid., p. 120).

Ao sair da esfera das relações inter-humanas, ou seja, da esfera da troca, a mercadoria se torna objeto concreto, objeto cujo valor de troca desaparece e cede lugar ao valor de uso entrando na esfera privada, a esfera do consumo. Mas nas relações dos homens entre si e a partir do campo econômico, o homem se tornou um produtor de mercadorias de valores de troca, um elemento intercambiável que é visto como um “operário anônimo que custa tal soma e produz tal lucro” (ibid., p. 122).

Uma das características fundamentais da sociedade capitalista é a de mascarar as relações sociais entre os homens e as realidades espirituais e psíquicas, dando-lhes o aspecto de atributos naturais das coisas ou das leis naturais (daí o nome de reificação). É por isso que as relações de troca entre os diferentes membros da sociedade - transparentes e claros em todas as demais formas de organização social - tomam aqui a forma de um atributo de coisas mortas: o preço (GOLDMANN, loc. cit.).

O fenômeno social fundamental da sociedade capitalista proporciona dessa forma “a transformação das relações humanas qualitativas em atributo quantitativo das coisas inertes, a manifestação do trabalho social necessário empregado para produzir certos bens como valor, como qualidade objetiva desses bens”, é então “a reificação que conseqüentemente se estende progressivamente ao conjunto da vida psíquica dos homens, onde ela faz predominar o abstrato e o quantitativo sobre o concreto e o qualitativo” (ibid., p. 122).

Assim, no processo de produção e de acumulação capitalista, tem-se que “a economia mercantil máscara o caráter histórico e humano da vida social transformando o homem em elemento passivo, em espectador de um drama que se renova continuamente e no qual os únicos elementos realmente ativos são as coisas inertes” (ibid., p. 123).

Em Marx portanto, tem-se que a estrutura capitalista fortalece a economia das coisas inertes em relação à realidade humana, sendo que a atividade humana não é apenas isolada de seus produtos, ela se encontra integrada nas coisas. “Em toda sociedade a atividade social está estreitamente ligada aos objetos físicos. Os homens agem todos juntos sobre a realidade não humana e essa realidade se transforma continuamente sob a ação dos homens” (ibid., p. 124).

Em resumo, a economia mercantil, e em particular a economia capitalista, tende a substituir na consciência dos produtores o valor de uso pelo valor de troca e as relações humanas concretas e significativas por relações abstratas e universais entre vendedores e compradores; tende, assim, a substituir no conjunto da vida humana, o qualitativo pelo quantitativo. Além disso, separa o produto do produtor e fortalece, por isso mesmo, a autonomia das coisas em relação à ação dos homens e à mutação (ibid., p. 125).

Por conseguinte, as consequências da reificação em todos os terrenos da vida humana e para além dos aspectos econômicos foram apontados por Goldmann (1979). A primeira tem estreita relação com a formação do Estado burocrático moderno regido por uma administração e por uma justiça institucionalizada, como observado por Weber.

Esse estabelecimento de uma justiça formal seria uma importante garantia aos cidadãos ao ter em seus aspectos positivos a redução em larga escala da arbitrariedade do poder pessoal de funcionários e juízes, porém isto “não impede que tenha também eliminado as considerações humanas do funcionamento do aparelho judiciário, substituindo-as por uma lei impessoal abstrata e reificada (coisificada)”, o que seria uma institucionalização e um formalismo que em cada caso podem se tornar um absurdo (ibid., p. 127).

Assim, por meio da reificação as relações fundamentais continuam a existir, porém elas são desempenhadas implicitamente ao passo que acabam

desaparecendo totalmente da consciência dos homens: “para o padeiro, o comprador não passa de uma espécie de autômato que entra na padaria, pega a mercadoria e põe o dinheiro sobre o balcão” e vice-versa, exemplifica Goldmann (1979, p. 128). O fato fundamental disto consiste em que “uma coisa inerte - a mercadoria - é trocada por outra coisa inerte, o dinheiro”.

Para o autor referenciado é “assim [que] o homem se transforma cada vez mais em autômato, sofrendo passivamente a ação de leis sociais que lhe são totalmente exteriores” (loc. cit.). O que acontece é que o indivíduo perde psicologicamente todo o contato essencial com uma matéria que lhe aparece como estranha ou irreal e mesmo que dentro das relações familiares o processo de reificação seja menos acentuado, no resto de sua atividade social só lhe cabe contentar-se com a ordem existente.

A partir disto, “o homem se torna, assim, escravo de leis abstratas e de coisas inertes e isso até nos mais altos escalões” (ibid., p. 129). Mas as consequências da reificação ainda se estendem a todos os domínios da vida social e intelectual:

O que designamos sob o termo reificação sendo em primeiro lugar o aparecimento na vida social dos processos econômicos enquanto fenômenos autônomos e, por isso mesmo, meramente quantitativos, sua primeira consequência é subtrair quase inteiramente esses fenômenos à ação da superestrutura, reforçando, ao contrário, sua ação sobre esta (ibid., p. 131).

Esse processo de reificação irá assumir uma forma específica em cada terreno particular, mas é possível compreender que ele está ligado a pelo menos duas estruturas diferentes, que são a dos “domínios mais estreitamente ligados à vida econômica, o direito e a política, e os mais afastados desta: a vida intelectual, moral, religiosa, etc.” (loc. cit.).

Dessa forma, em relação ao direito ele está diretamente relacionado à vida econômica, assim como em relação à política no qual ela se encontra em uma completa simbiose com a vida econômica. Levando em consideração que a “economia como fenômeno autônomo é própria da produção mercantil”, e que gerou o aparecimento do terreno político, tem-se que

[...] na medida em que a reificação está ligada à existência de uma economia autônoma que tem suas leis próprias de funcionamento, ela tende a reduzir ao extremo o domínio político do Estado, fazendo deste um simples gendarme e administrador dos interesses comuns da classe dominante (ibid., p. 132).

Isto nos possibilita reafirmar que são os interesses da economia capitalista que a priori, deduz-se, estão acima de tudo, inclusive do direito e do Estado, que se tornaram expressões passivas de uma realidade efetiva e atuante orquestrada pela vida econômica e pelos interesses das classes dominantes, aspecto este que faz parte da ideologia liberal.

Vale sublinhar que Jameson (2009) aponta que a existência de uma tendência para a mercantilização é, então, o que motiva a reificação e incentiva a sua influência em todos os tipos de áreas, uma vez que a forma mais dramática e misteriosa de atuação da reificação e da mercantilização é a própria força de trabalho, transformada no capitalismo em uma coisa medida pelo tempo e que é dotada de preço e de um valor de troca.

Já em relação ao setor espiritual da superestrutura, a saber, a religião, a moral, a vida intelectual, a literatura, a arte, a filosofia, Goldmann (1979) afirma que o mesmo processo se verifica, porém em um grau incomparavelmente mais elevado, já que o que se percebe é que estes campos agem além do setor privado da consciência individual, e que exerce uma influência dialética entre os elementos da superestrutura e a base econômica.

A reificação se fez presente, por exemplo, na literatura e no cinema ao passo que filmes e livros se tornaram em primeiro lugar mercadorias, e como tal, “inserir-se num setor da produção capitalista que não sobreviveria se não fosse rentável, se não produzisse lucro”. Aqui, é possível remeter-se aos estudos a respeito da indústria cultural², que nada mais era do que a conversão da cultura em mercadoria e o processo de subordinação da consciência à racionalidade capitalista.

² Os estudos sobre a indústria cultural foram desenvolvidos pelos autores da Escola de Frankfurt, mais especificamente por Max Horkheimer e Theodor Adorno na obra *Dialética do Iluminismo*. Segundo estes autores, o progresso econômico, científico e tecnológico é responsável pelo aparecimento de uma série de patologias culturais.

Para Goldmann (ibid., p. 138),

A reificação - que consiste essencialmente na substituição do qualitativo pelo quantitativo, do concreto pelo abstrato e que está estreitamente ligada à produção para o mercado, principalmente à produção capitalista - tende, paralelamente ao desenvolvimento dessa produção, a apoderar-se progressivamente de todos os domínios da vida social e a substituir as outras diferentes formas de consciência.

Com esse entendimento, o autor levanta o problema acerca dos limites além dos quais a reificação, dentro do sistema econômico capitalista, não poderia causar perturbações e reações humanas, sendo que isto aconteceria por meio das crises e da resistência da classe operária. A força de trabalho que do ponto de vista do produtor capitalista não passa de uma mercadoria, quando em certas condições mais duras, como a queda do preço desta força de trabalho, gera resistências humanas, no qual “a mercadoria se torna consciente e se revolta, seja contra a reificação, contra o capitalismo como tal, seja contra certo número de suas manifestações concretas”. Marx via na classe operária, “a força histórica destinada a assegurar a superação da reificação e do capitalismo” (ibid., p. 140).

Nessa situação em que o proletariado e os teóricos teriam as condições de rejeitar a reificação e em que esse assalariado poderia (no sentido hipotético) ter um nível espiritual mais elevado do que a burguesia, é que Lukács (2003) vai delinear o problema da consciência de classe e de seu papel na história.

Destarte, esse processo de reificação foi fundamental para que Jürgen Habermas (1987) desenvolvesse a ideia de “colonização interna”. O autor afirma ter encontrado em Marx este conceito, sendo que ele “está na base dos fenômenos de alienação e de fetichismo [e] segundo o qual categorias ambivalentes exprimem a polarização como mundo vital e sistema” (FARIAS, 2001a, p. 33). Tal perspectiva habermasiana leva em consideração que esta colonização interna do mundo vital pelo sistema se dá por meio de uma relação dialética articulada pelo intermédio do dinheiro e do poder.

Com influências ecléticas de autores como Weber, Parsons, Kant, Hegel e sobretudo Marx, para Habermas “a modernidade provoca tanto certos tipos de dominação ligados à racionalização, como o desdobramento das formas de

existência sociais em duas esferas – os sistemas e o mundo da vida” (ibid., p. 24), sendo que

[...] a sociedade como uma entidade em que o curso da evolução se diferencia ele mesmo como sistema e mundo da vida. A evolução sistêmica é medida pelo aumento da capacidade de controle de uma sociedade, enquanto que a separação de cultura, sociedade e personalidade constituem um indicador do estado evolutivo de um mundo da vida cuja estrutura é uma estrutura simbólica (HABERMAS, 1987, p. 215, tradução nossa³).

Ademais, é importante ressaltar que as questões que envolvem a temática da dominação só podem ser trabalhadas até certo ponto pela via habermasiana. Um dos pontos problemáticos do trabalho de Habermas é justamente aquele em que ele considera que as lutas de classes deixaram de ser o motor da história na sociedade capitalista avançada e que se tornaram simples manifestações das contradições do século XIX, unicamente relacionada à fase de desenvolvimento do capitalismo liberal (MÉSZÁROS, 2004). A concepção e a posterior contradição teórica de Habermas, representa, segundo Mézáros (ibid.), uma tendência dominante de acomodação política, em que “os dilemas da razão moderna só seriam superados através do reformismo radical” (FARIAS, 2001a, p. 36). Este aspecto da ideia habermasiana não foi adotado no decorrer deste trabalho.

Destarte, ao compreender o mundo da vida como um complexo simbolicamente estruturado e que é composto pela cultura, pela sociedade e pelas estruturas de personalidade, “como se fossem condensações e sedimentações dos processos de *entendimento*, da *coordenação da ação* e da *socialização*, os quais passam através do agir comunicativo” (HABERMAS, 1990, p. 96). Estes componentes originalmente entrecruzados formam ainda um conjunto de sentidos complexos e comunicantes, no qual o saber cultural encarna em formas simbólicas (objetos de uso e tecnologias, em palavras e teorias, em livros e documentos, bem como em ações), a sociedade encarna nas ordens institucionais, nas normas do direito, e as estruturas da personalidade encarnam-se no substrato dos organismos humanos.

³ Todas as traduções apresentadas no presente trabalho foram realizadas pela autora desta dissertação.

[...] a cultura é o armazém de saber, do qual os participantes da comunicação extraem interpretações no momento em que se entendem mutuamente sobre algo. A sociedade compõe-se de ordens legítimas através das quais os participantes da comunicação regulam sua pertença a grupos sociais e garantem solidariedade. Conto entre as estruturas da personalidade todos os motivos e habilidades que colocam um sujeito em condições de falar e de agir, bem como de garantir sua identidade própria (HABERMAS, loc. cit.).

A linguagem cotidiana é para Habermas (1990, p. 99), o meio comum em que os componentes do mundo da vida se cruzam entre si, mantendo a ideia de que “os sujeitos socializados comunicativamente não seriam propriamente sujeitos se não houvesse a malha das ordens institucionais e das tradições da sociedade e da cultura”. É o processo de socialização penetrado por sentidos culturais e sociais que vai fazer com que sujeitos dotados de ação e de fala possam estabilizar “a sociedade como a totalidade das relações interpessoais legitimamente ordenadas” (ibid., p. 101).

Em Habermas (1987; 1990), portanto, o mundo vital constitui o espaço social composto pelas experiências comuns dos atores, da língua, das tradições e da cultura vivenciada por eles, no qual o processo comunicativo se dá e onde as relações intersubjetivas se organizam intuitivamente calcada no diálogo; é aqui que se forma a racionalidade comunicativa. Já o sistema corresponde à organização estratégica, econômica e política no qual se organizam as formas de produção do capitalismo. Aqui a linguagem é secundária e regida pela razão instrumental (FREITAG, 1995).

Assim, à medida que no mundo da vida a natureza é comunicacional e que ele é dividido nas esferas simbólicas da cultura, da sociedade e da personalidade, no sistema ela é administrativa, compreendendo ao mesmo tempo o sistema econômico e o sistema burocrático. É a partir dessa análise que Habermas (1987) constrói sua teoria da modernidade, fundado na progressiva racionalização do mundo vital e do desengate progressivo entre este mesmo mundo e o sistema, o que acarreta na autonomização sistêmica e no subsequente fenômeno da colonização interna.

Dessa forma, “as esferas do mundo vital, estruturadas pela comunicação, são cada vez mais submetidas aos imperativos de sistemas, que são tornados autônomos e impessoais” (FARIAS, 2001a, p. 31). Desta ideia, Habermas parte para a análise da patologia da modernidade, a colonização do mundo vital pelo sistema.

À medida que o sistema vai se fortalecendo em detrimento do "mundo vivido", ele passa a impor a este último sua própria lógica e suas regras de jogo [...]. A razão comunicativa que encontrava no "mundo vivido" (especialmente nas esferas de valor autonomizadas) seu verdadeiro campo de atuação, retira-se (sob a pressão externa da razão instrumental imposta pela colonização) dos espaços institucionalizados, procurando como último refúgio as "concepções de mundo" que ainda sobrevivem, ao lado ou paralelamente às instituições, nas "esferas de valor" (FREITAG, 1995, p. 145).

Segundo Farias (2001a, p. 43), a colonização interna do mundo vital pela proliferação das intromissões sistêmicas altera as esferas da reprodução cultural, da integração social e da socialização, ocasionando crises de perda de sentido, de anomia e de psicopatologias ao retirar os elementos práticos-morais e práticos-estéticos da esfera do mundo da vida.

À medida que o sistema económico submete aos seus imperativos a forma de vida privada e o modo de vida de consumidores e empregados, o consumismo e o individualismo possessivo e as motivações relacionadas com o rendimento e a competitividade adquirem uma força configuradora (HABERMAS, 1987, p. 461).

O processo de monetarização e burocratização das práticas cotidianas gerado a partir da reorganização do mundo da vida em razão da lógica do sistema, ocasiona ainda aspectos como o “utilitarismo, o hedonismo, manipulação das lealdades políticas, tecnificação das questões práticas, especialização elitizada do saber, falta de referências culturais globais”. O que passa a existir é uma total “coisificação de todos os âmbitos comunicativos e uma orientação seletiva para o cognitivo-instrumental” (URIBE RIVERA, 1995, p. 67).

Abordagem qualitativa do universo empírico

Na busca pelo entendimento acerca do que é proposto para o desenvolvimento de tal estudo, se torna essencialmente relevante definir com clareza as principais categorias analíticas no qual se pretende pesquisar. Neste caso, as categorias centrais deste estudo são: reificação, dominação sistêmica e novas tecnologias de informação e comunicação - NTIC.

Aqui, cabe lembrar que dentre as ideias adotadas no presente trabalho, tem-se que o Estado está relacionado à imposição da dominação sistêmica e à difusão de uma ideologia dominante expressa na reificação, sendo que estas são categorias historicamente determinadas e que se manifestam tanto na Forma-Estado capitalista quanto no Estado pós-moderno e na “tendência ao advento de um grande silogismo do modo estatal global, de sorte que, em geral, o estatal se torna cada vez mais configuração coletiva ideal planetária” (FARIAS, 2013, p. 16), uma vez que “a transição da forma imperial oficiosa à forma imperial oficial ainda não se realizou, porque o desenvolvimento desigual permanece inerente ao capitalismo global (ibid., p. 32).

Em suma, adota-se como método o movimento que “parte sempre da experiência real (condicionamento prático-histórico) e concebe essa realidade histórica como um processo constante de mudanças (relativismo histórico e teórico). [...] Em princípio, pois, se trata do concreto real [...]” (TENORIO, 1989, p.92).

O nível da pesquisa a ser realizada, definida a partir dos objetivos e do problema proposto, será explicativa, uma vez que Severino (2007) afirma que este nível de pesquisa tem como objetivo além de registrar e analisar os fenômenos estudados também busca identificar suas causas.

Por meio de uma pesquisa genuinamente qualitativa, o principal procedimento a ser empregado para a coleta de informações e para a construção da fundamentação teórica acerca da reificação e da colonização interna será feita por meio de pesquisa bibliográfica, caracterizada como “aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, e documentos impressos, [...]. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados” (SEVERINO, op. cit., p. 122). Portanto,

tal pesquisa terá como fonte livros, fragmentos de textos, artigos, material disponível na internet e outros trabalhos de pesquisa relacionados ao assunto.

Ainda como aspecto fundamental para o desenvolvimento da pesquisa, também será relevante a busca por informações acerca de como o governo brasileiro utiliza as NTIC para, segundo a nossa hipótese de estudo, dominar e reificar, sendo esta a parte concreta do estudo e responsável por demonstrar a relação existente entre teoria e prática, isto é, em uma análise concreta de uma situação concreta.

Cabe ressaltar que partimos de uma perspectiva que busca captar o processo dinâmico em um movimento por meio do qual se faz a aplicação do referencial teórico-metodológico ao fenômeno objetivo abordado. As categorias utilizadas aqui se relacionam então dialeticamente com uma situação histórica determinada, o que envolve o conhecimento teórico e o conhecimento da estrutura e da dinâmica do objeto, tal como ele é em si mesmo.

Para tanto, as técnicas basilares utilizadas para apreender a experiência do governo brasileiro a partir de 2011, ou seja, do início do mandato da presidenta Dilma Rousseff e quando se deu a introdução de novas e mais dinâmicas políticas de comunicação voltadas para o meio digital, deverão compreender: apropriar-se dos dados disponibilizados pelo governo, bem como fazer uma investigação e acompanhamento dos principais aplicativos já desenvolvidos e amplamente divulgados, sendo que oficialmente estes somam hoje um número de mais de cinquenta aplicativos. Para o presente estudo delimitamos para uma análise do aplicativo Sinesp Cidadão, desenvolvido pelo órgão do Ministério da Justiça no ano de 2012.

Assim, parte-se do pressuposto que o Estado, como uma totalidade concreta e como uma forma social historicamente determinada, é em si um grande silogismo no qual assume a forma-Estado (generalidade), a forma de Estado (particularidade) e a forma do Estado (singularidade). Lefebvre (1991, p. 156) apresenta a lógica do silogismo:

Cada um dos termos que o entendimento distingue (individual ou singular, particular, universal) deve encontrar os outros, penetrá-los, unir-se e

identificar-se com eles, para assim reencontrar a unidade do mundo, a conexão objetiva desses diferentes aspectos do concreto, do devir.

Portanto, o presente trabalho se sustenta no conceito de silogismo e, como tal, usa-o como um aspecto fundamental para proceder com o que consideramos ser uma divisão coerente das concepções e ideias aqui expostas. Dessa forma, divide-se em duas partes, cada uma com dois capítulos.

Logo, na primeira parte, *A dominação sistêmica e a reificação nas formas de Estado contemporâneas*, parte-se do pressuposto de que a forma-Estado capitalista atua com o intuito de fortalecer e de difundir a ideologia das classes dominantes, atenuando os conflitos antagônicos existentes e fazendo com que as estruturas do mundo social estabelecido sejam sucessivamente apreendidas como formas eternas e acabadas. Aqui, entende-se que a dominação e reificação são categorias historicamente determinadas e que se manifestam tanto na universalidade Forma-Estado capitalista quanto nas formas de Estado contemporâneas, entendidas como a particularidade.

Compreendendo isso, o primeiro capítulo dedica-se a discussão sobre a forma de Estado de Bem-Estar Social e o modo como suas políticas, sustentadas na ideologia do pleno emprego para dominar e reificar os trabalhadores, foram aplicadas no intento primeiro de salvar o capitalismo da crise em que ele se encontrava.

Da mesma forma, o segundo capítulo tem como objetivo principal investigar como o Estado pós-moderno está relacionado com o processo de dominação e de reificação, ao ser ditado por um regime de acumulação com dominância financeira e pelo processo de globalização. Nesta forma de Estado o que reina são os ditames de ordem econômica que intensificam sua atuação em favor das classes dominantes e em detrimento das classes subalternas, encontrando assim, meios suficientes para ao mesmo tempo propagar a ideologia do mercado livre e eterno, colonizar o mundo vital dos indivíduos e concretizar a dominação. Ressaltamos que no decorrer deste trabalho compreendemos Estado neoliberal e pós-moderno como sinônimos.

Em relação à segunda parte intitulada *Dominação sistêmica e reificação no Estado brasileiro atual*, passa-se para a investigação da singularidade do Estado

brasileiro, que leva em consideração a forma fenomênica governamental que faz correspondência com as determinações essenciais da forma do Estado pós-moderno brasileiro. A hipótese assumida aqui leva em consideração que a utilização das NTIC, acompanhada pela popularização dos dispositivos móveis, garantiram ao governo brasileiro a possibilidade de submeter o mundo vital às dominações sistêmicas por meio do processo de colonização e de reificação. Portanto, o governo brasileiro utiliza coisas inertes, no caso as NTIC e em especial os dispositivos móveis, para fazer intromissões na vida cotidiana das pessoas e para difundir a ideologia dominante por meio de mensagens unilaterais.

A partir disto, o quarto capítulo consiste na busca pelo entendimento dessa especificidade do governo brasileiro que segue em consonância com os interesses da pequena burguesia e de certos setores populares. O objetivo é fazer uma análise do advento dessa situação governamental, sublinhando aspectos relativos à reificação e à dominação sistêmica, entendido como fatores enraizados na forma do Estado brasileiro desde a sua formação socioeconômica até os dias de hoje.

Por fim, o último capítulo busca compreender como as NTIC estão sendo utilizadas pelo governo brasileiro sob o pretexto de uma pretensa prestação de serviços públicos e como meio de relacionamento com o cidadão. Para tanto, apresenta-se uma caracterização da política de governo eletrônico que é entendida como uma das políticas fundamentais para a manutenção dos padrões impostos pela globalização neoliberal. Ainda neste capítulo é feita uma análise do aplicativo Sinesp Cidadão, desenvolvido pelo órgão do Ministério da Justiça no ano de 2012.

PARTE I: A DOMINAÇÃO SISTÊMICA E A REIFICAÇÃO NAS FORMAS DE ESTADO CONTEMPORÂNEAS

A partir do método marxista, o estudo sobre o surgimento da sociedade capitalista “deve começar a partir de leis de movimento e das contradições internas do modo capitalista de produção e da sociedade burguesa existente” (MANDEL, 1991, p. 13). Marx (1975) desenvolveu sua análise acerca do desdobramento da sociedade em Estado e sociedade civil e, para tanto, definiu as principais categorias da formação socioeconômica capitalista, composta pela *base* - relações de produção (base econômica) e forças produtivas (base técnica) - e pela *superestrutura* – jurídica, política e ideológica. Nesta relação, atribui-se uma primazia ontológica da base sobre superestrutura.

Nesse sentido, o Estado, como ser social e histórico e que é compreendido como uma totalidade concreta, complexa e contraditória, deve ser tomado para além de uma forma instrumental que determina a sua utilização para múltiplos fins. Contrariando a visão de Hegel de que “o Estado é, em face das esferas da família e da sociedade civil, uma necessidade externa, uma potência à qual leis e interesses são subordinados e da qual são dependentes” (MARX, 2010, p. 27), na teoria marxista e de acordo com Farias (2001b, p. 34), o Estado apresenta uma “existência particular e relativamente autônoma em relação à base”.

Com esse entendimento e ultrapassando a visão no qual o fim do Estado só se tornaria viável por meio de uma perspectiva sistêmica que considera que o sistema capitalista é eterno, Farias (ibid.), com base na epistemologia e na ontologia do ser social próprias do método marxiano, toma como ponto de análise o fato de que a relação entre Estado e capital é orgânica e historicamente determinada.

O Estado representativo moderno é um ser social situado no tempo e no espaço; é rico em determinações; trata-se de uma totalidade concreta, complexa e contraditória. [...] Nesta recíproca interação, supõe-se, evidentemente, a primazia ontológica da natureza do Estado sobre o seu papel (isto é, de sua forma sobre sua função) (ibid., p. 27).

Destarte, a natureza do Estado deve ser compreendida a partir de suas múltiplas determinações e levando em consideração os aspectos que envolvam mais do que sua aparência, mas também a sua estrutura, a sua evolução, o fetichismo que ele incita, a teleologia e a questão da sua fisco-finança, em um processo de elaboração crítica contra as visões regulacionistas. Assim sendo, segundo Farias (ibid., p. 28), o Estado, como “um movimento de totalização e de concretização que se situa no tempo e no espaço”, é um silogismo composto pela generalidade *forma-Estado*, pela particularidade *forma de Estado* e pela singularidade *forma do Estado*, sendo que “todo exame das funções do Estado tem que ser precedido da análise da forma-Estado”.

TABELA 1 - Silogismo do Estado Nacional

SILOGISMO DO ESTADO NACIONAL		
GERAL	PARTICULAR	SINGULAR
FORMA-ESTADO	FORMA DE ESTADO	FORMA DO ESTADO
Modo de produção: feudalismo, capitalismo, etc.	Regime de acumulação: fordismo, toyotismo, etc.	Regime de acumulação dado: França, Brasil, etc.

Fonte: Farias (2001c)

É nesse contexto que a estrutura da forma-Estado capitalista contemporâneo deve ser entendida antes de tudo, a partir do estudo crítico que compreenda de maneira dialética tanto os níveis material e social, quanto por meio de sua essência e aparência. Disto, tem-se que na aparência “as ações do Estado que se materializam (ocupando um espaço) nos seus diversos aparelhos podem se tornar socialmente legítimas (formalmente democráticas)”, podendo este “assumir o papel de um gestor de um objeto social mediador (como a moeda e o salário) das contradições inerentes ao ser social”; enquanto que na essência, entende-se “a substância do Estado como luta entre as classes sociais, que gira em torno do eixo material da divisão do trabalho, num movimento contraditório” (ibid., p. 30).

Ademais, a questão do fetichismo do Estado se manifesta ao mesmo tempo na sua objetividade, sob a forma de máquina burocrática e administrativa e na sua subjetividade, sob a forma de democracia formal e da ideologia burguesa correspondente. Aqui, o que predomina é o fenômeno da personificação e da

reificação do Estado, que aparece como sendo um ente dotado de poder e de capacidade para representar e garantir o interesse geral. Farias (ibid., p. 32) conclui que cair nesta reificação “é ignorar a essência do Estado em proveito de suas mentiras, das falsas aparências produzidas e garantidas pelo próprio Estado”, que visa, sobretudo, atuar geralmente em favor dos interesses privados do grande capital.

Ainda no que concerne a questão da personificação do Estado, que envolve a necessidade de cristalização do poder político no corpo físico do chefe de Estado, os meios de comunicação de massa e os aparelhos discursivos do poder político se tornam intermediários deste processo ao permitir e proporcionar a execução do fenômeno da encarnação total desse poder. Esse jogo político tem por objetivo

[...] conciliar fraudulentamente os interesses capitalistas das classes dominantes e os sinais da democracia em um gesto *catártico*, “passagem do momento puramente econômico (ou egoístico-passional) ao momento ético-político: elaboração superior da estrutura em superestrutura dentro da consciência dos homens”. [...] o chefe do Estado reafirma dessa forma a dominação de classe da qual ele é a figura divina (SÉNÉCHAL, 2014, p. 40).

Adiante, cabe ressaltar que a genealogia do Estado e a mutação na sua natureza e no seu papel foram delineadas de acordo com o padrão de acumulação estabelecido, no sentido de que “sua explicação histórica significa a grande transformação em um ser para si e em si” (FARIAS, 2001b, p. 33). Nisto, para que o Estado exista em si (como função) e para si (como forma) ele deve assumir seu papel mediador de contradições e, para tanto, ele “depende da geração de fundos que lhe permitam representar seu papel simultaneamente material e social, espacial e histórico” (ibid., p. 35), o que não ocorre sem o processo de legitimação do Estado.

Já em relação ao papel do Estado, a gestão estatal baseia-se na mediação das contradições do capital, devendo ainda ser analisado por meio dos aspectos histórico e espacial. Então, o Estado assume o papel de mediador ao participar “da resolução das contradições entre os indivíduos mercantis simples, bem como entre capitalistas e trabalhadores assalariados” (ibid., p. 40) e entre

capitalistas em concorrência, sem, no entanto, ter o intuito de eliminar a polaridade na resolução das contradições da produção e da reprodução do capital.

São os interesses da economia capitalista que estão acima de tudo, inclusive do direito e do Estado que são, sistematicamente, reduzidos a meras expressões passivas de uma realidade efetiva e atuante orquestrada pela vida econômica e pelos interesses das classes dominantes. O processo de reificação irá assumir uma forma específica em cada terreno particular da vida humana, e, mais especificamente, nos “domínios mais estreitamente ligados à vida econômica, o direito e a política” (GOLDMANN, 1979, p. 131), no qual

[...] na medida em que a reificação está ligada à existência de uma economia autônoma que tem suas leis próprias de funcionamento, ela tende a reduzir ao extremo o domínio político do Estado, fazendo deste um simples gendarme e administrador dos interesses comuns da classe dominante (ibid., p. 132).

Nessa perspectiva, Mézáros (2004, p. 493) afirma que o Estado “é essencialmente uma *estrutura hierárquica de comando*”, mas que, como tal, só consegue exercer suas importantes funções de controle e de coordenação à medida em que elas permanecem compatíveis com os parâmetros estruturais do poder socioeconômico capitalista, sem conseguir ultrapassar tal barreira.

A questão é que as funções de controle e coordenação geral exercidas pelo Estado representam uma necessidade estrutural sem a qual a formação capitalista não poderia existir. É por isso que o papel fundamental de arbitragem do Estado é aceito sem contestação. Entretanto, nem o conteúdo da arbitragem e do controle do Estado nem seus instrumentos materiais de implementação têm sua origem na esfera legal e política (ibid., p. 498).

De fato, o Estado desempenha um papel constitutivo nas relações de produção e na reprodução das classes sociais e o faz não só por meio da repressão física organizada, mas também por meio da organização das relações ideológicas, característico do que Poulantzas (1987, p. 27) denomina como o duplo papel do Estado de repressão e de ideologia. Aos aparelhos do Estado cabe o papel de elaborar, inculcar e reproduzir essa ideologia dominante, “tendo sua importância na

constituição e reprodução da divisão social do trabalho, das classes sociais e da dominação de classe”.

O Estado não pode consagrar e reproduzir a dominação política exclusivamente por meio da repressão, da força ou da violência “desnuda”. Tem que recorrer a ideologia, que legitima a violência e contribui para organizar um consenso de certas classes e frações dominadas ao poder político. A ideologia não é algo neutro na sociedade: só tem ideologia de classe. A ideologia dominante, em particular, consiste em um poder essencial da classe dominante (ibid., p. 27).

É certo pois, que a ideologia não envolve apenas um sistema de ideias e de representações, mas sim, reproduz também uma gama de práticas materiais que influenciam os hábitos, costumes e o conjunto das relações sociais. Para Sénéchal (2014, p. 16), longe de ser unicamente determinada de forma linear e mecânica pelo campo econômico, a ideologia também procede das relações de força no campo cultural e político e, como tal, ela é compreendida como “uma estratégia política, um terreno de enfrentamento”.

Ao assumir uma forma específica de consciência social que se encontra materialmente ancorada e sustentada, a ideologia dominante do sistema social estabelecido tem o poder de penetrar e influenciar todos os níveis, “do mais baixo ao mais refinado”, ao controlar “efetivamente as instituições culturais e políticas da sociedade” (MÉSZÁROS, op. cit., p. 59). Disto, entende-se que as ideologias envolvem um certo conjunto de valores e estratégias com o intuito de “controlar o metabolismo social em todos os seus principais aspectos” (ibid., p. 65).

Desse modo, a ideologia dominante assume um forte papel de reificação na sociedade à medida em que ela tende a produzir um cenário no qual os conflitos existentes são constantemente atenuados e que os padrões estruturais estabelecidos no mundo social se tornam estruturas eternas e longe de sinalizar para uma superação irreversível do que aí está posto. Mézáros (ibid.) aponta que esta característica será ainda mais visível a partir do momento que maior importância for dada aos interesses que motivam o confronto antagônico entre os agentes sociais. Logo, a tendência é a de universalizar e eternizar a ideologia claramente motivada pela ordem dominante, no sentido de “transformar a dinâmica

histórica de um processo de desenvolvimento sem fim na permanência atemporal de uma entidade metafísica congelada” (ibid., p. 71).

Cabe portanto recorrer a divisão do Estado sistematizada por Althusser (1985, p. 62) que entende que “o Estado é uma ‘máquina’ de repressão que permite às classes dominantes assegurar a sua dominação sobre a classe operária”. No entanto, a formação estatal em aparelhos repressivos e aparelhos ideológicos representa uma visão restrita e de cunho estruturalista que só pode ser aceita pelo seu viés descritivo. Poulantzas (1987, p. 34) conclui que mesmo assim ela tem “o mérito de ampliar a esfera estatal incluindo uma série de aparatos de hegemonia, frequentemente ‘privados’, e de enfatizar a ação ideológica do Estado”.

Com esse entendimento, na terminologia althusseriana todo o poder do Estado é garantido por meio dos *aparelhos repressivos do Estado*, configurados como aqueles que funcionam por meio da violência (polícia, tribunais, prisões, etc.), e pelos *aparelhos ideológicos do Estado*, que se fundamentam exclusivamente sobre as bases ideológicas com vistas a manipular e manter o controle sobre a consciência das classes. Tais aparelhos ideológicos abrangem as igrejas, as escolas, a família, os sindicatos, o sistema de comunicação de massa, entre outros e são de fato meios utilizados pelo Estado para garantir a reprodução das relações de exploração capitalista através da disseminação contínua da ideologia da classe dominante.

Sobre tal aspecto, Thompson (2009, p. 117-118) afirma que

A reprodução e difusão da ideologia dominante é uma das tarefas do Estado, ou das agências particulares e dos oficiais do Estado. Ao desempenhar essa tarefa, o Estado age de acordo com os interesses de longo prazo da classe ou das classes que mais se beneficiam das relações sociais existentes – isto é, ele age de acordo com os interesses de longo prazo da classe ou das classes dominantes.

É justamente com vistas ao interesse das classes dominantes que o Estado passa então a agir de acordo com uma dada conjuntura que leva em consideração o desenvolvimento de forças produtivas e de relação de forças, entre grupos populares e aqueles que são do poder. Assim, o capitalismo possui uma dupla vantagem ideológica à medida em que não somente as instâncias da superestrutura trabalham com o intuito de proteger sua administração política, mas

também a própria infraestrutura do processo de produção corrobora para colocar a consciência dos indivíduos de “cabeça para baixo” (SÉNÉCHAL, 2014).

Santos et al. (2007, s. p.) analisam o caráter de classe do Estado e afirmam

[...] se o Estado capitalista representa e assegura essa lógica de produção social, não expressa a maioria da população e, sim, o poder dos interesses da classe dominante. Logo, é um Estado de classe, que não pode, na prática, ser considerado um ente público, defensor dos interesses coletivos e segurador da igualdade social.

Dessa forma, ao relacionar-se com os interesses das classes dominantes em detrimento de um bem comum da sociedade, o Estado capitalista contemporâneo corrobora com a difusão desta ideologia dominante, no qual busca atenuar os conflitos existentes e fazer com que as estruturas do mundo social estabelecido sejam tidas como eterna. É nesse sentido que, para salvar o capitalismo sem alterar as relações de classes existentes, o Estado de Bem-Estar Social propagou a ideologia do “pleno emprego”, ao passo que o projeto neoliberal reduziu-se a função de ator das atividades mercantis, diretamente imbricado no mito do mercado livre e eterno.

A partir disso, Duménil e Lévy (2003, p. 16) avançam na ideia de que “o capitalismo atravessa, assim, crises estruturais e as supera através de transformações profundas em seu funcionamento”. Neste caso, as evoluções existentes no curso da história estiveram relacionadas com as transformações das relações de produção, da divisão do trabalho e mais especificamente da luta de classes, sendo pois, inerentes aos acontecimentos que tiveram início com a primeira hegemonia da finança (do fim do século XIX à crise de 1929), com o compromisso keynesiano e com a segunda hegemonia da finança, característica do neoliberalismo das últimas décadas.

De início, a crise dos anos 1929 fora responsável pela evocação de intensas críticas direcionadas às análises neoclássicas e a sua visão de que o Estado deveria se abster de qualquer intervenção, ao mesmo tempo em que propagavam-se as ideias do keynesianismo. Essas principais correntes do

pensamento econômico dominante da época entendiam de maneira contrária o papel do Estado na economia, no qual

Os liberais acreditam que a excessiva e equivocada intervenção atual do Estado acaba impedindo o perfeito funcionamento do mecanismo equilibrador do mercado e causando um acúmulo de desajustes sem a possibilidade de correção. Os keynesianos, por outro lado, acreditam que a crise é fruto de uma insuficiente complementação do mercado pela atuação do Estado (VIOTTI, 1986, p. 11-12).

Disto, tem-se que esse mesmo exame da dinâmica histórica capitalista, sob a perspectiva de Wallerstein (2003, p. 72), pode ser reduzido em dois eixos temporais, no qual distingue-se uma fase ascendente “de flutuação com viés de alta ou de expansão econômica, que se estende de 1945 até 1967-1973” e outra fase descendente que se estende entre meados de 1967-1973 até os dias de hoje.

Portanto, com a ascensão dos ideários keynesianos, a fase correspondente aos “30 anos gloriosos” caracterizou-se por não ter “conseguido de maneira alguma eliminar ou ultrapassar o caráter antagônico das formações capitalistas” (FARIAS, 2001b, p. 45). Da fase descendente regida pelos preceitos do neoliberalismo, as formas fenomênicas estatais foram perfeitamente adequadas às práticas capitalistas neoliberais e à chamada revolução política democrática, sendo que o papel do Estado passou da regulação e do disciplinarmente para a pacificação e o controle dos fatores de produção. Farias (ibid., p. 51) acrescenta:

Percebe-se que, de acordo com o mito do mercado livre e eternizado, o Estado pós-moderno passa a ser um simples ator das atividades mercantis, encarregado das funções de representação e de controle. Por um lado, coloca-se em ação no mercado para enfraquecer as políticas públicas industriais, tecnológicas e sociais; por outro lado, situa-se em ação sobre o mercado para a regulação da ordem, dos incentivos e da informação.

Já na nova era do capitalismo neoliberal e levando em consideração o mito do mercado livre e eterno, percebe-se que a intromissão do Estado está cada vez mais ligada aos interesses mercantis. É assim que, em relação ao fenômeno social, a sociedade capitalista proporciona nada mais do que “a transformação das

relações humanas qualitativas em atributo quantitativo das coisas inertes, [...] a reificação que conseqüentemente se estende progressivamente ao conjunto da vida psíquica dos homens” (GOLDMANN, 1979, p. 122) e que possibilita que os mesmos sejam dominados por meio da propagação da ideologia dominante.

2 DOMINAÇÃO SISTÊMICA E REIFICAÇÃO NO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL

Introdução

A partir do delineamento já anteriormente feito, neste capítulo parte-se do pressuposto de que a forma-Estado capitalista atua com o intuito de fortalecer e de difundir a ideologia das classes dominantes, atenuando os conflitos antagônicos existentes e fazendo com que as estruturas do mundo social estabelecido sejam sucessivamente apreendidas como formas eternas e acabadas. Logo, por meio do entendimento acerca do Estado de Bem-Estar Social, apreendido mediante um apanhado histórico, descritivo e que tenta, acima de tudo, manter um viés crítico acerca do desdobramento da matéria, o objetivo aqui proposto é de investigar como se deu o processo de dominação e de reificação nesta forma de Estado.

2.1 A política econômica e social keynesiana

Durante o período que corresponde ao final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) até o início dos anos 1970, a política keynesiana conheceu seu pleno sucesso nos países capitalistas desenvolvidos. Responsável pela recondução do capitalismo, por um forte crescimento e um baixo desemprego que permitiram que a taxa de lucro se mantivesse em um nível elevado, “o keynesianismo é celebrado não somente como salvador do capital, mas também como salvador do trabalho”. (MATTICK, 2009, p. 83).

O marco introdutório de tais medidas propostas por John Maynard Keynes foi a crise econômica mundial entre os anos 1929 e 1933, período conhecido pela Grande Depressão e caracterizado pelo primeiro esgotamento da hegemonia da finança (DUMÉNIL; LÉVY, 2003). Neste cenário, Viotti (1986, p. 59) esclarece que o que presenciou-se foi não somente uma crise com características nacionalistas estadunidense, mas sim uma “crise da economia capitalista mundial, que afetou, de maneira diferenciada, mas profunda, todos os países do mundo capitalista”, sendo que

Nesta época a classe dominante necessitava de uma nova teoria que não só assumisse a forma de novo e eficiente instrumento ideológico, como também lhe servisse de guia para a intervenção no real, especialmente através do principal instrumento de atuação da classe dominante: o Estado. A chamada *Revolução Keynesiana* surge exatamente em resposta a estas necessidades dificilmente conciliáveis em uma só teoria (ibid., p. 58).

As principais consequências dessa crise haviam sido a redução dos salários e a alta taxa de desemprego, no qual o modelo neoclássico vigente já enfraquecido se recusava a alterar seus propósitos ou adequá-los à realidade. Foi justamente com o intuito de propor uma solução para combater a crise que Keynes assumiu e comprometeu-se com um ponto de vista ideológico altamente partidário ao pregar, já em 1926, que “o Estado é que deveria tomar para si a função de dirigir a sabedoria pública para a cura dos *males econômicos do nosso tempo*” (ibid., p. 61).

De fato, Keynes não estava disposto a reconstruir a teoria econômica por meio de uma nova teoria do valor, mas estava sim, interessado em implantar medidas práticas que retirassem a economia capitalista da crise no qual ela se encontrava. Mézáros (op. cit., p. 61) destaca que Keynes era “totalmente convicto de que a ordem dominante manteria para sempre seu controle sobre tudo que realmente importava” e não negava que em relação à luta de classe ele se manteria ligado ao seu “próprio ambiente”, ou seja, do lado da “burguesia educada”.

Por conseguinte e contrariando o pensamento de Marx de que o controle social da economia deveria determinar conscientemente não só o volume, mas também a direção da produção, Keynes insistiu na ideia de que apenas o volume da

produção deveria sujeitar-se ao ordenamento estatal, deixando claro que ele “não se preocupava em alterar as relações de classe existentes, mas sim somente em remover suas inclinações perigosas em tempos de crise” (MATTICK, op. cit., p. 85). O que Keynes propôs foi um diagnóstico a favor da ideologia dominante do sistema social estabelecido, e não de algo que fosse de fato esclarecedor para a realidade.

Quanto a isso, Mészáros (2004) aponta que o verdadeiro problema econômico da época a ser combatido não era, como afirmou Keynes, o da necessidade econômica. Era antes, um problema com bases profundamente sociais e que estaria longe de ser solucionado caso a crescente riqueza social continuasse a ser desperdiçada em vez de ser empregada para satisfazer às necessidades humanas.

Contudo, tendo suas políticas sido legitimadas por meio do sufrágio universal e baseando-se nos sindicatos autônomos e nos partidos dos trabalhadores, o sucesso do Estado de Bem-Estar Social dependeu, segundo Habermas (1988), do poder e da capacidade de ação do Estado que, ao assumir o papel de intervencionista na vida econômica, tomou como objetivos o de cuidar do crescimento econômico, regular as crises e garantir a competitividade das empresas no mercado internacional, além de assegurar e estimular a constante existência de novos postos de trabalho.

Nesse contexto e em relação ao processo de reprodução produtiva, Keynes admitia que a acumulação do capital, a ciência e a eficiência técnica seriam os fatores responsáveis por resolver pouco a pouco o que ele designou como sendo *o problema econômico da humanidade*. Aqui, o problema do desemprego era, no discurso ideológico de Keynes, nada mais do que uma fase temporária, fruto da rapidez dos avanços tecnológicos e que seria reestabelecido a longo prazo, uma vez que tudo isso era imprescindível para galgar o progresso (MÉSZÁROS, op. cit.).

Para Keynes, a acumulação de riqueza seria portanto o objeto, o fim e a salvação do sistema capitalista e, como tal, defendeu a introdução de uma política econômica pertinente e diretamente relacionada às políticas fiscal e monetária. Para tanto, era necessário que o Estado intervisse com o intuito de levar a economia ao pleno emprego por meio do aumento da demanda global, quer se tratasse da demanda por bens de consumo, quer se tratasse da demanda por bens de investimento.

Keynes acreditava que o pleno emprego em um capitalismo desenvolvido é determinado não pelos arranjos salariais feitos entre trabalhadores e patrões, mas sim pela “demanda efetiva” existente, que depende da propensão ao consumo e da taxa de expansão do capital (MATTICK, 2009, p. 21).

Logo, a intervenção do Estado na economia, longe de representar uma ameaça ao sistema, mas sim sua salvação (VALIER, 2005, p. 158), se concretizaria por meio de três frentes distintas e mutualmente influenciáveis para a obtenção dos resultados propostos. Elas levariam em consideração o combate ao desemprego, a adoção de uma política de expansão monetária com o objetivo de baixar a taxa de juros, a implementação de uma política de investimentos públicos, considerada peça estratégica e essencial de toda política de emprego e a estimulação do consumo por meio da redistribuição de renda em benefício das classes menos afortunadas.

Cabe registrar aqui que, para Duménil e Lévy (2003), essas medidas keynesianas foram desenvolvidas visando um tipo de controle macroeconômico, estatal e centralizado, ao mesmo tempo em que se baseavam no crescimento e no emprego e que sofreram inúmeras restrições impostas sobre a prerrogativa da finança - regulamentações da atividade financeira tanto em âmbito nacional quanto internacional, reconhecimento parcial do direito ao trabalho e desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social.

Lipietz (2001) nos lembra portanto, que o modelo de desenvolvimento vigente nessa fase do capitalismo, denominado por vezes de fordismo, esteve baseado em um dado *paradigma tecnológico*, o taylorismo, responsável por rápidos e contínuos ganhos de produtividade; por *um regime de acumulação* baseado em uma redistribuição sistemática de ganhos de produtividade para todas as classes sociais, particularmente para os trabalhadores; e por um pacote de regras governamentais que implicava na centralização e num sistema rígido de redistribuição de ganhos, estabilizado por uma rede de negociação coletiva, pela legislação social e pelo Estado de Bem-Estar.

Isto posto e em meio as características do próprio capitalismo, no qual o homem é obrigado a vender sua força de trabalho para garantir a sua subsistência,

Keynes analisa a questão do emprego e garante que o pleno emprego, “situação em que não há desemprego involuntário” (VIOTTI, 1986, p. 66),

[...] só poderá ser atingido, dada uma propensão a consumir, quando o investimento for precisamente no montante suficiente para que, adicionado ao consumo corrente, atinja o nível de demanda efetiva capaz de absorver todo o desemprego involuntário.

Então, ao entender que os investimentos públicos se constituem num dos principais meios para que o Estado mantenha e preserve o capitalismo, Keynes propõe uma socialização dos investimentos improdutivos que seriam, segundo ele, o único meio de assegurar uma situação aproximada do pleno emprego. Para tanto, a melhor alternativa para o financiamento dos gastos públicos seria a emissão de papel moeda pelo governo o que acarretaria na elevação da inflação, uma das soluções para a crise. A teoria keynesiana não nega que à medida que mais baixos forem os salários, maiores deverão ser os lucros:

Assim, não há como não perceber que o *pleno emprego* – o novo *ótimo econômico* – representa uma situação em que os salários reais estão no mínimo possível e os lucros são máximos. *Pleno emprego*, o produto mais elaborado da ideologia keynesiana, apresenta-se com um conteúdo aparente de objetivo ideal e ótimo que oculta um significado profundo de situação de máxima exploração dos trabalhadores (ibid., p. 86).

O objetivo da estrutura capitalista é antes de tudo o de fortalecer a economia das coisas inertes em relação à realidade humana que, ao invés de ter sua atividade isolada dos produtos, passa a ser cada vez mais integrada nas coisas. Assim sendo, e sob o ponto de vista do processo de reificação, “em toda sociedade a atividade social está estreitamente ligada aos objetos físicos. Os homens agem todos juntos sobre a realidade não humana e essa realidade se transforma continuamente sob a ação dos homens” (GOLDMANN, 1979, p. 124). Ora, a salvação do capitalismo proposta por Keynes não representou nada mais além do que isso, mas sim, por meio do processo de produção e de acumulação capitalista regido pelos preços e lucros, mascarou ainda mais “o caráter histórico e humano da vida social transformando o homem em elemento passivo, em espectador de um

drama que se renova continuamente e no qual os únicos elementos realmente ativos são as coisas inertes” (ibid., p. 123).

Com isso, é evidente que o cerne do projeto do Estado de Bem-Estar Social, baseado na ideologia do pleno emprego, representava, em sua essência, uma saída clara para a crise à medida que pouco considerava as necessidades dos trabalhadores e que acreditava que o mote para a pacificação dos antagonismos de classe estaria baseado na neutralização do fator conflitante próprio do trabalho assalariado.

Esse aspecto foi preponderante para intensificar a transformação do homem em autômato que sofre “passivamente a ação de leis sociais que lhe são totalmente exteriores” (GOLDMANN, 1979, p. 128). O homem passa a ser assim escravo de leis abstratas e de coisas inertes que atingem os mais altos escalões da sua vida, seja de forma menos acentuada nas relações familiares, seja em todo o resto de sua atividade social no qual só lhe cabe contentar-se com a ordem existente.

Foi com esse viés que deliberadamente mascarava o verdadeiro significado do pleno emprego e que implicaria exclusivamente em plena ocupação do capital, que o projeto do Estado de Bem-Estar Social conferiu algum destaque para a reforma das relações trabalhistas, no sentido de que todos aqueles que estivessem aptos para o trabalho deveriam se integrar ao que era apresentado como um “sistema ocupacional tão equilibrado e compensado” (HABERMAS, 1988, p. 120).

Como tal, os trabalhadores tiveram seus direitos garantidos enquanto clientes da burocracia estatal ao passo que o aumento da capacidade aquisitiva lhes garantiu a função de consumidores de bens de consumo, fato este que encobriu o real objetivo de elevação da taxa de lucros. Além do que, em relação ao combate do desemprego, o que Keynes propunha era uma política de redistribuição de rendas em favor das camadas mais pobres, preconizando assim uma política fiscal redistributiva e o desenvolvimento dos sistemas de seguridade social.

Logo, para Habermas (op. cit.) o Estado de Bem-Estar Social pode ser definido por meio do seu aspecto metodológico e pelo seu aspecto substancial que, de certa forma, demonstram o grau de dificuldade que a atuação estatal pode

incorrer ao tentar conciliar de forma pacífica capitalismo e democracia. Entende-se então que

[...] o *aspecto metodológico*: o compromisso do Estado social e da pacificação dos antagonismos de classe são resultado de uma intervenção de um poder estatal democraticamente legitimado para regular e mitigar o processo de crescimento natural do capitalismo. O *aspecto substancial* do projeto se alimenta dos restos da utopia da sociedade do trabalho: ao normalizar o *status* dos trabalhadores por meio da participação cívica e do exercício dos direitos sociais, a massa da população tem a oportunidade de viver em liberdade, justiça social e bem-estar crescente. Isto pressupõe que as intervenções estatais podem garantir a coexistência pacífica entre capitalismo e democracia (ibid., 120-121).

Na visão de Keynes portanto, a intervenção do Estado na economia não era contraditória ao crescimento econômico e em síntese, o poder estatal seria capaz de conciliar ao mesmo tempo as funções de investidor econômico, de regulador da economia e dos conflitos e ainda atuar como um Estado provedor de benfeitorias ao aliar crescimento econômico com legitimidade da ordem social. (TOLEDO, 2009). Resta-nos saber apenas como isso se tornaria viável.

2.2 O pretenso sucesso do Estado de Bem-Estar Social

Em relação ao liberalismo, que enfrentou sua decadência em consequência das lutas sociais e políticas do século XIX e início do XX, o Estado de Bem-Estar Social é saudado como o responsável pela introdução de novos aspectos que envolviam, principalmente, a redefinição das relações clássicas entre sociedade civil e política, a legalização da classe operária e de suas organizações e uma sintetização do papel do Estado. O crescimento econômico industrial e a implementação das políticas sociais a partir da aliança entre os diferentes setores da sociedade foram propiciados por este cenário delineado pela busca para a salvação do capitalismo.

O Estado Bem-Estar Social esteve assim, em condições de agir sobre os aspectos gerais da produção e da distribuição para poder alcançar o objetivo de favorecer o crescimento, a estabilidade dos preços e o pleno emprego. Logo, “o

Estado poderia, por meio de medidas de estimulação do crescimento de um lado ou por política social de outro, ao mesmo tempo favorecer a vitalidade da economia e assegurar a integração social” (HABERMAS, 2000, p. 28).

De acordo com Habermas (1988, p. 119), o projeto de Bem-Estar Social “se constituiu como herdeiro dos movimentos burgueses de emancipação e do Estado democrático constitucional” e foi essencial para que todos os governos dos países ocidentais conseguissem alcançar as maiorias por meio dos ideais e objetivos propostos. No entanto, cabe ressaltar que “uma política de pleno emprego implica coisas diferentes para diferentes nações e para as distintas classes dentro de cada nação” (MATTICK, 2009, p. 80) e, como tal, o seu sucesso ou fracasso está suscetível aos recursos naturais de cada país, da sua posição dentro da divisão internacional do trabalho e do grau de dependência do comércio internacional.

É a partir de tal delineamento que conclui-se que esse projeto não foi unívoco em todos os países ocidentais, como aponta Laurell (2009) referenciada Esping-Anderson⁴. Este autor utiliza-se de critérios qualitativos para definir a existência de três regimes básicos de bem-estar social ocorridos em diferentes países capitalistas desenvolvidos, sendo eles o *social-democrata*, o *conservador-corporativo* e o *liberal*.

Desse modo, o regime de cunho social-democrata presente nos países escandinavos, caracterizou-se pela adoção do “universalismo e por uma importante redução no papel do mercado no âmbito do bem-estar social” (ibid., p. 154), ao passar para a esfera público-estatal o financiamento, a produção e a administração das políticas sociais. Já o modelo conservador-corporativo existente na Alemanha e na Itália, tinha como norte os direitos sociais ao mesmo tempo em que perpetuava uma diferenciação social relevante e que proporcionava efeitos mínimos em relação à redistribuição de renda. Por último, os Estados Unidos, o Canadá e a Inglaterra foram os países que adotaram o regime liberal inscrito sob a lógica do mercado.

Disto, tem-se que as políticas sociais do Estado de Bem-Estar com um cunho mais liberal tiveram como característica o não reconhecimento total dos direitos sociais e do princípio da universalidade, uma vez que somente aqueles que estivessem no mercado de trabalho estariam aptos a receber os benefícios. De

⁴ ESPING-ANDERSON (1990).

acordo com Reich (2008, p. 14), nesta mesma época “as mulheres e as minorias ainda lutavam por igualdade política e oportunidades econômicas” e “a vida dos americanos, de um modo geral, era monótona, conformista é tremendamente estupidificante”.

Além disso, submetidos à lógica do lucro, os bens sociais passaram a ser mercantilizados e as políticas sociais se tornaram mais um meio de disciplinar os trabalhadores e de manter as desigualdades sociais e de consumo, ao não disponibilizar acesso a serviços da mesma qualidade e na mesma quantidade para todos os cidadãos (LAURELL, op. cit.). Nesse contexto, os Estados Unidos representam a maior expressão desse Estado de Bem-Estar liberal e apesar de tudo, Habermas (2000) afirma que foi neste país, no Japão e na Alemanha, que as políticas sociais tiveram o maior raio de ação até os anos 1980.

Portanto, no pós-guerra e após ter sobrevivido à Grande Depressão nos anos 1929, os Estados Unidos atravessou um período de grande prosperidade econômica e social até então sem precedentes. Segundo Reich (2008, p. 04), apesar de todas as deficiências apresentadas, o capitalismo democrático americano deu sinais de que funcionava muito bem, uma vez que “todos os grupos de renda e todas as classes sociais conquistaram terreno, a desigualdade de renda e de riqueza diminuiu, ao mesmo tempo em que emergia uma classe média muito maior”.

Na “era de ouro” estadunidense o que pairava era um sistema relativamente estável e equitativo em que “os meios de produção de bens e serviços eram muito mais previsíveis e estáveis do que hoje e se concentravam em relativamente poucas empresas de grande porte” (REICH, loc. cit.). Não obstante, em um dado momento esse mesmo sistema fora considerado limitado por não proporcionar aos consumidores e investidores alternativas e novas oportunidades oriundas de grandes inovações, consideradas raras, e de novas tecnologias que se mantinham obsoletas e sem avanços significativos.

Mas na contramão desse processo em que as grandes empresas se expandiam e se tornavam ainda mais competitivas, estavam os sindicatos. Reich (2008, p. 30) aponta que “a relação entre os dois lados seria característica central do capitalismo democrático durante a *era de ouro não tão dourada*”, uma vez que o fruto das negociações estabelecidas acarretaria em padrões para toda a economia. Aqui, a economia era baseada na produção em massa sustentada por uma grande

classe média que detinha o poder de compra, ao passo que “quase um terço da força de trabalho era sindicalizada” (ibid., p. 13).

À vista disso, a quantidade de trabalhadores filiados a sindicatos atingiu, durante a Segunda Guerra Mundial, o número de 14 milhões, o que não representou uma ameaça para as grandes empresas (ibid.). Com bons lucros advindos principalmente dos grandes contratos com o governo, estas grandes empresas não necessitavam fazer oposição ostensiva aos sindicatos, que ademais, se comprometeram a não fazer greves e paralisações, caracterizadas como ações impatrióticas.

Mas foi justamente depois da guerra, em que a indústria americana havia aumentado significativamente seus lucros e que os trabalhadores não obtinham aumentos salariais por um logo período de tempo, que os sindicatos resolveram agir e lutar pelos seus direitos. Das ameaças impostas pelo sindicato e de sua organização por setor de atividade, somada à resistência das empresas, a solução imediata fora a greve dos anos 1946 (REICH, 2008).

Os louros dessa movimentação foram colhidos na década de 1950, à medida que os salários aumentaram e que os benefícios indiretos, como fundos de pensão, seguro-saúde e férias remuneradas, se tornaram realidade. Destaca-se que esses benefícios além de serem evidentemente atraentes para os empregados, também o era para os empregadores, que na realidade viam esses subsídios sendo custeados pelos contribuintes. A lógica desse cenário é resumida por Habermas (1988, p. 151):

A democracia do Estado Social de massas e o intervencionismo estatal constituem um sistema que, em certa medida, admite a dinâmica capitalista de crescimento e logo reduz focos de conflitos de classes tradicionais por meio de compensações que não alteram o sistema (dinheiro, tempo livre, etc.), sem afetar o investimento nem a estrutura patrimonial capitalista.

Marx (1975) já afirmava que o que realmente disfarça a essência do caráter social dos trabalhos privados é a forma dinheiro, considerada “o vínculo social primordial nas economias de mercado” (AGLIETTA, 1988, p. 46) e que tem o poder de dominar os indivíduos, que produzem e vendem sua força de trabalho

simplesmente com intuito de manter relações com as coisas. Nesse caso, a realidade propiciada pelo Estado de Bem-Estar Social seguiu alimentando esse intenso processo de reificação, garantindo aos trabalhadores o pleno emprego com vistas ao aumento da demanda efetiva por meio da elevação da capacidade aquisitiva e da propensão ao consumo.

Quanto ao salário mínimo, para Habermas (op. cit., p. 130), o fato do projeto do Estado Social tê-lo implementado teria sido um fator revolucionário em si, e, só não o seria, “se não pudesse proteger o mundo vital frente as consequências contraproducentes adicionais de uma administração providencial, além de protegê-los contra os imperativos desumanos do sistema de relações trabalhistas”. No entanto, não foi bem isso que se sucedeu.

À classe capitalista coube a função de efetivar o processo de racionalização técnica, que envolveu a mecanização do processo de trabalho e a desqualificação da força de trabalho, uma vez que a relação dialética entre capital e trabalho assumida durante todo esse período, foi essencial para deslocar as demandas da classe trabalhadora da área de produção para a área de consumo. Os indivíduos se viram completamente anulados em face ao poder do capitalismo, que rompeu os limites da economia e penetrou sobremaneira o campo da formação da consciência, convertendo inclusive, os bens culturais em mercadorias, e inculcando a ideia de que o que somos depende do que podemos ter (RÜDIGER, 2007).

Com isso, percebe-se que a classe trabalhadora foi sendo gradualmente envolvida por uma situação reificada, alienada e colonizada, ao incorporar as ideias e crenças propagadas pela classe dominante que reproduzia a ordem social por consenso e não por coerção. A mudança no campo do mercado de trabalho também impôs um grande peso sobre os trabalhadores e sindicatos, que perderam membros e contribuições e foram forçados a praticar uma política de alianças com vistas a atender aos interesses de curto prazo daqueles que tinham empregos (HABERMAS, 1988).

Sendo assim, a colaboração dos sindicatos no processo de produção e a aparente aceitação da ordem capitalista e suas relações de propriedade por parte dos movimentos operários, sugeriu para uma nova posição nos círculos acadêmicos que deram conta do “fim da ideologia”, o que representa uma verdadeira expressão de como os trabalhadores foram dominados pelo sistema capitalista.

Assim, os grandes sindicatos se juntaram às grandes empresas como partes integrantes do sistema econômico americano. Não mais mero movimento social, os sindicatos eram agora componente definitivo do capitalismo democrático, compartilhando com as empresas o mérito e a responsabilidade por garantir a crescente prosperidade do país (REICH, 2008, p. 35).

De acordo com Mészáros (2004, p. 109), a ideia do “fim da ideologia” se tornou dominante no meio intelectual durante quase três décadas após a Segunda Guerra Mundial, representando nada mais do que a racionalização de um desejo. Mas é relevante destacar que proclamar o “fim da ideologia”, o que por si já é uma ideologia, é inconcebível “enquanto existirem conflitos sociais importantes com os quais estão inextricavelmente interligadas”.

Logo, tudo isso se deu a partir do momento em que a prosperidade e o crescimento da classe média americana se tornaram “um dos maiores trunfos do capitalismo democrático” (REICH, op. cit., p. 35). Esse pretenso sucesso do modelo vigente, garantidor de bons salários que foram capazes de fazer com que a renda da família americana duplicasse, foi essencial para aumentar o poder de compra das famílias em um processo marcado pela ideologia de que quanto mais tempo de serviço do empregado na organização maior seria o crescimento dos negócios salários conforme os critérios de antiguidade.

Dessa forma, a esfera pública passou a ser colonizada pelo consumismo promovido pelos interesses mercantis e pela propaganda manipuladora dos partidos políticos e dos estados pós-liberais, como no caso do nazifascista mas, também, dos regimes democráticos de massas (Estados Unidos) (RÜDIGER, 2007, p. 141).

Pois foi mesmo com esse caráter manipulador, imbuído em todos os âmbitos da gestão estatal, que a democracia dos Estados Unidos foi considerada por vários cientistas políticos da época como aquela que ainda se mantinha sensível às necessidades e aspirações dos cidadãos, com um pluralismo de grupos de interesse. Com base em Reich (2008, p. 03), entende-se que a participação de variados grupos de interesse organizados em favor de bandeiras específicas foi um fator importante para estabilizar a democracia e possibilitar mudanças pacíficas,

sendo que “em 1964, quase dois terços dos americanos acreditavam que o governo era exercido em benefício de todos e apenas 29% afirmavam que ‘era conduzido por uns poucos interesses poderosos’”.

Portanto, esse capitalismo democrático que combinou economia e política era baseado em um modelo complexo e contínuo de negociações que, feitas direta ou indiretamente, tinham como consequências:

[...] primeiro, grandes economias de escala, gerando alta produtividade e, portanto, lucros expressivos; segundo, dezenas de milhões de empregos diretos; terceiro, ampla distribuição dos lucros (para baixo, aos operários e funcionários, e para fora, às pequenas comunidades, agricultores e outras partes); quarto, milhões de consumidores que aproveitavam essa fartura para comprar bens e serviços produzidos em quantidades cada vez maiores, estabilizando, assim, as eficiências e reduções de custo resultantes da produção em larga escala. O resultado de tudo isso foi a ascensão de uma classe média grande e crescente, em todo país, o que estabilizou o sistema político. Completava-se o ciclo (REICH, 2008, p. 46).

Mas, de acordo com Habermas (1988) e para além do sucesso do modelo estadunidense, o projeto de Bem-Estar Social enfrentou dificuldades intrínsecas que surgiram com o seu êxito. As dificuldades tinham relação quanto ao poder do Estado intervencionista e sua capacidade de driblar o sistema capitalista em função das necessidades e das bandeiras levantadas pelo seu programa, além de envolver em um segundo plano uma dúvida acerca do papel e da capacidade do poder político como o meio mais adequado para operar mudanças e alcançar o objetivo substancial de melhorar e consolidar formas de vida mais dignas e emancipadas aos indivíduos.

Quanto ao primeiro quesito, o Estado de Bem-Estar encontrou fortes barreiras para assegurar sua política econômica frente ao mercado mundial assim como o teve em escala interna, já que “à medida que vai aplicando seus programas, o Estado Social tropeça claramente com a resistência dos investidores privados” (ibid., p. 121). Ainda em relação a tal aspecto, essa forma de Estado capitalista teve como pressuposto o de respeitar a forma de funcionamento imposta pelo sistema econômico e, como tal, estaria impossibilitado de intervir nos investimentos privados, salvo por meio de medidas que fossem apropriadas e que estivessem intrinsecamente relacionadas ao sistema.

Assim, o Estado Social que conseguiu seus propósitos se encontra em uma situação em que se deve perceber que ele mesmo não é uma 'fonte de bem-estar' e que não pode garantir a segurança no local de trabalho como se fosse um direito civil (ibid., p. 122).

É nesse sentido que Habermas (ibid.) aponta que a partir do momento em que o Estado Social encontra barreiras impostas pela iniciativa privada para aplicar seus programas, ele acaba conseqüentemente correndo o risco de perder a sua base social. A isto, soma-se o fato de que as classes sociais em mobilidade, que eram ainda mais beneficiadas com os resultados do Estado social em épocas de crises, "podem dar lugar a uma mentalidade de proteção da propriedade e podem também aliar-se com a velha classe média, especialmente com as camadas mais partidárias da ideologia 'produtivista'" (ibid., p. 122), se transformando em mais um entrave para a consecução de políticas sociais que privilegiavam os grupos marginalizados.

O objetivo do Estado de Bem-Estar era portanto, o de manter

[...] o estabelecimento de formas vitais estruturadas igualmente que, ao mesmo tempo, permitam meios para a auto realização e espontaneidade individuais. Porém, evidentemente, este objetivo não pode ser alcançado pela via direta de uma aplicação jurídico-administrativa de programas políticos. A geração de novas formas vitais é uma tarefa excessiva para o meio do poder (HABERMAS, op. cit., p. 124).

Assim sendo, o Estado intervencionista tomava para si a tarefa de conciliar o disciplinamento do poder econômico descontrolado e "proteger o mundo vital dos trabalhadores dependentes das influências destrutivas de um crescimento econômico cheio de crises". Os reformistas eram partidários de que, frente ao "egoísmo sistemático da economia", era plausível que o Estado além de intervir na esfera econômica, também o fizesse no mundo vital dos cidadãos com o intuito de garantir um nível mais elevado de justiça social. No entanto, para salvaguardar o objetivo do seu programa de promover a reforma das condições de vida dos trabalhadores, o Estado de Bem-Estar necessitava então, de uma grande quantidade de poder afim de "conseguir força de lei, financiamento dos orçamentos públicos e a eficácia real no mundo vital de seus beneficiários" (ibid., p. 123).

Habermas (1988) conclui que os programas do Estado de Bem-Estar estavam relacionados à uma prática de normalização e de vigilância que, ademais, configurou o mundo vital em um espaço regulamentado, dilacerado, controlado e tutelado no qual os conflitos sociais foram internalizados e transferidos para o terreno do psíquico e do corporal.

2.3 A Derrocada do Estado de Bem-Estar Social e a ascensão do neoliberalismo econômico

O período entre os anos 1968 e 1973 fora marcado pelo aumento significativo do número de trabalhadores e de indivíduos que se mobilizavam e participavam de greves em boa parte dos países desenvolvidos. De grande impacto e encarados como ameaçadores da ordem social, estas manifestações da classe operária simbolizaram uma mudança de foco ao incorporar não só causas com efeito sócio-psicológicos, mas também econômicas, técnicas e políticas.

Dos vastos benefícios conquistados pelos sindicatos durante a década de 1950 e 1960, e efetivados em troca da colaboração da classe operária no processo de racionalização técnica, os movimentos que se sucederam no final dos anos 1960, “tomaram de surpresa tanto as organizações operárias como a classe capitalista, que se viram dramaticamente afetados” (NAVARRO, 2009, p. 92).

[...] os sindicatos interessaram-se cada vez mais pela análise das relações de poder no local de trabalho, que, por sua vez, refletem as relações de poder fora da empresa. Esta mudança surgiu como resultado da pressão exercida pelos próprios trabalhadores. [...] Os avanços mais progressistas na redefinição das relações capital-trabalho no processo de produção e no Estado ocorreram nos anos 70. Essas intervenções forçaram os empresários dos países capitalistas mais importantes a compartilhar parte de seu controle sobre o processo produtivo com os trabalhadores (ibid., p. 93).

Nesse contexto e diferentemente da sujeição às classes dominantes presenciada na década anterior, os partidos operários ressurgiram trazendo à tona questões como a da propriedade dos meios de produção. Navarro (loc. cit.) aponta que na década de 1970, “introduziram-se reformas no local de trabalho em nível

estatal, com a restrição do poder dos empresários” e com a regulamentação do processo de trabalho que ocorreu por meio da aprovação de legislações relativas ao direito dos trabalhadores.

No entanto, quanto aos limites impostos ao Estado de Bem-Estar Social na década de 1970, Habermas (1988, p. 119) defende a tese de que

[...] a nova impenetrabilidade pertence a uma situação em que o programa do Estado Social, que seguiu alimentando-se da utopia da sociedade do trabalho, perdeu a capacidade de formular possibilidades futuras de alcançar uma vida coletiva melhor e mais segura.

Foi essa perda de capacidade, aliada a outros aspectos, que deixaram o Estado de Bem-Estar mais do que na eminência da crise que teve início nos anos 1970. Reich (2008) aponta que o pontapé inicial para essa mudança de paradigma esteve diretamente relacionado com a forte desaceleração ocorrida ainda nos anos 1970, logo após os grandes ganhos de produtividade das décadas precedentes. No entanto,

A verdadeira explicação envolve a maneira como as tecnologias criaram condições para que os consumidores e os investidores tivessem oportunidades cada vez melhores – e como oportunidades, por sua vez, retiraram do sistema a igualdade e a estabilidade relativas então existentes, assim como outros valores sociais (ibid., p. 50).

Toledo (2009, p. 76-77) dá conta da existência de quatro explicações para a crise. Dessa forma, a tentativa estatal de atuar com vistas a garantir o crescimento econômico e o pleno emprego, de fazer conciliar o eixo da acumulação do capital e da ordem social, foi preponderante para que o Estado fosse “obrigado a gastar muito além de um orçamento não-inflacionário”, o que resultou em uma crise fiscal e na primeira causa da crise. Por conseguinte, a inflação das demandas e das proteções aos trabalhadores pressionou para a baixa da taxa de lucros e de investimento, ocasionando uma crise de acumulação. Num movimento contrário, a crise de acumulação ocorreu em decorrência da crise do Estado Social, que teve suas receitas dependentes “dos impostos aos assalariados e ao capital, e do nível do emprego e do salário”. E por fim mas não menos importante, a crise do Estado como

consequência do taylorismo-fordismo em nível dos processos de trabalho, gerando entre outros fatores, desemprego, baixa dos salários, menor arrecadação para o Estado e sua consequente reestruturação em direção ao neoliberalismo.

Já segundo Lipietz (2001, p. 21), a crise do compromisso capital-trabalho assumido durante esse período, fundamentou-se exatamente sobre estas duas facetas. A primeira causa da crise foi oriunda do processo de globalização e o modo como ele proporcionou uma “extensa internacionalização dos mercados e redes produtivas sem a harmonização internacional correspondente de compromissos salariais”. A segunda causa teria sido mais sutil. Ela diz respeito a crise da organização taylorista do trabalho que exauriu sua capacidade de racionalização do trabalho.

Frente a isso, diversos foram os diagnósticos dados à crise com propostas de reforma que variaram de acordo com a linha ideológica, seja pela direita apontando para a reestruturação do papel do Estado, bem como da sua desconcentração e descentralização, seja pelo campo da esquerda.

Habermas (1988, p. 125) sublinha que perante os problemas e obstáculos inerentes ao Estado Social e o provável esgotamento do potencial inovador da utopia da sociedade do trabalho, três correntes distintas surgiram pelo mundo: o *legitimismo* e “a necessidade de conservar o já estabelecido”; o *neoconservadorismo*, representado por Ronald Reagan e Margaret Thatcher e que formula uma crítica ao Estado Social ao defender uma política econômica voltada para um novo regime de acumulação; e a *dissidência*, proposta pelos críticos do crescimento, que acreditam que “o mundo vital está igualmente ameaçado pela mercantilização e pela burocratização” (ibid., p. 128), mas sem superar as facetas do Estado Social.

Os neoconservadores e os teóricos da nova direita afirmavam que a solução para a crise “parte do postulado de que o mercado é o melhor mecanismo dos recursos econômicos e da satisfação das necessidades dos indivíduos” (LAURELL, 2009, 161), enquanto que o intervencionismo estatal advindo do Estado de Bem-Estar teria tendências antieconômica e antiprodutiva, além de ser ineficaz e ineficiente. Ora, na visão neoliberal, esse papel de intervenção provoca a crise fiscal do Estado, desestimula o capital a investir e os trabalhadores a trabalhar, é partidário do monopólio econômico estatal em vez de responder as demandas

populares e não consegue eliminar a pobreza. Resumidamente, na visão neoliberal a intervenção do Estado na economia “é uma violação à liberdade econômica, moral e política, que só o capitalismo liberal pode garantir”, como afirma Laurell (ibid., p. 162).

Princípios como o da reconstrução do mercado, da competição e do individualismo entram em cena como sendo a solução para a crise, e o objetivo passa a ser cada vez mais o de eliminar a intervenção do Estado, seja por meio de suas funções de planejamento, de agente econômico direto ou por meio da diminuição da sua função relacionada ao Estado de Bem-Estar. Neste quesito, “o neoliberalismo opõe-se radicalmente à universalidade, igualdade e gratuidade dos serviços sociais” (ibid., p. 163) e portanto,

As estratégias concretas idealizadas pelos governos neoliberais para reduzir a ação estatal no terreno do bem-estar social são: a privatização do financiamento e da produção dos serviços; cortes dos gastos sociais, eliminando-se programas e reduzindo-se benefícios; canalização dos gastos para os grupos carentes; e a descentralização em nível local (LAURELL, loc. cit.).

Mas a tentativa neoliberal de impor um novo padrão de acumulação em termos políticos só se tornaria viável a partir do momento em que a classe trabalhadora fosse enfraquecida e, para tal, era necessário acabar com as instituições de bem-estar social, caracterizada como sendo “uma das bases da ação coletiva e solidária que diminuem a força desagregadora da competição entre os indivíduos do mercado de trabalho” (ibid., p. 164). Mas a isto, ainda soma-se o fator econômico voltado para a destruição das instituições públicas com o objetivo de expandir os investimentos privados.

Portanto, diante uma ameaça eminente à classe capitalista, respostas foram dadas aos trabalhadores tanto nos locais de trabalho quanto a nível estatal. Em relação à produção, as mudanças se sucederam tanto no processo em si como também nas relações dentro da empresa, que passaram a ser baseadas em racionalizações administrativas e gerenciais e que sofreram influência direta pelo surgimento e introdução dos novos aparatos tecnológicos, como os computadores e microprocessadores.

Já em nível estatal, era necessário que o capital fizesse frente a popularidade do Estado Social, bem como do movimento socialista e do sindicalista, que cresciam e se tornavam mais importantes nos principais países do norte. Logo, no âmbito da produção, a saída encontrada para garantir o poderio capitalista e desqualificar o Estado intervencionista foi colocada em prática pela centralização da direção e do controle e pela descentralização da execução. Pragmaticamente falando, a política proposta era a de estimular a internacionalização da produção e seus benefícios de “menores custos trabalhistas, cenários menos regulados e forças operárias mais dóceis” (NAVARRO, 2009, p. 98).

Todas essas mudanças no modo de produção, tidas como uma resposta do capital diante a força do movimento operário, foi responsável na década de 1980, pelo estabelecimento de políticas estatais de austeridade, no qual inclui

redução dos gastos sociais, o crescimento do desemprego, o enfraquecimento da legislação estatal protetora dos trabalhadores, dos consumidores e do meio ambiente, e a flexibilização forçada do mercado de trabalho através da desregulamentação. As políticas de austeridade dos anos 80 foram acentuadas em países onde os sindicatos têm sido tradicionalmente fracos (como nos Estados Unidos) e em países com regimes governamentais reacionários (Reagan e Thatcher). [...] As políticas reaganianas e thatcherianas implementadas não receberam apoio popular nem nos Estados Unidos nem na Grã-Bretanha (ibid., p. 110).

A expressão mais evidente oriunda dessa crise estrutural dos anos 1970 e 1980, foi sem dúvida o aumento exagerado da onda de desemprego, comum à Europa e aos Estados Unidos. Para Duménil e Lévy (2003), a principal causa para o aumento do desemprego fora a diminuição da acumulação do capital, bem como do investimento e do crescimento da produção. Destaca-se que essa redução da acumulação se dá pela baixa nas taxas de lucros, fonte de financiamento interno e incentivo ao investimento.

As medidas com o intuito de enfraquecer a classe dos trabalhadores e fazer frente ao Estado de Bem-Estar foram estabelecidas por Reagan e envolviam a criação de um enorme déficit fiscal e o disciplinamento do movimento operário durante os anos 1980, com reduções de salários e das gratificações complementares. Navarro (ibid., p. 116) conclui que “a maioria da classe

trabalhadora e das massas populares não se beneficiou das medidas políticas conservadoras”, que correspondeu a somente 20 ou 30% das camadas mais altas da população sendo de fato beneficiadas e tendo um aumento considerável no poder de consumo. Para a maioria restante, pouca coisa mudou.

Habermas (2000) afirma que foi depois dos anos 1980 portanto, que os países que faziam parte da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) presenciaram uma inversão de tendência à medida em que o montante global das prestações sociais diminuiu, que o acesso ao sistema de seguridade social se tornou mais difícil e que a pressão sobre os desempregados aumentou

A transformação e desarticulação do Estado Social são a consequência direta de uma política econômica orientada em direção a oferta, visando simultaneamente desregular o mercado, reduzir as subvenções e melhorar as condições de investimento, tendência relacionada a uma política anti-inflacionária assim como a uma baixa de impostos diretos, a privatização das empresas públicas e a outras medidas do mesmo tipo (ibid., p. 29).

Foi assim que o Japão e os Estados Unidos se renderam às características do pós-fordismo e introduziram a prática das terceirizações e da flexibilização, descentralização, diferenciação, mobilidade, comunicação, descentralização e internacionalização, e conferiram uniformidade à produção e ao consumo (NAVARRO, 2009). Ressalta-se que o pós-fordismo foi responsável pela ascensão de vários opostos, entre eles, o das mudanças que enfatizam o individual e que fazem com que as práticas de classe se fragmentem, se isolem no mundo privado e, conseqüentemente, funcione como antítese da consciência de classe.

Não menos importante, a introdução das novas tecnologias trouxe consigo a falácia de que o tempo livre dos trabalhadores aumentaria ao passo que eliminaria muitos trabalhos tidos como rotineiros e essenciais. Ao contrário disto, Navarro (ibid., p. 102) afirma que nas últimas décadas, nos Estados Unidos e em outros países capitalistas desenvolvidos, foi possível detectar que a introdução das novas tecnologias proporcionou “mais aumentos do que reduções nas horas de trabalho, por trabalhador e por família”.

Cabe ressaltar ainda que, de acordo com Navarro (2009, p. 111), as opiniões propagadas por Reagan e Thatcher não se efetivaram como ideologias hegemônicas, pelo fato de que elas não conseguiram atingir e muito menos influenciar a percepção popular, mesmo tendo tido os meios de comunicação ao seu favor. Tais medidas de austeridade significaram uma “expressão das respostas mais extremas da classe capitalista ante as ameaças da classe operária”.

Mesmo assim, só isso não foi suficiente para frear a derrocada do Estado de Bem-Estar Social. Este capitalismo democrático que enfrentou dificuldades para efetivar suas políticas protecionistas e gerar bens públicos, transformou-se em mais um “instrumento da nova ordem econômica internacional, fechando assim um ciclo que se iniciara no século XIX e que por mais de um século serviu para confundir, desorientar e conter os processos de ruptura com o capital” (COSTA, 2013, 214). Deu-se lugar ao “supercapitalismo” e suas mudanças que reverberaram em escala global.

O início dos anos setenta inaugura um novo período marcado pela baixa das taxas de lucro. As políticas keynesianas de estímulo à demanda são colocadas em questão e políticas de austeridade as substituem. Ao mesmo tempo certos aspectos da teoria neoclássica voltam à tona, em especial a ideia que deixar as forças de mercado atuarem livremente, principalmente não impedindo da baixa de salários, é o melhor meio de evitar um desemprego permanente. Contudo, pensava-se que essa ideia tinha definitivamente desaparecido após a crise dos anos trinta e da crítica de Keynes (VALIER, 2005, p. 161).

Foi justamente nesse contexto de reestruturação do sistema capitalista que o pós-crise seguiu em direção para um conjunto de reformas orientadas pelo mercado. O que se presenciou nos anos seguintes até os dias de hoje foi um quadro de intensa reestruturação produtiva alinhada com a hegemonia da finança, a mundialização do capital, uma remontagem do Estado e o surgimento de novas abordagens ideológicas, agora propagadas pela perspectiva neoliberal.

Conclusão

Portanto, os países capitalistas desenvolvidos atravessaram por todo o século XX uma grande onda de transformações que proporcionaram inúmeros avanços. Após a segunda Guerra Mundial e com a consolidação do Estado de Bem-Estar Social nos países do centro, questões como a da proteção social ganharam novos contornos a partir da luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho. No entanto, longe de significar uma real mudança na vida dos trabalhadores, o projeto social-democrata se consolidou para além disto.

Mesmo possibilitando benefícios que de fato se tornaram louváveis, não foi à toa e com o objetivo maior de promover o bem-comum que Keynes atuou propagando a ideologia do pleno emprego. Longe disso, as políticas keynesianas na sua essência convergiam de encontro com os interesses capitalistas e como uma solução para a crise de 1929 que atingia sobremaneira os países centrais. Logo, trabalhar em favor do pleno emprego não era somente uma medida para estabilizar os salários e diminuir a taxa de desemprego, mas era antes uma medida com vistas a manter o ritmo de crescimento do capital e o padrão de dominação.

Foi por meio da garantia do pleno emprego, bem como dos salários, que o capital pôde manter a classe trabalhadora ao seu favor. Não esqueçamos que a lógica aí instaurada para manter o ciclo econômico, baseava-se, antes de tudo, em uma equação que envolvia a garantia do pleno emprego, o aumento da propensão ao consumo e conseqüentemente da demanda efetiva e da taxa de lucro, num contexto de máxima exploração dos trabalhadores, como apontou Viotti (1986).

E é justamente assim que as esferas econômica e política com vista aos interesses sistêmicos e ao aumento da produtividade, passa a interferir e influenciar o espaço vital dos trabalhadores que, envoltos de compensações, passam a se ver aparentemente melhores do que nunca. À medida que a quantidade de bens a eles oferecidos aumenta e que novos padrões de vida surgem, de nada adianta-lhes negar a reificação, já objetivamente fixada por meio do processo de subordinação da consciência à racionalidade capitalista.

3 DOMINAÇÃO SISTÊMICA E REIFICAÇÃO NO ESTADO PÓS-MODERNO

Introdução

Após a crise dos anos 1970 e 1980 que pôs definitivamente em xeque as políticas keynesianas implementadas durante o Estado de Bem-Estar Social, o velho liberalismo econômico assume nova roupagem e, rebatizado de neoliberalismo, entra em cena com o intuito de restaurar os interesses capitalistas, concretizando-se para além de uma teoria, mas sim como uma geopolítica absolutista (SÉNÉCHAL, 2014).

Ditado por um regime de acumulação com dominância financeira, o Estado pós-moderno – por vezes designado aqui por neoliberal – passa a ser cada vez mais impulsionado pelas imposições de ordem econômica e, como tal, intensifica sua atuação em favor das classes dominantes e em detrimento das classes subalternas. É justamente deste modo que o Estado vai encontrar meios suficientes para ao mesmo tempo propagar a ideologia do mercado livre e eterno, colonizar o mundo vital dos indivíduos e concretizar a dominação.

Vale sublinhar que pelo lado do capital, a chamada era pós-fordista tende para traços denominados como financeirização e globalização, enquanto que pelo lado do Estado, a era pós-moderna tende a traços como liberalismo e autoritarismo, marcadas assim, por “relações orgânicas entre formas sociais e históricas, que implicam um todo com múltiplas determinações tanto quantitativas, como qualitativas” (FARIAS, 2003b, p. 92).

Por conseguinte, este capítulo tem como objetivo principal o de investigar como o Estado pós-moderno está relacionado com o processo de dominação e de reificação, utilizando-se para isso, de uma contextualização que busca manter um caráter crítico sobre a questão. Ressalta-se portanto, que assim como o capítulo anterior, aqui também consideramos que a forma-Estado capitalista atua com o intuito de fortalecer e de difundir a ideologia das classes dominantes com vistas a atenuar os conflitos antagônicos e fazer com que as estruturas do mundo social estabelecido sejam apreendidas como formas eternas e acabadas.

3.1 A globalização neoliberal e o Estado pós-moderno

A crise do capitalismo ocorrida nos anos 1970, o avanço tecnológico, a reorganização geopolítica e as lutas de classes, foram fatores consagrados como marcos iniciais do processo de reestruturação produtiva e pela adoção do neoliberalismo como padrão econômico. Foi neste contexto que um novo conjunto de políticas foi imposto, tornando este “um processo consciente, deliberado, cuidadosamente orquestrado, e não o resultado de um mecanismo de mercado qualquer”, no qual “o fracasso das políticas keynesianas diante da crise estrutural iniciada nos anos 1970 criaram as circunstâncias favoráveis para o restabelecimento da finança, por meio do monetarismo seguido pelo neoliberalismo” (DUMÉNIL; LÉVY, 2003, p. 32).

É perceptível que a crise se manifestou como uma reação do capital frente ao Estado Social, mais precisamente quando o baixo retorno dos investimentos produtivos levou a uma fuga de capital do setor produtivo para a esfera financeira e especulativa. Logo, Salvador (2010, p. 609) afirma que de fato a especulação financeira ganhou novos contornos a partir de meados da década de 1970, “com a criação dos novos ‘produtos’ financeiros”. É a partir deste novo cenário econômico mundializado que começa a busca irrestrita pela “mobilidade global por parte do capital para a qual a flexibilização e as políticas liberalizantes são imperativas”. Os movimentos da finança tiveram assim, o seu restabelecimento no pós-crise e mais precisamente por meio do advento do neoliberalismo.

Em vista disso, é de extrema relevância destacar que foi a partir dos eventos que se sucederam em meados de 1968 que se tornaram de fato “marco para o desencadear de uma nova era” (FARIAS, 2001b, p. 45), marcado pelo advento do Estado capitalista pós-moderno.

Somente a partir dos anos 70, a contra-revolução burguesa da nova era do capitalismo revelou, de maneira cada vez mais evidente, formas particulares de expressão tanto na base, marcada pela intensificação da subsunção real do trabalho ao capital, quanto na superestrutura, onde se manifestam os fetichismos e as mistificações correspondentes (ibid., p. 46).

Longe de querer reafirmar a tese de que a luta de classes teria desaparecido, como afirmam as “utopias abstratas” pós-modernistas, esse Estado capitalista pós-moderno é então caracterizado a partir do entendimento de um Estado fraco, no qual inexistiria o seu vínculo com as lutas de classes, e de um Estado forte, “capaz de subsumir efetivamente o espaço social dentro de sua ordem” (ibid., p. 47). Assim, tal Estado fraco seria aquele que atua como um agente neutro e distante da situação concreta, ao passo que o Estado forte age justamente na contramão disto; ele age antes como um Estado que preza os interesses do capital em detrimento das necessidades dos trabalhadores, que, compassadamente, são favorecidos com falsas vantagens e com a minimização dos seus direitos sociais.

Desse modo, é nesse Estado pós-moderno, em que as formas fenomênicas estatais seriam perfeitamente adequadas às práticas capitalistas neoliberais e à chamada revolução política democrática, que a intromissão estatal passou da regulação e do disciplinarmente para a pacificação e controle dos fatores de produção. Assim,

Percebe-se que, de acordo com o mito do mercado livre e eternizado, o Estado pós-moderno passa a ser um simples ator das atividades mercantis, encarregado das funções de repressão e de controle. Por um lado, coloca-se em ação no mercado para enfraquecer as políticas públicas industriais, tecnológicas e sociais; por outro lado, situa-se em ação sobre o mercado para a regulação da ordem, dos incentivos e da informação (ibid., p. 51).

É assim portanto, que o Estado pós-moderno e o seu favorecimento ao mercado, se inscreve numa lógica que, por um lado, assegura “a garantia da propriedade privada e a acumulação de capital e por outro, garantem o clima social necessário a esta acumulação” (FALEIROS, 2009, p. 53). O que se vê aqui é que ao mesmo tempo em que o Estado utiliza de aparelhos repressivos que trazem à tona a questão social como questão de polícia, ele ainda utiliza e confere certo grau de prioridade aos aparelhos ideológicos, como os meios de comunicação, que não cessam de reafirmar a primazia da circulação sobre a produção e de agravar ainda mais as desigualdades por meio do processo de dominação e reificação das classes.

Não é à toa que os aspectos fetichistas do Estado pós-moderno vai se situar justamente nessa dualidade. Com base em Farias (ibid., p. 57), à medida que os aparelhos estatais são tomados como “esvaziados de substância natural e isolados do social, mas funcionais na obtenção da estabilidade e na busca do bem comum”, eles exigem, como Estado fraco, a personificação de um agente social débil; no entanto, o que as políticas neoliberais exigem é uma ação que esteja à margem da neutralidade. Destarte, “a reificação do Estado liberal pós-moderno reside no fato de que, em última instância, é o aparelho policial quem garante a ordem” (p. 58).

Logo, em meio a essas características, a nova ordem mundial pós-moderna articulada com o processo de concentração e centralização do capital para a formação de um comando político global (FARIAS, loc. cit.), incidem por meio de desenvolvimento desigual principalmente nas sociedades periféricas que são levadas a adotar estritamente a doutrina neoliberal. Essa expansão do capitalismo e a busca por um mercado global estão diretamente relacionadas ao processo de globalização, predominantemente vinculado à financeirização da economia mundial e que é entendida por Salvador (2010, p. 610) como “a acentuação da esfera financeira no processo de acumulação capitalista”.

Chesnais (1996, p. 26) vai creditar a dois fatores da década de 1980 a chegada desse padrão de acumulação, a saber: “a desregulamentação financeira e o desenvolvimento, cada vez mais acentuado, da globalização financeira” e “o papel das novas tecnologias que funcionam, ao mesmo tempo, como condição permissiva e como fator de intensificação dessa globalização”. Mas, o autor referenciado adota o termo “mundialização” para diminuir a falta de nitidez conceitual de “globalização”, sendo que tal mundialização inclui as atividades dos grupos empresariais e os fluxos comerciais que elas provocam, além da globalização financeira, devendo ser pensada como uma fase específica do processo de internacionalização do capital e de sua valorização.

Portanto, o regime de acumulação com dominância financeira está diretamente relacionado com a “globalização” ou, mais precisamente, com a mundialização do capital, que diz respeito a liberalização e desregulamentação não apenas da finança, mas também do investimento externo e das trocas comerciais,

sendo que ele “é plenamente desenvolvido nos Estados Unidos, enquanto que a Europa continental continua atrasada” (id., 2003, p. 96).

O regime de acumulação é mundializado no sentido em que ele organiza uma projeção internacional muito forte e influência da dominação sistêmica da parte dos países capitalistas onde o regime se instituiu primeiramente (ibid., p. 53).

A mundialização se tornou então, o resultado de dois movimentos conjuntos, interligados e distintos, que envolvem, de acordo com Chesnais (op. cit.), a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1994 e que está relacionada às políticas de liberalização, de privatização de desregulamentação e de desmantelamento das conquistas sociais e democráticas, aplicadas desde o início da década de 1980. A característica essencial dessa mundialização é a capacidade de integrar, como componente central, um duplo movimento de polarização interna e internacional.

Farias (2001b, p. 54) destaca que na era do Estado pós-moderno as práticas governamentais se tornam mundializadas ao representarem, antemão, os interesses das grandes empresas multinacionais e das instituições financeiras que são imbuídas de poder para regular a economia internacional. As interações comerciais oriundas da mundialização do capital estaria então, longe de retomar o mito do mercado auto-regulável, “projetadas para as necessidades do poder e do lucro, subsidiados e apoiados por insidiosas intromissões estatais”. Logo, a estruturação comunitária do mercado e o intenso fluxo de capital provoca sim, uma normalização tecnocrática supranacional com tendência excludente da legitimação democrática nacional.

Ainda sobre a análise de tal fenômeno global, Santos (2002, p. 26) também discorre sobre os preceitos da globalização e afirma que “estamos perante um fenômeno multifacetado com dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas interligadas de modo complexo”. Desta maneira, a globalização deve ser entendida para além de um processo linear ou consensual, mas deve antes ser vista como “um vasto e intenso campo de conflitos entre grupos sociais, Estados e interesses hegemônicos, por um lado, e grupos sociais, Estados e interesses subalternos, por outro”.

Assim, para Santos (op. cit.), a globalização nos termos econômicos atravessa todo o sistema mundial com intensidade desigual e em consonância com a posição dos países no sistema mundial, sendo sustentada pelo consenso econômico neoliberal e pela sua cartilha de orientações transformadoras das políticas nacionais. Aqui, ressalta-se que os países periféricos e semiperiféricos são os que mais estão sujeitos às imposições do receituário neoliberal. Quanto a isto,

A generalização do desenvolvimento desigual, sob a forma de sociedades excludentes, alcançando atualmente o cerne das próprias economias avançadas, embora apenas na periferia tenha de observar estritamente as doutrinas do neoliberalismo, que o centro está livre para descartar à vontade, conforme os interesses hegemônicos. Em vez de ocorrer liberalização da entrada de investimentos estrangeiros em qualquer território nacional, aumenta o desequilíbrio na distribuição do investimento estrangeiro direto, favorecendo países mais desenvolvidos e mais protecionistas em termos de relações econômicas internacionais (FARIAS, 2001b, p. 53).

A globalização promoveu uma nova configuração do mundo que anteriormente polarizado pela geopolítica da Guerra Fria, passou a ser comandado por um centro composto pelos Estados Unidos, Alemanha e Japão (RAMOS; BARBOSA, 2002). O que a globalização trouxe para o processo de distribuição global dos capitais foi a criação de mercados com base em suas especificidades, como fator de produção e modo de consumo, à medida que a finança deixou de ser uma simples auxiliar das atividades das empresas e do financiamento de suas transações, e tornou-se a própria encarnação do capital enquanto propriedade, frente ao capital enquanto função (DUMÉNIL; LÉVY, 2003).

Portanto, Duménil e Lévy (op. cit., p. 30) sublinham que, para além das mudanças técnicas, o novo curso do capitalismo relaciona-se ainda às novas instituições financeiras, em que "a dupla '*finança-indústria*' define o quadro institucional do século XX". Essa hegemonia da finança compreende então, "um vasto conjunto de indivíduos endinheirados e de instituições - indivíduos por trás das instituições - que detêm importantes capitais monetários e financeiros", sendo responsável por "fixar as regras do jogo econômico em matéria de renda, emprego e macroeconomia, e exerce o controle sobre o seu próprio funcionamento" (ibid., p. 31).

Destarte, compreendendo que o regime de acumulação com dominância financeira resulta de um processo de desregulamentação e de liberalização empreendido nos Estados Unidos e no Reino Unido desde 1979, Chesnais (2003) enfatiza que essa "nova economia" das últimas décadas possui uma forte conotação ideológica, uma vez que este termo estaria relacionado às indústrias de informação e telecomunicações.

O 'regime de acumulação com dominância financeira' designa, em uma relação estreita com a mundialização do capital, uma etapa particular do estágio do imperialismo, compreendido como a dominação interna e internacional do capital financeiro (ibid., p. 46).

Em um contexto marcado pela tentativa de estabilizar o movimento de reprodução e de valorização do capital, tal regime de acumulação remete à noção de capital e, ao tentar impor-se mundialmente, tem em seu centro as novas formas de concentração do capital-dinheiro, os mecanismos de captação e de centralização de frações de valor e de mais-valia a sua disposição e, enfim, as instituições que garantem segurança política e também financeira, das operações de investimento financeiro. São estes fatores que farão com que a finança desfrute daquilo designado por "autonomia da finança" (ibid., p. 48).

Mas esse processo de globalização não pode ser restrito à análise da mundialização do capital, ele também envolve a dimensão estatal, sendo que esse novo imperialismo global é determinado por dois modos de existência combinados e desiguais, a saber: o "*modo de produção* cujos elementos são o capital em geral e os capitais numerosos na escala mundial tem primazia ontológica" sobre "o *modo estatal capitalista global*, caracterizado pelas formas estatais em níveis nacional, regional e planetário" (FARIAS, 2013, p. 79). Destaca-se ainda o fato de que a mundialização financeira combinada com outros padrões de mundialização provoca "a regressão da autonomia relativa estatal nacional diante dos mercados, adquirida no fordismo (1945-1975), especialmente no domínio da implementação autônoma do orçamento do Estado, das políticas públicas, etc." (ibid., p. 37).

Com relação à *corporate governance* e à maximização da mais-valia e do lucro, e entendendo que a primeira fase do "poder da finança" foi decorrente, no início dos anos 1980, do aumento da taxa de juros nos Estados Unidos, tem-se a

partir disto, que “os mercados de ação passaram a ser uma instituição absolutamente decisiva na regulação do regime de acumulação”, o que acarretou mudanças importantes nas formas de relação entre a finança e a indústria e, conseqüentemente, para os assalariados. Neste cenário, Chesnais (2003, p. 51) conclui que “a mundialização da concorrência e as tecnologias de informação e comunicação foram os fatores decisivos que permitiram às empresas responder às normas dos gestores [dos fundos de investimento]”.

Tomando como base a experiência dos Estados Unidos ao longo dos anos 1990, tem-se que para uma economia atingir o crescimento em regime de acumulação com dominância financeira é preciso satisfazer várias condições, das quais: 1) possuir um grande contingente de empresas engajadas no intuito de maximizar a produtividade do trabalho e capital; 2) possuir mercados acionários com bases bastante amplas para produzir rendas financeiras elevadas; 3) que este tenha condições de assegurar e apoiar a formação de um montante bastante elevado de capital fictício (bolha financeira); 4) deve dispor de um conjunto de mecanismos internos e externos que garantam às empresas os recursos em ciência e tecnologia e mão-de-obra qualificada, que seus investimentos não seriam capazes de assegurar.

Para interpretar o crescimento dos Estados Unidos, Chesnais (op. cit., p. 57) afirma então que é importante articular “a alta da produtividade e a formação e a cristalização 'estrutural' da bolha financeira”. Assim, a alta da taxa de crescimento da produtividade, considerada como “divina surpresa” para os EUA, teve como alavanca principal a publicidade conferida aos resultados de estudos que apontavam para uma profunda reorganização das empresas e a transformação de seus métodos de trabalho, o que contribuiu em seguida para consolidar o movimento de alta, permitindo a formação de uma “convenção 'nova economia’”.

Nesse quadro, ressalta-se que “a hiperpotência dos Estados Unidos, aliás, exprime-se no fato de que se encontra na cimeira do modo estatal global em constituição, por causa de sua primazia no contexto das diversas totalidades interestatais específicas”, trata-se das formas do Estado nacionais e regionais e no âmbito da totalidade interestatal universal “realmente existentes no capitalismo mundial” (FARIAS, 2013, p. 72).

Quanto aos relatórios que demonstravam essa reorganização, consta o do Conselho de Análise Econômica que fez uma dupla constatação. Primeiro, ele considera que na verdade as inovações tecnológicas então presenciadas são antigas, o que faz com que os recentes ganhos na produtividade fossem, portanto, resultado de inovações fundamentais já antigas (eles não anunciam uma aceleração do progresso técnico). Segundo que a atual fase da alta da produtividade situa-se na “microeconomia” em que “o aumento da produtividade depende de mudanças organizacionais e, por conseguinte, de relações políticas que viabilizem sua introdução, assim como da adoção de novas técnicas” (CHESNAIS, 2003, p. 58).

Já os trabalhos estadunidenses apontam que a alta da produtividade no trabalho é decorrente, em parte, ao emprego das tecnologias da informação e, em parte, à alta da produtividade global dos fatores. Porém, o único setor que teria conhecido uma alta da produtividade global dos fatores foi o setor de computadores e de microprocessadores. Então, a partir das análises tem-se que o crescimento dos EUA “não foi um processo tempestuoso de renovação tecnológica, que teria gerado um vasto movimento de investimento”, mas sim que “a alta de produtividade de capital e a alta da taxa de exploração foram desencadeadas por condições permissivas” (ibid., p. 61).

Assim, após a experiência econômica estadunidense, viu-se um processo ditado pelo “efeito mercado de ações”, este em permanente alta, e o crescimento de uma bolha financeira estrutural. “A bolha é uma possibilidade inscrita na própria instituição da liquidez”, em que o acionista institucional busca “a possibilidade de realizar ganhos de capital em bolsa de valores e, portanto, de reavaliar suas escolhas a cada momento e de desfazer-se de tais ou tais títulos”, necessitando para isso de mercados amplos. Portanto, “um 'patrimônio' ou 'capital' constituído por títulos é um capital fictício” (ibid., p. 62-63).

A despeito das representações fetichizadas da finança, o capital fictício engajado na Bolsa não tem a propriedade de criar novas riquezas, de criar valores. Para que a bolha financeira possa adquirir uma 'permanência', é preciso que haja uma extensão, sob diferentes formas, da dominação parasitária da finança sobre a economia real (CHESNAIS, 2003, p. 64-65).

Para Duménil e Lévy (2003, p. 33), nas transformações ocorridas no final do século XIX e século XX, “a oposição entre propriedade e gestão desempenha um papel central”, no qual a propriedade assume um sentido estreito (jurídico), enquanto que a gestão compreende as funções capitalistas delegadas. Essa separação entre propriedade e gestão, ocorrida nos EUA, é ambivalente ao reforçar a propriedade capitalista por meio da sua financeirização e de sua institucionalização, ao passo que “a distância entre o proprietário e os meios de produção aumentou consideravelmente, afrouxando o aspecto funcional da relação de propriedade, por intermédio da delegação da gestão”.

Em relação aos progressos de gestão, na passagem do século XIX ao XX, o que se tinha era uma estrutura fortemente hierárquica, que ao longo de algumas décadas proporcionou um ganho de eficiência, porém um progressivo esgotamento que “restituiu à mudança técnica suas características tradicionais”. Nas últimas décadas o que se tem é o progresso de gestão impulsionado principalmente pelas tecnologias de informação e comunicação ao promover uma renovação dessas performances do progresso técnico.

Logo, com a revolução informacional, profundas modificações são sentidas quanto ao processo de produção da riqueza social, bem como em todos os ciclos do processo de produção do capital. Nesse sentido, ao envolver processos relativos à polifuncionalidade e à flexibilidade, as mutações tecnológicas conferem uma nova concepção de trabalho, tornando possível o desenvolvimento do trabalho imaterial. Aqui, cabe a reflexão segundo a qual

A revolução operada nas condições gerais da produção (abrangendo os meios de comunicação e de transporte), e que se acentuou nos últimos anos com as superinforvias de telecomunicações desloca cada vez mais o dinamismo da produção material, do modo de produção capitalista, para a produção imaterial, ficando na primeira subsumida aos processos técnico-comunicativos, pelo fato de gerar um amplo leque de inovações tanto no processo imediato da produção material como nos demais ciclos do processo ampliado de produção (RAMOS, 2002, p. 36).

Quanto a isto, podemos recorrer a ideia de Goldmann (1978, p. 149) que, mesmo não estando ainda nesse período caracterizado pela mundialização do capital, sublinhou que “a concentração da produção e do capital cria aquilo que os

sociólogos chamam a sociedade tecnocrática, a sociedade capitalista de organização, a sociedade do consumo”. Independente do termo que se empregue, o fenômeno inerente aí é o que a sociedade, cada vez mais organizada, tende a concentrar e relegar muitas das decisões consideradas essenciais nas mãos de uma pequena parcela de indivíduos. É assim que a sociedade tecnocrática, hoje encontrada no seu mais pleno vapor, acaba por restringir as possibilidades de participação e de desenvolvimento individuais à medida que homens se tornam meros autômatos executantes de decisões e que sofrem com “um encurtar do seu horizonte intelectual e da sua personalidade” (ibid., p. 150).

Mas hoje, face a todas as transformações do mundo contemporâneo, uma das vertentes teóricas do capitalismo cognitivo explora, do ponto de vista de um novo capitalismo, “a dupla extensão do capital: quantitativa e qualitativa. Acumula-se mais e diferentemente”, um tipo de transformação em que o conhecimento passa a ser “considerado como a nova forma do capital através da qual se exprime a capacidade criativa das sociedades modernas” (PAULRÉ, 2001, p. 10).

Em geral, para esse grupo de autores adeptos da noção de desenvolvimento cognitivo, trata-se de considerar majoritariamente e de forma insistente, dois tipos de evoluções na configuração do capitalismo contemporâneo, a saber: de um lado, consideram enfaticamente o “impacto do desenvolvimento das tecnologias da informação sobre as mutações do trabalho e da relação salarial”, do outro, reconhecem o impacto “da mutação organizacional das empresas na estruturação do espaço” (AZAÏZ; CORSANI; DIEUAIDE, 2001, p. 23).

Conceitualmente, a noção de capitalismo cognitivo corresponde a “uma forma histórica emergente de capitalismo na qual a acumulação, quer seja, a dinâmica da transformação econômica e social da sociedade, é fundada na exploração sistemática do conhecimento e das informações novas”; a questão social, por assim dizer, bem como a luta de classes concentra-se mais uma vez em torno de uma nova forma de exploração, a “exploração dos conhecimentos” (PAULRÉ, op. cit., p. 10), sem colocar claramente “as questões da exploração atual sob a base racional do valor e, então, da mais-valia (absoluta e relativa)”, nem das “questões da dominação atual das formas ideológicas estatais e culturais burguesas” (FARIAS, 2003a, p. 148).

Assim sendo, a compreensão da noção de capitalismo cognitivo deve-se também a sua própria caracterização como “um regime de acumulação fundado no ritmo intenso de inovação”, inovações estas que “ocupam um lugar central na concorrência entre as empresas” (ibid., p. 11). Porém, “no exame das perspectivas regulacionista tecnicistas, percebe-se facilmente que o ideal tipo do capitalismo cognitivo se situa nos Estados Unidos” (ibid., p. 143), e a grosso modo, “essa concepção simplificadora que generaliza somente uma das tendências em curso na nova organização da produção, opõe-se a manutenção e à renovação da divisão taylorista do trabalho, que coexiste e se combina sem contradições com ela” (GARO, 2013, 235).

Logo, esse padrão de acumulação fundado essencialmente no que inexiste (o capital fictício) demonstrou a sua fragilidade quando os excessos foram cruciais para o início de uma nova crise do sistema capitalista, em que se pôde constatar que o intervencionismo estatal na resolução desta, “já estava destinado a falhar, em favor da primazia do mercado livre e eterno” (FARIAS, 2013, p. 32). Na contracorrente deste movimento de crise, longe de terem os seus dias contados, as NTIC continuam em expansão, com investimentos expressivos, no intuito de reduzir, entre outros, as persistentes barreiras para a consolidação de uma verdadeira aldeia global e de uma economia amplamente globalizada, o que pressupõe, no caso desta última, um novo “modo estatal global” (ibid.) capaz de assegurar as condições globais desse formato de globalização.

3.2 Elementos da nova forma de dominação e a reificação na pós-modernidade

Após os 30 anos gloriosos do Estado de Bem-Estar Social e a sua posterior crise, o mundo presenciou a ascensão dos ideários neoliberais que proporcionaram uma avalanche de mudanças em todos os terrenos da vida moderna. O neoliberalismo inaugurado pelas medidas implementadas por Ronald Reagan nos Estados Unidos e por Margareth Thatcher no Reino Unido desde 1979, foi responsável pela introdução de várias e significativas alterações quanto à polaridade nas relações entre capital e trabalho, especialmente nos países centrais, quando engendrou-se “uma enorme ofensiva contra os salários, pensões, direitos e

garantia dos trabalhadores, além da grande repressão ao movimento sindical” (COSTA, 2013, p. 214).

A década de 1970 ficaria marcada então, pela crise do modelo estatal que esteve diretamente associada ao papel exercido pelo Estado e ao processo de globalização. Decorrente da falência dos modelos implementados nos anos 1950, quando se consolidou a perspectiva do Estado “com um papel estratégico na promoção do progresso técnico e da acumulação do capital, com a responsabilidade de garantia da distribuição de renda” (CHAHIN, 2004, p. 10), tal crise se manifestou na crise fiscal, no esgotamento das formas de intervenção praticadas e na obsolescência da administração pública burocrática.

Logo, no decorrer dos anos 1970 e ao menos numa parte dos anos 1980, os principais países capitalistas desenvolvidos conheceram uma grande crise estrutural. Para muitos, tal crise havia sido superada nos países do centro, se restringindo apenas a certos países da periferia que continuaram sofrendo com a instabilidade financeira nos anos 1990. Este cenário de mudança foi propício para duas evoluções relevantes, a saber: uma dada pelas inovações tecnológicas e financeiras no qual convencionou-se chamar “nova economia”, e a outra marcada pelo desenvolvimento das instituições financeiras. É neste sentido que para Duménil e Lévy (2003, p. 15)

a combinação desses dois elementos - o desaparecimento de manifestações importantes da crise nos países avançados e o surgimento de novas tecnologias e instituições - desenha os contornos de uma nova fase do capitalismo.

Esses novos contornos que reafirmam e promovem o processo de mudança de curso do capitalismo se dão pela “substituição de um período de diminuição da rentabilidade do capital e da redução do crescimento por um período de restabelecimento da rentabilidade e do crescimento” (ibid., p. 26). Dessa maneira, o precedente para a ocorrência de mudanças é comandado por crises estruturais, inclusive como aquela do final do século XIX e que ocorreu na Europa e nos Estados Unidos entre os anos de 1880-1890.

É nesse sentido que histórica e didaticamente, a evolução da atual fase do capitalismo passa a ser analisada a partir da combinação de diferentes movimentos. Ainda de acordo com Duménil e Lévy (ibid., p. 17), esses movimentos são a superação da crise estrutural, a sucessão de fases que separam essas crises estruturais, com suas singularidades técnicas e institucionais e a continuidade da socialização, e as variações das prerrogativas da classe dirigente. Essa união de aspectos considerados essenciais para o desenvolvimento capitalista é relevante para a compreensão das características da nova fase do capitalismo, consolidada desde meados da década de 1980.

Dessa forma, os aspectos que emergem dessa dita nova economia envolvem a busca constante pelo aumento da intensidade e da produtividade do trabalho, a incessante abertura de novos mercados, a pressão pela mudança tecnológica no sentido da economia de mão-de-obra, a crescente concentração e centralização do capital, a tendência declinante das taxas de lucro, o surto de crises periódicas de superprodução e superacumulação e a marcha inexorável rumo à internacionalização do capital, enfim, todos convergindo para a sociabilização objetiva do trabalho, que nada mais é do que “a crescente interdependência, tanto dos processos de trabalho considerados em si mesmos, quanto da escolha e da produção dos bens que consumimos” (MANDEL, 1991, p. 14).

A dinâmica do capitalismo é marcada pois, por uma revolução técnico-organizacional que envolve a explosão dos mecanismos monetários e financeiros e das rendas financeiras de um lado, e as políticas correspondentes de outro. É nesse compasso que as características da crise do Estado de Bem-Estar que estiveram relacionadas diretamente com a baixa da taxa de lucro, com a forte tendência à alta da rentabilidade assinalada desde da Primeira Guerra Mundial, bem como com a alta de produtividade do capital, fizeram com que “a tendência geral do crescimento fosse, igualmente, restabelecida” (DUMÉNIL; LÉVY, 2003, p. 26).

Disto, os preceitos no qual os países capitalistas do centro e depois os da periferia passaram a incorporar foi o do neoliberalismo, ou como lembra Reich (2008), “economia neoclássica”, “neoconservadorismo” ou “consenso de Washington”, ou ainda pós-modernismo (JAMESON, 1996) ou capitalismo tardio, responsável por uma menor alocação mercadológica do trabalho e uma maior alocação direta que fazem referência à própria lógica do capitalismo e a sua

dinâmica de acumulação e competição (MANDEL, 1994). A partir disto, tem-se que os principais princípios difundidos nessa forma de Estado, envolviam o livre-comércio, desregulamentação e privatizações com vistas ao enfraquecimento do Estado e da conseqüente e crescente confiança em um mercado dito livre e eterno.

Tal visão liberal acabou por ganhar força por meio da bandeira de que existe uma “ação espontânea do mercado que deveria ocasionar um equilíbrio entre todos os indivíduos, de tal sorte que todos pudessem nele tirar vantagens, pelas vias da livre concorrência e da livre escolha” (FALEIROS, 2009, p. 47). Na realidade, este mercado é entendido como um mecanismo que mantém e agrava a desigualdade de condições que deveriam ser resolvidas pelo Estado com medidas fora do mercado. Mais uma vez encontramos elementos que comprovam que a intervenção estatal favorece os interesses mercantis em detrimento dos interesses sociais.

Destarte, as conseqüências desse supercapitalismo são apontadas por Reich (2008, p. 128):

O supercapitalismo está gerando prosperidade inimaginável em todo o mundo, sem dúvida um grande feito, mas também tem fomentado a insatisfação social, à medida que se amplia a desigualdade, que os empregos ficam menos estáveis, que se rompem os antigos vínculos, que se abandonam comunidades tradicionais, que a qualidade da água e do ar se deteriora e que as culturas tradicionais são violentadas pela concupiscência comercial.

Isto posto, estaríamos presenciando o surgimento dessa “nova economia” que remeteria em um primeiro momento e na visão de Chesnais (2003, p. 11), para a utilização massiva das “novas tecnologias, das quais a internet constitui figura emblemática” e que corrobora com o processo de reificação. No entanto, o próprio autor nos lembra que “a amplitude das transformações recentes é muito mais considerável do que o progresso técnico”.

Nesse sentido, o nascimento desse “supercapitalismo” (REICH, op. cit.) e a perpetuação do sistema de dominação se afirma antes de tudo, por meio do triunfo do capitalismo de livre mercado e pelas grandes perdas para a democracia, que perdeu mais uma vez o seu viço, uma vez que “a concentração econômica é acompanhada de uma renúncia democrática” (SÉNÉCHAL, 2014, p. 13). O que

aconteceu foi que os mercados passaram a ser cada vez mais sensíveis aos nossos desejos, enquanto que o lado de cidadão foi se tornando relativamente mais impotente.

Os aparentes ganhos derivados desse capitalismo global com relação às inovações, consumo e investimento, acarretaram na ampliação das desigualdades de renda e de riqueza, além de outros problemas, como o aumento da insegurança nos postos de emprego e o agravamento dos problemas ambientais, sendo que essa tendência para uma mercantilização desenfreada propicia o processo de reificação e a sua influência em todas as áreas.

Não obstante, o surgimento dessa nova fase capitalista fora anunciado, dentre outros fatores, a partir do momento em que os Estados Unidos, investido de forte influência hegemônica, viu a sua economia deslançar à medida em que as novas empresas que influenciavam o mercado se tornavam muito mais competitivas, globais e inovadoras. Em um movimento antitético, consumidores e investidores foram agraciados com um mercado mais pujante quanto as escolhas e negócios, e, com relação à democracia, passaram a sofrer perdas significativas em suas vidas enquanto cidadãos. Estes aspectos de fato corroboraram para a vitória definitiva do “supercapitalismo” e para a perda lamentável do capitalismo democrático.

Projeto de classe, triplo programa de mercantilização, de privatização e de financeirização do mundo, o neoliberalismo coloca um duplo problema à democracia: de um lado, ele opera uma concentração edificante das riquezas materiais e dos meios de agir nas mãos de uma oligarquia, de outro lado ele captura pouco a pouco o conjunto dos processos de decisão política em proveito dessa classe dominante (SÉNÉCHAL, 2014, p. 13).

Fica evidente que a revolução da técnica e da organização das empresas americanas foi preponderante para uma transformação das instituições do capitalismo a partir do processo de mecanização e de adaptação da gestão. A implementação do taylorismo foi a protagonista desta metamorfose ao proporcionar aos capitalistas benefícios como economia de trabalho, aumento da produtividade, maiores custos em termos de capital, aumento da produção e da rentabilidade do capital, aumento da taxa de lucro e taxa de crescimento do salário real mais

elevada. Foram todos esses aspectos que deram à nova fase do capitalismo, nas primeiras décadas do século XX, seu traço fundamental: a eficiência (DUMÉNIL; LÉVY, 2003). Assim,

As mudanças começaram quando as tecnologias desenvolvidas pelo governo para os embates da Guerra Fria se incorporaram em novos produtos e serviços. Daí surgiram oportunidades para novos concorrentes, nos transportes, nas comunicações, na manufatura e nas finanças. Tudo isso provocou rupturas no sistema de produção estável e, a partir de fins da década de 1970, em ritmo cada vez mais acelerado, forçou todas as empresas a competir mais intensamente por clientes e por investidores (REICH, 2008, p. 05).

Ressalta-se que a partir da introdução de novas tecnologias, do processo de globalização e da desregulamentação, as empresas norte-americanas foram tomadas de surpresa ao começarem a perder competitividade internacional à medida que exportadores de outros países passaram a invadir seu mercado. Isto resultou, em parte e de acordo com Reich (ibid., p. 59), “na destruição dos empregos bem remunerados dos trabalhadores de fábricas e de oficinas nos Estados Unidos”. No entanto, do mesmo modo que o mercado interno americano era atingido e sofria as consequências da concorrência internacional, as suas empresas mesmo deixaram de ser exclusivamente nacionais ao atingir o mercado exterior.

A adoção dos pressupostos neoliberais fez com que os velhos elos se rompessem e que se restabelecessem dentro e fora dos Estados Unidos. Assim, mesmo à medida em que as nações, favorecidas pela revolução nos meios de comunicação e de transporte, se tornaram cada vez mais próximas e encurtaram distâncias, elas se tornaram ainda mais distantes se tomada as relações econômicas e políticas mantidas entre elas e entre as classes sociais. Cabe fazer uma ressalva que o que essas relações propiciaram foi o aprofundamento da dominação entre países centrais e periféricos, provocando e aumentando o desemprego estrutural da classe trabalhadora (RAMOS; BARBOSA, 2002, p. 85).

Portanto e resumidamente, o pontapé inicial para o desenvolvimento da forma de Estado pós-moderno teve seu ápice em meados dos anos 1970, por meio da fragmentação dos grandes oligopólios que sustentavam o sistema americano, do aumento da concorrência, das maiores oportunidades de escolhas dadas aos

consumidores e aos investidores, e das inúmeras tecnologias que substituíram os sistemas de produção estáveis e colocaram em seu lugar um sistema capaz de produzir e de vender em pequenas quantidades.

A revolução que começou por volta da década de 1970 era tecnológica, e seus efeitos práticos consistiam em desintegrar o antigo sistema de produção monopolista para reintegrá-lo em cadeias de fornecimento mundiais, na qual se adicionavam componentes e serviços onde quer que fossem produzidos com mais qualidade e a custos mais baixos (REICH, 2008, p. 63).

Logo, a partir do processo de adoção das medidas neoliberais e no que tange a questão da desregulamentação da economia, setores como o de telecomunicações, transporte aéreo, transportadoras, bancos e instituições financeiras impuseram pressões crescentes em favor do rompimento da barreira regulatória. Mesmo que os consumidores tenham passado a ter melhores oportunidades no quesito material, “os sistemas regulatórios que foram desmantelados abrangiam todos os tipos de subsídios cruzados, refletindo equilíbrios delicados entre vários interesses” (ibid., p. 68).

Os efeitos dessa desregulamentação foram sentidos em vários âmbitos da vida dos cidadãos. Para Navarro (2009, p. 103), na mídia televisiva por exemplo, viu-se perder a qualidade da programação em consequência dos poucos recursos e da “extinção de programas destinados a satisfazer necessidades e interesses especiais”. No campo dos transportes, o crescimento do mercado provocou a redução da disponibilidade e qualidade dos serviços destinados a uma ampla parcela da população, enquanto que em relação a assistência médica, elevou-se o número de pessoas que não haviam seguro saúde e que necessitaram recorrer ao pagamento direto. Estes fatos deixam claro que, na verdade, uma ampla parcela dos cidadãos americanos foi agraciada não com uma maior diversidade de produção e de consumo, mas sim com a falta destes, como afirma Navarro (ibid.).

Mediante esse cenário, os interesses e anseios dos cidadãos passaram a ser cada vez mais negligenciados, uma vez que as instituições responsáveis por defender e lutar pelos seus direitos perderam seu espaço e praticamente desapareceram. Os sindicatos, por exemplo, já não produziam o mesmo impacto

como outrora e as agências reguladoras tiveram progressivamente suas funções reduzidas.

Nesse sentido, foi a partir desse mesmo marco temporal que o nível de sindicalização dos trabalhadores teve uma queda significativa nos Estados Unidos e no Japão, “estrelas mundiais da des-sindicalização” (NAVARRO, op. cit., p. 104). A perda de força dos sindicatos esteve longe de ser, como afirmam os pós-fordistas, motivada por uma “suposta diminuição da classe trabalhadora, a uma redução do trabalho ou à falta de apoio popular ou por parte de operários a favor dos sindicatos” (ibid., p. 105).

O fato é que as grandes empresas se tornaram ainda mais agressivas quanto ao confronto as forças sindicais, passando, por exemplo, a substituir trabalhadores em greve e a demitir empregados que se filiassem a organizações trabalhistas. É justamente este contexto de intensa dominação da classe trabalhadora que nos possibilita relacionar com a ideia de Farias (2001b, p. 46) de que a partir da década de 1970, a contra-revolução burguesa encontrou subsídios suficientes para relevar de forma cada vez mais evidente, “formas particulares de expressão tanto na base, marcada pela intensificação da subsunção real do trabalho ao capital, quanto na superestrutura, onde se manifestam os fetichismos e as mistificações correspondentes”.

É dessa maneira que o Estado pós-moderno acaba por voltar-se para ações e estratégias sociais governamentais que incidem essencialmente em políticas compensatórias, em programas focalizados e voltados à classe dominada. Tais políticas neoliberais, destinadas a garantir a acumulação de capital, não levam em conta as necessidades da população trabalhadora ou socialmente excluída, uma vez que estas ações não têm o poder suficiente de alterar as relações já estabelecidas na sociedade.

Mas ainda com relação aos sindicatos, Reich (ibid., p. 84) destaca que os níveis de sindicalização caíram concomitantemente nos Estados Unidos, na Europa e no Japão, sendo que nos EUA “a queda foi ainda mais dramática para os grandes sindicatos industriais”. Particularmente e no contexto das profundas transformações em curso, esse enfraquecimento da ação sindical – ao ser tomado pelo prisma analítico de adeptos da teoria do capitalismo cognitivo – resulta, dentre outras, da busca por uma maior flexibilidade dos processos produtivos e pela própria

fragmentação do mercado de trabalho induzida por esta flexibilidade que passou a se exigir, da mesma forma, pela emergência dos novos perfis de empregabilidade e pela predominância da negociação individual sobre a negociação coletiva (MOULIER-BOUTANG, 2001, p. 121). Dessa forma,

o setor não-sindicalizado da economia americana passou a crescer mais rápido que o setor sindicalizado, ao mesmo tempo em que os investidores transferiam seus dólares, em fluxos constantes, para oportunidades que lhes oferecessem melhores retornos. [...] As empresas com pessoal sindicalizado, que não conseguissem reduzir a folha de pagamento, perdiam fatia de mercado para aqueles com empregados não-sindicalizados (REICH, op. cit., p. 83).

À vista disso, esse novo curso do capitalismo não beneficiou as rendas do trabalhador que continuou com o poder de compra a aumentar lentamente, enquanto que inversamente, as rendas do capital tiveram uma verdadeira explosão. Esta realidade ocorre a partir do conhecimento de três tempos distintos que envolvem: a diminuição das rendas do capital na primeira fase da crise dos anos 1970; o fato de que esse movimento foi invertido por mudanças de políticas no final dos anos 1970, com o desenvolvimento do monetarismo e do neoliberalismo, ao passo que a taxa de lucro continuava a cair; e que desde meados dos anos 1980 a rentabilidade do capital aumentou e os salários e o custo do trabalho se mantiveram em 'controle', proporcionando, assim, drenagens cada vez maiores da renda para as camadas mais favorecidas e acentuando as desigualdades.

Muito diferente da queda da taxa de lucro como resultado da falência do arcabouço keynesiano e como expressão de uma deterioração regular das performances da mudança técnica (DUMÉNIL; LÉVY, 2003), os anos 1980 foram impulsionados por um novo ritmo de crescimento. A causa última para isto se baseava no fato de que mesmo com a produtividade do trabalho continuando a crescer lentamente, o salário real crescia muito menos, aumentando ainda mais os lucros e a produtividade do capital, em que "uma quantidade maior da produção pode ser realizada a partir de um mesmo capital fixo" (ibid., p. 21).

Em uma certa medida, pode-se relacionar a eficiência crescente na utilização do capital desde meados dos anos 1980 às novas tecnologias -

informação e comunicação em particular, pelo duplo viés da mudança técnica e da redução de preços. [...] Trata-se de um progresso técnico-organizacional ou, se preferirmos, de um progresso de gestão, empregando este último termo num sentido bastante abrangente (DUMÉNIL; LÉVY, 2003, p. 22).

Esse progresso de gestão relaciona-se com a eficiência crescente nos aspectos que dizem respeito ao capital-mercadoria e ao capital-dinheiro, sendo que as tecnologias da gestão se referem à obtenção, ao tratamento e à transmissão da informação. Assim, as performances da mudança técnica sofreram modificações profundas no início dos anos 1980, mais precisamente quando a repartição das rendas em benefício do capital se tornou uma expressão do novo curso das políticas neoliberais e da alteração correspondente das instituições do capitalismo, que deu ao mundo contemporâneo dois traços destacados: a financeirização e a globalização.

O fato é que a nova e atual fase do capitalismo fora marcada por questões como a superação da crise estrutural do Estado de Bem-Estar Social, a introdução de um novo curso favorável pela mudança técnica e pelo aumento da produtividade do capital, bem como da consolidação de uma etapa na evolução da gestão, diretamente ligada às tecnologias de informação e comunicação e uma etapa na evolução da propriedade capitalista (ibid.).

O novo curso do capitalismo é, há uma quinzena de anos, igualmente associado a uma transformação técnico-organizacional, contribuindo para a afirmação de novas tendências, principalmente a alta da produtividade do capital e da taxa de lucro. O suporte material dessa renovação corresponde às novas tecnologias de comunicação e informação: informática, internet, telefonia etc. Além de transformar a vida cotidiana de uma fração da população, ela metamorfoseia a organização das empresas, sobretudo o trabalho dos gestores e empregados, que constitui aquilo que denominamos de *gestão* (DUMÉNIL; LÉVY, 2003, p. 28).

Diante tais delineamentos, pode-se recorrer a distinção feita por Feijóo (2009, p. 12) que considera haver três usos possíveis para o termo “neoliberal” a partir das diversas realidades no qual o termo se refere. Assim sendo e como não poderia deixar de ser, o primeiro uso tem denotação econômica e se refere “às características comumente assumidas pela política econômica na fase recessiva do ciclo econômico”. Resumidamente, este aspecto diz respeito às medidas e diretrizes

da política econômica que geralmente são aplicadas nas fases de crises e recessões e que ainda está intimamente ligada as determinações impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

Por outro lado, o termo também pode ser determinado por meio de uma ideologia ou filosofia econômica. Aqui, o que predomina é uma “visão ultra-apologética do mercado”, no qual este seria o responsável por garantir um melhor e pleno aproveitamento dos recursos econômicos, por possibilitar um crescimento mais acelerado da produção e por garantir estabilidade econômica e até uma justa distribuição de renda. Mas esse mercado livre de interferências apregoado pelo modelo neoliberal não se sustenta, como constata Feijóo (2009). Diante evidências empíricas e teóricas, é possível afirmar que

i) a economia capitalista é claramente instável e de modo algum assegura o pleno aproveitamento dos recursos. O desemprego, como todos sabem, é um fenômeno consubstancial ao sistema; ii) o funcionamento espontâneo do sistema não reduz, mas, ao contrário, acentua a desigualdade na distribuição de renda; iii) as economias não reguladas crescem bem menos que as reguladas (ibid., p. 13).

O terceiro aspecto que o termo “neoliberal” remete é quanto ao fato deste designar um determinado padrão de acumulação, situado no tempo e no espaço. Sendo assim, na América Latina, a crise dos anos 1970-1980 fez com que esta ficasse conhecida como a década perdida, em que a crise da dívida, somada ao descontrole das contas públicas e da inflação, levou à estagnação econômica e ao aprofundamento das graves fissuras sociais existentes (POSSAMAI, 2011).

Em vista disso e de acordo com Feijóo (2009), as características fundamentais do padrão pós-moderno implementadas nos países da América Latina de forma comum, envolvem aspectos como os princípios de regulação econômica, o impacto nos agentes do crescimento, a especialização internacional, a distribuição da renda e o estilo da reprodução, e a distribuição da mais-valia entre benefício empresarial e taxa de juros. Mas vale ressaltar que “a adoção das políticas neoliberais como programa de governo não ocorreu simultaneamente, nem seguiu a mesma trajetória ou o mesmo ritmo em todos os países, devido às condições políticas particulares” (LAURELL, 2009, p. 166). Diferentemente também daquilo que foi implementado nos países capitalistas avançados, as políticas aplicadas nos países

latino-americanos foram um tanto mais ortodoxas, ao instrumentalizar não só a esfera econômica, mas também as políticas sociais.

Laurell (loc. cit.) chama atenção que “o neoliberalismo provoca então um processo maciço de empobrecimento e uma crescente polarização entre ricos e pobres” e destaca que esse aspecto foi ainda mais dramático na América Latina ao envolver a maioria absoluta da população. Para que as políticas sociais de cunho neoliberal fossem implantadas seriam necessárias a adoção de estratégias que envolvessem ao mesmo tempo o corte dos gastos sociais, a privatização, a concentração dos gastos sociais públicos em programas seletivos contra a pobreza e a descentralização. Logo,

A lógica e as implicações do fenômeno tornam-se claras. Primeiro, arrocham-se brutalmente os trabalhadores para obter um maior excedente. Em segundo lugar, canaliza-se esse excedente, não em favor do capital industrial, mas em direção ao capital nacional que vive de rendas (os compradores-vendedores de títulos). Em terceiro lugar, cai-se nas mãos nada delicadas do capital monetário de empréstimos internacional. Os países pobres cedem seus excedentes aos ricos e, por esta via, nossos trabalhadores financiam os projetos de reconstrução hegemônica (Reagan-Bush) dos Estados Unidos (FEIJÓO, 2009, p. 31).

Em relação ao corte de gastos públicos, este fora justificado pela crise fiscal do Estado que, nos países “latino-americanos não se deveu, como se insinua, a gastos sociais excessivos, mas basicamente à questão da dívida pública, provocada por mudanças nas relações econômicas nacionais e internacionais” (LAURELL, 2009, p. 168), como no caso da mercantilização dos serviços públicos, incrementada pela demanda privada e proposta pelo Banco Mundial. Já quanto aos programas seletivos contra a pobreza que foram desenvolvidos na América Latina, Laurell (op. cit., p. 173) afirma que o verdadeiro objetivo foi o de “assegurar uma clientela política em substituição ao apoio popular baseado num pacto social amplo, impossível de se estabelecer no padrão das políticas neoliberais”.

Isto posto, dar-se então nos anos 1990, a adoção de políticas restritivas a gastos que fizeram com que as políticas sociais assumissem um caráter focalizante ao invés de universal (GELISNKI; SEIBEL, 2008). Foram os conflitos de interesses, os arranjos feitos na esfera de poder e que perpassaram as instituições do Estado e

da sociedade como um todo que influenciaram o processo de definição de políticas públicas. Assim, um dos caminhos utilizados pelo Estado para justificar suas políticas é, segundo Faleiros (2009), com base em modelos técnicos cujo objetivo é impulsionar o crescimento da economia, concentrar renda, manipular os índices e modernizar o atendimento de certos setores sociais.

O que o neoliberalismo propõe é o Estado mínimo, normativo e administrador, que não interfira no funcionamento do mercado, já que sua intervenção, além de deformar os mercados de fatores, produtos e ativos, geraria espirais inflacionárias, segundo a lógica do conservadorismo neoclássico. [...] A proposta neoliberal global resume-se em exigir cada vez mais um maior mercado com um menor Estado (NOVELO, 2009, p. 68).

Portanto, baseado nas justificativas neoliberais de ineficiência, ineficácia e burocratização, o processo de reformulação do Estado em nível global estimula novas relações entre o Estado, a sociedade civil e o mercado. As implicações da reforma incidem diretamente na intervenção do Estado, seja em relação aos aspectos econômicos, com reformas voltadas à recuperação do desenvolvimento, seja na esfera social, com a materialização da garantia de direitos.

De acordo com Toledo (2009, p. 82), as características econômicas, políticas e ideológicas dos Estados pós-modernos seguem uma lógica facilmente identificáveis em núcleos bem definidos e que correspondem à superioridade do livre mercado, o individualismo metodológico, as contradições entre liberdade e igualdade e um conceito abstrato de liberdade. Nesse sentido, o conjunto dessas características demonstram, antes de tudo, que o novo Estado liberal funciona com base nas sanções impostas pelo mercado ao passo que alia-se muitas vezes ao conservadorismo e ao mesmo tempo ao autoritarismo. O lado conservador do Estado manifesta-se principalmente no plano cultural e numa forte conexão com os valores tradicionais de nação, família, etc. Enquanto que o aspecto do autoritarismo tem forte ligação com o campo político e com o modo como o Estado enquadra as questões da liberdade do mercado, da democracia e a igualdade. É nesse sentido que “dizer Estado neoliberal pode significar Estado menos proprietário e interventor na economia e na previdência social, mas não necessariamente Estado politicamente fraco”.

Mesmo que esse regime de acumulação tenha propiciado o avanço do mercado ao longo das últimas décadas, que tenha se tornado mais sensível aos desejos dos consumidores em meio a mercados de capitais mais eficientes do que outrora, possibilitando novos negócios, maiores oportunidades oriundas da intensificação da competitividade e, conseqüentemente, uma economia mais produtiva, isso não basta e não é suficiente para promover bases mais dignas de vida aos indivíduos.

É assim que enquanto a pujança do mercado só se eleva, os direitos dos cidadãos, bem como questões relativas à segurança econômica, justiça social, vida comunitária, meio ambiente e princípios morais acabam por perder o protagonismo e se tornam, pouco a pouco, aspectos secundários de uma vida orientada pela economia, pelos negócios e por uma gama de inovações que carregam a marca de um progresso baseado em escolhas e perdas.

Então, o que de fato acontece é que o nível de reificação no qual consumidores se encontram no sistema neoliberal atinge níveis tão elevados em meio a quantidade disponível de bens e produtos, que passamos a aspirar sempre por bons negócios que envolvam produtos e serviços de qualidade, sem levar em consideração que, na contramão disto, estão os trabalhadores com seus salários e benefícios que na maioria das vezes não acompanham o mesmo ritmo com o crescimento da economia. A consciência dos indivíduos é, nesta forma de Estado, violentamente sujeita ao mundo das coisas inertes à medida em que todos os domínios da vida social e intelectual sofrem influência da vida econômica.

De fato, o neoliberalismo, na tentativa de cumprir os seus pressupostos, acaba por negligenciar parte deles ao ter que arcar com as contradições inerentes do sistema. Estas contradições acontecem ao passo que o Estado, como aliado do grande capital, permite que as economias cresçam, que as taxas de inflação diminuam, que ocorra a liberalização do mercado, mas ao mesmo tempo em que, às custas de uma polarização produtiva e social, faz pesar sobre os assalariados uma política salarial cada vez mais rígida e que recorre a regulamentações e privatizações.

O neoliberalismo realmente existe não é senão o Estado do grande capital que, por meio da derrota da classe operária, impôs rupturas ou limitações

aos pactos corporativos do pós-guerra; implantou uma nova disciplina fabril e uma austeridade salarial, também nos gastos sociais; e descontou sobre os trabalhadores os custos da crise (TOLEDO, 2009, p. 84).

Portanto, a mudança estrutural ocorrida na economia iniciada na década de 1970, ainda proporcionou uma maior competição entre as empresas com o intuito de conquistar e preservar consumidores e investidores. Para isso, foram mantidos novos elos entre as empresas e o campo da política, na busca por “vantagens competitivas por meio de políticas públicas” (REICH, 2008, p. 135). Nesta trama de interesses cujo os protagonistas são as empresas e seus lobistas e as autoridades políticas, a maioria das empresas se auto intitulam “representantes de amplos interesses públicos, quando o que todas de fato defendem são vantagens competitivas em relação às rivais” (ibid., p. 155). E esta competição política, para além da competição de mercado, não redunde na oferta de melhores produtos e serviços, muito menos resulta em melhores rendimentos para o trabalhador, mas como afirma Reich (ibid., p. 161), “ela resulta, isto sim, em novas leis e regulamentos que quase sempre favorecem o lado politicamente mais poderoso”.

Logo, à medida que nos anos 1964 quase dois terços dos americanos acreditavam que o governo exercia suas funções a favor de todos os cidadãos, e que apenas 29% afirmavam que “era conduzido por uns poucos interesses poderosos”, nos anos 2000 esses índices sofreram uma reversão considerável. Apenas 35% da população acreditava que o governo cuidava dos benefícios de todos, enquanto mais de 60% achavam que era movido pelos grandes interesses (REICH, op. cit., p. 03). Mesmo considerando esses dados um tanto defasados, este cenário nos faz concluir que o Estado pós-moderno é de fato um sistema que exerce o seu papel em favor das classes dominantes ao atuar à margem daquilo que as camadas mais subalternas da população necessitam.

Conclusão

Como vimos ao longo deste capítulo, o Estado pós-moderno, marcado pela dominância do financeiro, está impulsionado pela ideologia do mercado livre e eterno e pelas intromissões de ordem econômica. Como tal, esta forma de Estado

desenvolve suas políticas com o intuito primeiro de satisfazer os interesses do capital em detrimento das necessidades dos indivíduos, para então reorientar a gestão em direção à maximização da taxa de lucro, promover recuo das restrições que lhe haviam sido impostas, restabelecer as rendas especificamente capitalistas, reforçando as desigualdades patrimoniais.

De fato, em escala mundial

o lugar da economia do conhecimento se releva limitado e globalizado, perfeitamente compatível com uma divisão global do trabalho que mantém e expande condições de trabalho clássicas, em que prevalecem desqualificação e hierarquia tradicional, e mesmo retorno planejado de formas arcaicas de dominação e de exploração (GARO, 2013, p. 236).

Conclui-se que é justamente a partir dessa definição clara de objetivo, que a sociedade capitalista, por meio do movimento neoliberal que tende a desenvolver camadas relativamente reduzidas de pessoas que concentram nas suas mãos os poderes de decisão, encontra subsídios mais do que suficientes para pregar a volta ao reino do privado e promover as bases fundamentais para a dominação por meio de práticas individualistas e reificadas.

PARTE II: DOMINAÇÃO SISTÊMICA E REIFICAÇÃO NO ESTADO BRASILEIRO ATUAL

As determinações objetivas do Estado brasileiro propriamente dito estão relacionadas com as suas determinações subjetivas em termos de lutas de classe, no contexto da pós-modernidade. Neste sentido, para pensar a forma do Estado pós-moderno brasileiro, ressalta-se a ideia do regulacionista Miguel Bruno (2013) que elabora um esquema que reúne as principais características de cada uma das cinco componentes da arquitetura institucional de base do modelo econômico brasileiro atual.

Brevemente, podemos apontar que essas componentes envolvem o modo como o Brasil está inserido na *conjuntura internacional*, priorizando a revalorização financeira e rentista dos capitais em detrimento de um modelo econômico em bases sustentáveis; em relação ao *regime monetário-financeiro*, como prioriza ainda as necessidades do capital bancário-financeiro e não a setores produtivos, o que tende à estagnação; além do que faz com que a *concorrência* oligopolista seja intensificada com a entrada de empresas multinacionais estrangeiras, provocando conseqüentemente o enfraquecimento da indústria e das inovações nacional e o agravamento nas relações de dependência; em relação ao *Estado*, que torna-se fiador da inserção internacional subordinada aos mercados financeiros globais, fazendo com que a autonomia política econômica seja drasticamente reduzida; e quanto a *relação salarial*, que sofre cada vez mais pressão das instituições dominantes no sentido de aprofundar ainda mais o grau de flexibilidade salarial e contratual da relação capital-trabalho (ibid.).

Tendo como pano de fundo esse entendimento aqui feito de forma sumária, deixa-se para outra ocasião uma análise mais ampla e profunda da matéria. De todo modo, em correspondência com aquelas determinações essenciais, surgem formas fenomênicas governamentais novas, inclusive quanto à reificação e à dominação sistêmica. É justamente isto que vai ser analisado nesta segunda parte do trabalho.

Cabe-nos agora portanto, compreender como o governo brasileiro se relaciona com a dominação sistêmica e com as formas de reificação, e, para tanto,

parte de uma análise do advento do social liberalismo até o governo Dilma, para posteriormente proceder com os aspectos sobre as NTIC e suas potencialidades como meio que amplia e agrava as formas de dominação. Esta questão é considerada relevante para o entendimento da matéria proposta no decorrer de toda essa parte.

4 ESPECIFICIDADES DO SOCIAL LIBERALISMO LULISTA

Introdução

Conforme o que já foi exposto é importante compreender que as características que assume a forma de Estado pós-moderno e o seu culto ao mercado, influenciam diretamente no modo como os governos atuam e direcionam as suas políticas que, inegavelmente, são fruto de um desenvolvimento desigual. Assim, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil tem relação com o modo de produção capitalista como tal e com as suas próprias especificidades (FARIAS, 2001c).

De acordo com a análise de Farias (2014, diapositivo 15), na essência do governo Dilma, existe o aspecto objetivo de que

a política social-liberal periférica procura dinamizar o mercado interno, através do aumento do salário mínimo e da melhoria da distribuição de renda em favor da população mais pobre. Também esboça uma débil política industrial, mas permanece sob a primazia das finanças e dos setores de exportação de matérias-primas, em detrimento da expansão de sua indústria, que a torna particularmente frágil face ao imperialismo global.

Sem esquecer a perda de legitimidade governamental, diante dos interesses da pequena burguesia e de certos setores populares, como ficou evidenciado sejam nas últimas eleições, sejam nas jornadas de junho de 2013, este capítulo analisa o advento dessa situação governamental, sublinhando aspectos relativos à reificação e à dominação sistêmica, entendido como fatores enraizados

na forma do Estado brasileiro desde a sua formação socioeconômica até os dias de hoje.

4.1 Antecedentes históricos ao social liberalismo lulista

Segundo Farias (2001c, p. 232), para entender a forma de Estado capitalista periférico como particularidade do grande silogismo do Estado nacional, deve-se ir além do movimento de transpor os modelos estatais centrais para os países subdesenvolvidos. Deve-se antes, compreender que “cada forma de Estado capitalista, na medida em que possui determinações que lhes são peculiares, constitui um domínio particular da forma-Estado capitalista”.

No entanto, nas últimas décadas, a acumulação e a internacionalização de capitais e a relação entre Estados-nações foram responsáveis por “consequências econômicas, tecnológicas, políticas, comerciais e financeiras” que foram de fato, enquadradas em uma “reestruturação espacial e nova hierarquização dos centros decisórios” e que influenciam na forma como os Estados nacionais irão exercer seu papel diante a sociedade. A globalização propiciou uma nova configuração do mundo que, antes polarizado pela geopolítica da Guerra Fria, passa a ser regido por um novo centro, no qual as economias periféricas se tornam cada vez mais dependentes dos centros decisórios (RAMOS; BARBOSA, 2002, p. 86-87).

Logo, o entendimento acerca dos aspectos que envolvem a relação de dominação e dependência entre países centrais versus periféricos é, portanto, essencial para compreender o contexto histórico em que a sociedade brasileira está inserida e como a sua formação socioeconômica “deixou marcas profundas nas relações sociais, na política institucional e na frequente ação das classes dominantes para marginalizar o proletariado das decisões políticas” (COSTA, 2013, p. 191). Para Prado Júnior (1981, p. 206), “a situação de dependência e subordinação orgânica e funcional da economia brasileira com relação ao conjunto internacional de que participa, é um fato que se prende às raízes da formação do país”. Dessa forma,

O longo atraso socioeconômico formou uma classe dominante autoritária, arrogante e viciada na impunidade, fruto de cerca de três séculos de escravidão, o que pode ser expresso no fato de que esses setores sempre procuraram afastar as classes populares das decisões econômicas e políticas do país. As classes dominantes também se formaram num processo de dependência aos circuitos do capitalismo internacional (COSTA, op. cit., p. 245).

O desenvolvimento da burguesia brasileira esteve então relacionado à uma ordem passada e influenciada pelo capital internacional, proporcionando assim, a formação de “uma burguesia híbrida, sem identidade nacional e inteiramente dependente das vicissitudes do curso mundial do capitalismo” (ibid., p. 194). Fernandes (2005) é enfático ao afirmar que não havendo rompido com as bases própria do poder latifundiário e cedendo sua primazia ao imperialismo internacional, a burguesia brasileira se rendeu às transformações oriundas da dominação econômica sem qualquer ruptura revolucionária, marcando assim as particularidades da formação do Estado brasileiro.

Parte de uma herança histórica, as influências da relação entre as nações irão se manifestar igualmente nos campos econômico, social e psicológico. Oliveira (2003, p. 126) resume que essas relações não são algo inerente ao capitalismo mundializado, mas sim trata-se de uma singularidade histórica no qual “o subdesenvolvimento não se inscrevia numa cadeia de evolução que começava no mundo primitivo até alcançar, através de estágios sucessivos, o pleno desenvolvimento”.

O que o modelo colonial deixou como marco foi um desenvolvimento capitalista responsável pela transformação das ex-colônias em periferia, “cuja função histórica esteve em fornecer elementos para a acumulação de capital no centro” (ibid.). Em consequência disto, e apesar das intensas transformações ocorridas, essas ex-colônias foram impedidas de “evoluir” para estágios superiores da acumulação capitalista, propiciando um cenário fundamental para que as nações hegemônicas passassem a exercer, por meio do sistema político, uma coerção às ex-colônias ao impor um novo modelo socioeconômico e político de exploração em nome do liberalismo triunfante, como é o caso do Brasil.

Desse modo, de acordo com Fernandes (2005, p. 342) “quanto mais se aprofunda a transformação capitalista, mais as nações capitalistas centrais e

hegemônicas necessitam de parceiros sólidos na periferia dependente e subdesenvolvida”. Isto posto, tem-se que as relações de dominação estabelecidas entre nações, para além de envolver o uso das riquezas naturais, também se inscreve em uma maior exploração da mão-de-obra dos trabalhadores, na subordinação tecnológica e na imposição na organização social, econômica e política dos países periféricos.

Para Marini (2000), a relação de dependência entre os países centrais e periféricos se dá a partir da divisão internacional do trabalho e de uma troca desigual de mercadorias. O que acontece é a transferência de valor da periferia para o centro e, conseqüentemente, uma maior exploração do trabalhador, seja por meio do aumento da sua intensidade, da jornada de trabalho ou da combinação de ambos. Assim, a acumulação do capital é baseada na maior exploração do trabalhador e não no aumento da sua capacidade produtiva, e quanto a isto, destaca-se que essa relação de dependência deve ser

[...] entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida (ibid., p.109).

Não obstante, a América Latina esteve e está inserida nesse contexto de constante exploração e dominação estabelecido pelos países centrais, ao ter o seu desenvolvimento regido em consonância com a dinâmica do capitalismo internacional. Marini (op. cit.) afirma que “é o conhecimento da forma particular que acabou por adotar o capitalismo dependente latino-americano”. Quanto a isto, Farias (2001c, p. 233) também conclui que “é necessário ver que atrás da exploração entre países se esconde a exploração entre as classes sociais, cujo eixo material reside na divisão capitalista do trabalho”.

Além de facilitar o crescimento quantitativo destes, a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção da mais-valia absoluta à da mais-valia relativa, isto é, que a acumulação passe a

dependem mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador (MARINI, 2000, p.113).

Assim e em relação aos padrões de acumulação na América Latina, a partir dos anos 1850 até a crise de 1929 o que deu o tom na região foi a aplicação de um modelo de cunho primário exportador, caracterizado pela produção e exportação de matérias-primas, pela total dependência da demanda dos grandes mercados externos e pelo ínfimo desenvolvimento industrial. Logo após essa fase, o modelo que teve destaque foi o da industrialização baseada na substituição das importações, orientado para o mercado interno e para o crescimento dos núcleos urbanos, sendo portanto, responsável pela implantação e consolidação do capitalismo na região.

O processo de subdesenvolvimento do Brasil foi “produto da forma de dominação da circulação capitalista baseada na pilhagem” (FARIAS, 2001c, p. 233). Nesse sentido, Costa (2013) reafirma que a formação socioeconômica brasileira esteve ligada às nações dominantes no século XVI e que teve seu desenvolvimento econômico baseado no fluxo internacional do capital mercantil europeu, consagrando-se como uma nação agrário-exportadora que dependia quase que exclusivamente do café como o único produto relevante para exportação.

Segundo Farias (op. cit.), durante os trinta anos gloriosos, o que predominou nos países do terceiro mundo fora uma política no qual os investimentos necessários eram subsidiados pela própria poupança de cada país. Logo, depois dos anos 1930,

O Estado torna-se veículo e instrumento da penetração rápida, incompleta e desigual das relações mercantis capitalistas. Assume, finalmente, a tarefa de mediar a difusão dessas relações submetidas às necessidades do centro e à valorização dos capitais hegemônicos (ibid., p. 233).

Mesmo tardiamente, a revolução de 1930 representou uma oportunidade de mudança do padrão de acumulação anteriormente definido com o início do processo de industrialização. Na construção desse capitalismo industrial, Costa (2003) afirma que o Brasil enfrentou dificuldades ao perder-se durante o percurso entre a conciliação com a velha ordem agrário-exportadora e a construção deste

capitalismo, que na conjuntura internacional já se encontrava na fase monopolista. Foi “entre a primitiva indústria artesanal da colônia e a moderna maquinofatura [que], interpõe-se na evolução econômica do Brasil um grande hiato” (PRADO JÚNIOR, 1981, p. 195), aumentado pelo fato de que aqui não se teve a formação de uma burguesia autônoma capaz de promover verdadeiros avanços, mas sim apenas a reconstituição de velhas formas de poder anteriormente estabelecidas.

Da mesma forma, Feijóo (2009) garante que essa mudança não representou avanços significativos no padrão de acumulação, uma vez que esse processo de industrialização não incorporou a produção de bens de capital e de bens intermediários mais complexos e sofisticados e muito menos agregou alguma capacidade de exportação. O problema brasileiro ainda poderia ser resumido no fato de que era insuficiente a capacidade material de acumulação e que “o setor exportador conserva, na base, o perfil que tinha no padrão antigo, o primário-exportador” (ibid., p. 16). Prado Júnior (loc. cit.) afirma que a dificuldade do estabelecimento da indústria brasileira se deu, sobretudo, pela deficiência dos mercados consumidores no sentido de que a produção em larga escala pouco tinha o que suprir.

Assim, a industrialização efetiva veio com o Plano de Metas que, implementado nos anos 1956-1959, foi caracterizado como um intenso processo de construção industrial que reuniu ao mesmo tempo o capital privado nacional, o capital estatal e o capital estrangeiro. A partir disto, a burguesia encontrou bases suficientes para conter os avanços da classe trabalhadora, que já havia conseguido vantagens importantes na revolução de 1930, “e para transformar o Estado em instrumento exclusivo do poder burguês” (FERNANDES, 2005, p. 255).

Em termos econômicos, foi justamente nesse período que o Brasil aderiu definitivamente ao crescimento do capitalismo monopolista, como demonstra Costa (2013, p. 201)

[...] o Brasil passou da condição de nação agrário-exportadora para nação industrial e transformou-se num país urbano, em função de uma mobilidade demográfica extraordinária realizada em tão pouco tempo. Em outras palavras, o Brasil cumpriu em poucas décadas as tarefas que outras nações levaram séculos para implementar.

Nesse sentido, nos anos 1950 e 1960, o que de fato se presenciou foi o aumento da participação do capital estrangeiro nas economias periféricas, contribuindo para o agravamento da dependência externa. Sem a capacidade produtiva em razão da ausência histórica de acumulação interna, dos reduzidos salários e da crônica exclusão do mercado da maioria populacional, a saída foi importar bens e serviços, contrair empréstimos para a criação de infraestrutura e modernização do equipamento e atrair o capital estrangeiro. Estes fatores levaram à maior descapitalização e ao endividamento crescente pela via dos juros a serem pagos, das importações de matérias-primas e do repatriamento do capital internacional estabelecido (MACHADO, 1999), além da consolidação das classes dominantes no centro do poder.

Vale sublinhar que a chave do processo de acumulação está no disciplinamento dos fatores de produção e, no entanto, “se o Estado pratica tal função de maneira recorrente é justamente porque não se completaram os seus processos de particularização e de autonomização relativa” (FARIAS, 2001c, p. 237), o que é caso brasileiro.

Logo, após a expansão do capitalismo atrelada ao desenvolvimento da oligarquia, a aceleração da acumulação capitalista ocorrida forçosamente durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), foi marcada ainda pelo fornecimento de tecnologia oriunda de grandes empresas multinacionais. Segundo Oliveira (2003), as consequências disto foram o aumento do processo de concentração de renda ao potencializar a reprodução do capital e a elevação da taxa de exploração da força de trabalho, em um contexto marcado pela redefinição do papel do Estado relacionado sobremaneira aos interesses das classes dominantes e do capital internacional. Cabe destacar que a ação do capital estrangeiro no Brasil atua como um elemento de constante perturbação das finanças nacionais, no sentido de que representa um fator de desequilíbrio das contas externas e déficits crônicos.

Nesse cenário, a entrada das multinacionais ainda foi essencial para a formação de um ambiente capitalista de subempreiteiros e fornecedores de matérias-primas nos ditos novos países industriais. E foi justamente nesses países que se produziram as poderosas e ambiciosas elites locais, industriais e financeiras

e uma grande massa de trabalhadores assalariados que continuavam com seus interesses sendo mantidos em segundo plano. Assim,

A evolução do imperialismo no Brasil (como no resto do mundo) é assim contraditória. Ao mesmo tempo que estimulou as atividades e energias do país, e lhe forneceu elementos necessários ao seu desenvolvimento econômico, foi acumulando um passivo considerável e tornou cada vez mais perturbadora e onerosa a sua ação (PRADO JÚNIOR, 1981, p. 216).

É evidente para Farias (2001c, p. 235) que existe uma contradição na formação de um Estado representativo burguês moderno em um país de industrialização tardia, como no Brasil. O que ocorre é que esta contradição, inscrita para além desta forma do Estado, “mas entre as necessidades objetivas da reprodução do capital social total”, é resultado “das formas que assume as lutas de classes, tendo por eixo a divisão capitalista do trabalho determinada nesse espaço econômico”. Este fato irá se manifestar nos governos desenvolvimentistas da segunda metade dos anos 1950, que diante a nova conjuntura passam a se fundar “numa dinâmica de acumulação e sobre um sistema de defesa, manutenção e justificação da iniciativa privada onde os capitais dos Estados-nações imperialistas, tornam-se cada vez mais hegemônicos” (loc. cit.).

Foi com esse caráter eminentemente contraditório que os anos 1960 ficaram marcados por um intenso processo de politização dos setores populares e pela intensificação da luta política e social tanto na cidade quanto no campo. A sociedade brasileira esteve dividida em dois projetos antagônicos, no qual um representava os interesses do capital internacional e era de cunho conservador e o outro que era o das reformas de base, relacionada ao desenvolvimento econômico com vistas à distribuição de renda, com apoio dos setores populares, do governo e do capital nacional (COSTA, 2013). A organização sindical do proletariado brasileiro que na década de 1930, era atrelada ao Estado e distante da luta de classes, se fortaleceu como sindicalismo classista na década de 1950 e 1960.

Portanto, no período que corresponde as décadas de 1960 e 1970, os países da América Latina assistiram à crise da industrialização substitutiva e viram emergir um novo padrão de acumulação, o secundário exportador, que no Brasil se deu de forma paradigmática. As características desse modelo compreendem um

maior investimento em setores considerados pesados, pelo impulso às exportações de bens manufaturados, elevação da dinâmica da produtividade do trabalho, maior abertura externa, elevação da taxa de mais-valia, aumento do grau de monopólio e tendências para a implementação de políticas mais autoritárias.

Mas a degeneração do modelo secundário exportador deu-se pela falta de capacidade para promover uma mudança na acumulação do sistema, seja ela por meio de investimentos na produção interna de bens de capital e intermediários, seja ela por meio do incentivo às exportações. O fato é que a falência de tal padrão ainda foi forçada por forças sociais que acenavam em favor do padrão neoliberal. Dentre estas forças, Feijóo (2009) confere destaque para o capital financeiro internacional, o capital estrangeiro, o capital de empréstimo nacional e o capital nacional localizado nos setores exportadores, no qual se prioriza o capital produtivo em detrimento do consumo individual. É assim que o ciclo do capital na América Latina e no Brasil se baseia na separação entre produção e circulação, no sentido de que o que é produzido internamente tem em vista o mercado externo. Isto irá resultar, conforme Marini (2000), no duplo caráter o trabalho em uma tensão entre produtor e consumidor.

A chegada dos anos 1970 fez com que a forma de Estado capitalista periférico renunciasse o seu “papel de comando sobre um processo nacional de desenvolvimento”, o que representou o começo da submissão das economias nacionais e regionais diante os mercados globalizados (SINGER, 1998).

Do golpe militar como uma resposta do grande capital para resolver a questão nacional, o que deu-se na verdade foi o aumento da participação do capital estrangeiro nos principais ramos da economia, já que, às grandes estatais coube “apenas o papel de suporte para a acumulação do grande capital” (COSTA, p. 195). Este período de ditadura militar (1964-1985), por vezes caracterizado por ter implantado um modelo econômico antinacional e antipopular, pôs fim a um ciclo da economia brasileira que havia tido início em 1930, a partir da ampliação do capital internacional na economia do país e das políticas de arrocho salarial que culminaram em baixos salários.

Disto, ao mesmo tempo em que esse ciclo econômico chegava ao seu fim, iniciara-se um novo ciclo das lutas sociais. A partir dos anos 1970, portanto, o processo de urbanização alcança novo patamar, tanto do ponto de vista quantitativo,

quanto do ponto de vista qualitativo, como aponta Santos (1993), sendo que isto ocorre em meio à crise da dívida e suas consequências de descontrole das contas públicas e da inflação, que levou à estagnação econômica e ao aprofundamento das graves fissuras sociais existentes.

Desse modo, o crescimento brasileiro que vinha há quarenta anos acima dos 7% ao ano, trouxe “algum conforto para a população migrante, que chegava aos milhares nas cidades, em especial nas principais metrópoles. Com a globalização e o ajuste fiscal, a tragédia urbana se aprofundou” (MARICATO, 2013). É justamente nesse sentido que os problemas da cidade foram sendo ainda mais acentuados ao passo que ela se tornou cada vez mais dividida, fragmentada e tendente ao conflito. O que a globalização e o chamado capitalismo avançado possibilitou foi o desenvolvimento de cidades “globais”, divididas entre as elites financeiras e as grandes porções de trabalhadores de baixa renda.

Esse contexto, no qual compreende-se que a cidade constitui um grande patrimônio construído historicamente e socialmente e que é fruto de uma apropriação desigual que faz com que as singularidades da vida urbana tornem cada vez mais difícil os modos de viver e de habitá-la, Santos (1993, p. 10) aponta que

A cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora da pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico de que é suporte como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial.

Logo, foi nesse cenário que os movimentos sociais ganharam importância ainda na década de 1970, a partir do surgimento dos movimentos populares urbanos que mantinham lutas isoladas por água, luz, transporte, creches. Esses movimentos encontraram apoio nas facções de esquerda e nos setores liberais que lutavam contra o regime militar. Já os anos 1980 é marcado por grandes transformações na conjuntura política e nos movimentos populares, que trazem para o debate público uma diversidade de temas e questões sobre as mais diversas dimensões da vida social: gênero, raça e etnia, meio ambiente, violência e direitos humanos (DAGNINO, 1994).

Esses fatores se deram em uma conjuntura em que a globalização e o neoliberalismo consolidavam-se como princípio hegemônico nos países centrais e como modelo de dominação do capital no resto do mundo. No entanto, diferentemente dos muitos países que haviam implantado o neoliberalismo ainda no final dos anos 1980, no Brasil, na Índia e na China isso não se deu no mesmo período.

Para Costa (2013), a explicação para tal acontecimento envolve o fato de que na primeira metade da década de 1980, o Brasil sentia os efeitos da desagregação política e econômica da ditadura, sendo que logo após, iniciou-se o processo de democratização e a convocação da Assembleia Nacional Constituinte. Foram essas duas circunstâncias que evitaram que o projeto neoliberal fosse implantado no país já na década de 1980. Soma-se a isto o fato de que os anos 1980 ainda foram marcados como um período de recessão e desorganização da economia, com uma grave crise econômica por conta da dívida externa.

Nessa nova conjuntura dos anos 1980-1990, ocorre que

de primazia do capital especulativo em relação ao capital produtivo, e do mercado em relação ao plano, quando 'a política democrática em bases nacionais perdeu toda capacidade efetiva de regular a vida social', percebe-se uma desarticulação formal na estrutura do Estado brasileiro (FARIAS, 2001c, p. 235).

Para Machado (1999, p. 199), esse novo capitalismo inaugurado com as medidas neoliberais “passou a aplicar novos mecanismos de apropriação do excedente periférico pela via das empresas transnacionais e do sistema financeiro especulativo, aliando-se às burguesias emergentes locais”. Logo, na década de 1990, o fluxo de investimento direto do exterior para os países recém industrializados teve um salto mais significativo ainda, representando uma mudança no processo de acumulação de capital em sintonia com as transformações que também aconteciam no plano internacional. Com a introdução dos ajustes neoliberais portanto, o Estado se consolidou como um mecanismo que orienta a sua ação para o atendimento dos interesses do mercado em detrimento de políticas que contemplem o conjunto da sociedade.

A partir do Consenso de Washington, de 1989, o grande capital internacional reorganizou novamente sua estratégia. Agora, tornava-se necessário enquadrar todos os países periféricos no sentido de que desregulassem suas economias, realizassem sem restrições a abertura da economia e a livre mobilização dos capitais, reduzissem ao mínimo o papel do Estado, privatizassem aceleradamente as empresas públicas, flexibilizassem o mercado de trabalho e realizassem uma ofensiva contra as entidades sindicais, os direitos e garantias dos trabalhadores. Para os formuladores dessa nova política, não era mais necessário o velho Estado nacional para organizar seus interesses: isso seria feito a partir do mercado e da economia globalizada (COSTA, 2013, p. 204).

Concomitantemente, Costa (ibid., p. 196) aponta que o Brasil da década de 1990, fora marcado justamente pela introdução dessas políticas neoliberais, primeiramente com os governos de Fernando Collor de Melo e seu programa que deu início à desestatização, desregulamentação da economia, abertura ao exterior, arrocho salarial e ofensiva contra os salários e direitos do trabalhadores, seguindo por Itamar Franco, e posteriormente, pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, “no qual a economia e a sociedade brasileira foram impactadas de maneira radical pelos ajustes predatórios e regressivos”.

Reformas constitucionais, da Previdência, da legislação trabalhista, abertura da economia, privatizações generalizadas e ofensiva contra salários, direitos e garantias dos trabalhadores marcaram a hegemonia neoliberal no país. O neoliberalismo reagrupou a burguesia associada brasileira, agora sob a hegemonia dos setores ligados aos interesses da especulação financeira e, ao mesmo tempo, proporcionou à burguesia industrial subordinada, [...], instrumentos para manter e ampliar seus lucros no mercado financeiro, nas privatizações e na contenção dos salários dos trabalhadores, fatores que acomodaram eventuais interesses contrariados (ibid., p. 196).

Portanto, a implementação dos ideários neoliberal no Brasil, provocou uma onda de desemprego em massa e de precarização das relações de trabalho, debilitando o movimento operário e colocando em risco o Estado de cunho social-democrata, já esboçada na Constituição de 1988. Algumas das marcas do “consenso de Washington” é justamente o desemprego, o aumento de tamanho e a complexidade da superpopulação relativa. Quanto a isto, objetiva-se reduzir o número de operários por meio de “um assalariado fragilizado diante da reestruturação econômica” e por meio da colaboração de classes mantida entre as lideranças sindicais e as forças políticas de massa (FARIAS, 2001c, p. 236).

A globalização neoliberal impôs mudanças quanto a divisão técnica do trabalho, a divisão sexual e étnica e fez com que, em termos de cidadania, fossem colocadas em cena “adequadas medidas de proteção social [que] não estão ao alcance nem da força de trabalho assalariada nem das classes médias, quanto mais da superpopulação relativa”, na medida em que aos acusados de abuso de poder, nada ocorre (ibid.).

De fato, a imposição dos organismos internacionais – Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial – influenciaram diretamente no desenvolvimento das políticas econômicas e sociais que aqui foram sendo implantadas. Costa (2013, p. 196) aponta que

O processo de globalização, a reestruturação produtiva e a política neoliberal mudaram qualitativamente a luta de classes no país, gerando um ambiente onde as classes dominantes realizaram uma grande ofensiva contra o movimento sindical, os direitos e garantias dos trabalhadores e pensionistas.

O que a globalização possibilitou ainda, foram “novos mecanismos de controle dos espaços produtivos e da gestão das desregulações, agora universalizadas sob a égide da hegemonia conservadora” (RAMOS; BARBOSA, 2002, p. 88). Disto, em relação as consequências da globalização e as formas de dominação vigentes, conclui-se que esta

[...] favoreceu a intervenção burguesa na luta de classes com a grande violência, controle rígido e sofisticado dos meios de comunicação, com desorientação, a manipulação de corações e mentes e a propagação do individualismo como solução para os problemas que afligem a população (COSTA, op. cit., p. 197).

Após a implantação do Plano Real, o governo FHC foi o responsável pela entrada de todas as medidas do receituário neoliberal, ao articular um projeto que tinha como intuito responder aos interesses do capital financeiro como norteador da política econômica, que unificou a burguesia associada, disciplinou eventuais setores industriais prejudicados com a ordem estabelecida, sucateou a infraestrutura e os equipamentos sociais e, além de tudo, fragilizou o poder regulador do Estado.

Isso posto, tais medidas foram efetivadas por meio da reforma da constituição com o intuito de adaptá-la aos interesses do grande capital, da desregulamentação da economia e ampliação da abertura ao exterior, da contenção dos salários e da privatização e mercantilização de quase todos os setores públicos, como energia elétrica, siderurgia, telecomunicações, com o intuito de remercentilizar os bens sociais, reduzir o gasto social público e reduzir a noção de direitos sociais (LAURELL, 2009).

Essa reforma gerencial do Estado ocorrida em 1995, de acordo com Bresser Pereira (1998), buscou criar novas instituições legais e organizacionais que proporcionassem a uma burocracia profissional e moderna, condições suficientes para o gerenciamento do Estado brasileiro. Tal projeto fora apresentando com o objetivo de superação não apenas da forma patrimonialista de administrar o Estado brasileiro, mas principalmente para criticar e oferecer uma alternativa gerencial à administração pública burocrática, que permanecia dominante no Brasil apesar de sua comprovada inadaptação às características do Estado moderno. No entanto, a reforma gerencial aponta sim, para um claro privilégio e favorecimento que a reforma do Estado trouxe para o grande capital.

Voltando para a questão do Plano Real, tem-se que:

Passado o período de euforia e, ao contrário do que as aparências evidenciavam, o Plano Real começou a apresentar, do ponto de vista econômico e social, indicadores profundamente negativos, como o baixo crescimento econômico, a vulnerabilidade externa, distorções cambiais, o aumento do desemprego e a redução dos salários. Só mesmo um processo w3aintenso de manipulação dos meios de comunicação foi capaz de impedir que a população percebesse os problemas da economia e o aprofundamento do fosso social que o Plano real estava ampliando. Praticamente, todos os indicadores econômicos relevantes apresentaram deterioração, a exceção da inflação. No governo FHC, somente os especuladores nacionais e internacionais e o grande capital foram beneficiados pela política econômica do Real (COSTA, 2013, p. 207).

Não obstante e para além da aparência – incitada pelos meios de comunicação - de que o Plano Real representou um meio capaz de estabilizar a economia, o que esse projeto realmente significou foi um conjunto de medidas que tinham o intuito maior de estabilizar a moeda ao sobrevalorizar o real e deixar a economia do país à margem do capital especulativo internacional. Do mesmo modo,

longe de representar um avanço de vida para os trabalhadores e para a classe média assalariada, o Plano Real esteve baseado nas âncoras cambial, da taxa de juros e a salarial e como herança

[...] o governo vendeu o patrimônio público a preços irrisórios e continuou mais endividado que no período anterior ao plano de estabilização; acumulou uma dívida interna impagável, que se tornará sempre uma armadilha conspirando contra o futuro do país; praticou taxas de juros estratosféricas, que quebrou vários setores industriais, iniciando um processo de desindustrialização que atingiu a indústria de transformação; produziu milhões de desempregados e finalmente colocou mais uma vez o FMI para monitorar a economia brasileira (COSTA, 2013, p. 211).

Portanto, o resultado do governo FHC e dos ajustes neoliberais efetivados nos seus oito anos de mandato foi a continuidade da estagnação econômica do país, no qual o Produto Interno Bruto registrava um crescimento médio anual de apenas 2,5%, o nível de desemprego equivalente a 20%, houve aumento da concentração de renda e queda nos padrões de vida da população. Além disto, registra-se o aumento do endividamento público do Estado que saltou de R\$ 62,5 bilhões em 1994 para R\$ 881 bilhões em 2002, ano do último governo FHC (ibid.).

Levemos em conta a caracterização do capitalismo brasileiro feito por Costa (2013, p. 234) que o considera como sendo um capitalismo completo, que possui um elevado grau de concentração empresarial, “que transitou da industrialização embrionário da década de 1930 aos anos 1950 para as formas de produção e acumulação ampliada do capital até a formação do monopólio”, e, como tal, “esse trajeto foi percorrido de maneira interligada, inseparável e subordinada ao sistema imperialista que hoje predomina nas relações internacionais”.

O Estado capitalista periférico brasileiro portanto, “não se reifica plenamente, pois não consegue se apresentar como uma instituição tecnicamente neutra em relação aos interesses das classes sociais, centrada na divisão capitalista do trabalho e buscando o atendimento das necessidades coletivas” (FARIAS, 2001c, p. 238). De fato, este é um Estado privatista que promove grandes feitos quanto a riqueza do setor público em proveito do setor privado e que ainda promove desmoralização, desvalorização e desmotivação de seus funcionários que sofrem com os ataques neoliberais enquanto que os representantes ditos do povo tiram

proveito de regalia para usufruto próprio. Assim, “tais práticas afetam profundamente a legitimidade do Estado, cujos representantes eleitos, não têm autoridade moral para propor à oposição que ‘esqueça o sectarismo’ para o ‘bem do povo’” (ibid.).

4.2 O social liberalismo de Lula a Dilma

Parte-se do pressuposto de que na era pós-moderna, o viés totalitarista brasileiro está manifesto “tanto no respeito governamental aos compromissos assumidos com o imperialismo hegemônico global, quanto no despeito aos compromissos de mudanças assumidos anteriormente com as massas trabalhadoras” (FARIAS, 2003b, p. 93). As estratégias neoliberais apontam para o ataque constante aos direitos dos trabalhadores no sentido de expulsar o trabalho vivo da Constituição de 1988 ao passo que a confusão e os antagonismos políticos frente ao embate Lula e FHC fez surgir as bases necessárias para a implementação de um estelionato eleitoral social-liberal.

Constitui-se, pois, uma governabilidade institucionalista, autoritária e desprovida de soberania e autonomia política, que corresponde aos interesses de classes dominantes e não aos interesses das classes exploradas, oprimidas e humilhadas (ibid.).

O social liberalismo, entendido como uma terceira via e uma posição intermediária entre o neoliberalismo e a social-democracia, é pois a via que predomina no Brasil, de acordo com Farias (2003b). Mesmo que a conjuntura brasileira esteja mais propensa ao neoliberalismo econômico é fato que os intelectuais da esquerda moderada aderiram “de modo mais ou menos aleivoso e obstinado, ao mito do mercado auto-regulável, ou melhor, à utopia contemporânea do mercado livre e eterno” (ibid., p. 93).

Para entender o contexto no qual o atual governo da presidenta Dilma Rousseff está inserido, é necessário antes compreender todo percurso feito pelos governos do Partido do Trabalhadores (PT) que corresponde ao primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva em 2003 até os dias de hoje, com Dilma. Aqui, consideramos ser fato que o programa seguido atualmente pelo governo é uma

continuação das medidas e das diretrizes básicas anteriormente estabelecidas. Entretanto, com existência própria e ritmo distinto, a crise estrutural do Estado coloca-se progressivamente no mesmo diapasão da crise estrutural do capitalismo, cuja resolução leva à desvalorização do capital e à recomposição da superpopulação relativa, afetando a luta de classes. Isto implica mudanças na esfera governamental, envolvendo os aparelhos e a legitimação estatal, que marcarão o segundo governo Dilma. Deixa-se para outra ocasião o aprofundamento deste tema.

Dessa forma, desde a sua criação em 1980 até os anos 1989, o PT representou até certa medida os interesses da classe trabalhadora ao atuar no contexto de transição política que marcou o fim da ditadura militar no Brasil (MATTOS, 2013). No entanto, a ascensão do PT durante o governo de Lula, consolidou o começo para a derrocada do ciclo da hegemonia do partido nas lutas sociais e políticas dos trabalhadores, ao dar continuidade às políticas neoliberais e ao ter como aliado os setores mais conservadores de fração da burguesia da sociedade brasileira. O que Lula fez foi manter a essência do modelo neoliberal na economia e transformar “o seu governo no paraíso dos capitalistas – banqueiros, especuladores em geral, latifundiários e os oligopólios nacionais e internacionais” (COSTA, 2013, p. 212).

Assim, durante todo o governo Lula o que se viu foi a manutenção e a consolidação do padrão neoliberal e da hegemonia do capital financeiro que, mesmo assim, ainda contou com o apoio ativo das principais organizações do mundo do trabalho, bem como das enormes massas de trabalhadores desorganizados que aderiram ao “lulismo” e às suas políticas sociais compensatórias. Maciel (2012, p. 01) aponta que essa adesão do PT aos princípios do neoliberalismo “esvaziou significativamente a perspectiva anti-autocrática e anti-neoliberal alimentada pelo conjunto da esquerda e pelos movimentos sociais nos últimos 20 anos”, o que contribuiu para parte do isolamento político e social vivenciado por muitos desses movimentos, bem como da questão trazida por eles.

Ao manter as medidas de cunho neoliberal e garantir os interesses da classe dominante, Lula promoveu o início da reorientação da economia com vistas ao crescimento econômico e, para tanto, incorporou frações da burguesia industrial que foram anteriormente afastadas das decisões econômicas e políticas. Durante certo tempo, o setor produtivo passou a exercer considerável poder de influência na

tentativa de construção de uma política industrial brasileira, mas foi o setor financeiro que obteve os maiores lucros, com a ampliação dos créditos e a política de juros altos entre outras medidas.

Como o governo Lula adotou na prática o modelo do capitalismo patrimonial – implicitamente, sem discussão teórica e com atropelo político (do PT) e sindical (da CUT) -, desencadeou um processo de imposição e transposição autoritária do mesmo à nação brasileira, através da chamada reforma da previdência (FARIAS, 2003b, p. 95).

Costa (2013) caracteriza o governo do PT como uma social-democracia retardatária que, como fenômeno internacional, teve o seu desenvolvimento e curso semelhante a de outros países social-democratas. No entanto, diferentemente da mudança no padrão de vida da social-democracia clássica,

no Brasil não apenas deixou de implementar as reformas sociais e econômicas implantadas por sua congênere europeia, como ainda deu continuidade ao núcleo duro do modelo neoliberal na economia, consolidou com generosos financiamentos os grandes grupos monopolistas privados, restando como contrapartida um crescimento econômico melhor que no governo anterior, mas bem abaixo da média histórica do período 1947-1980, além das migalhas compensatórias como o Bolsa Família e o Prouni (COSTA, 2013, p. 215).

Logo, ocorrida em um espaço geográfico complexo e num tempo errado, a social-democracia retardatária brasileira iniciada nos anos 1980 não se efetivou como um modelo capaz de proporcionar melhores condições de vida aos trabalhadores, já que o grande capital avançava em direção oposta. O capitalismo contemporâneo representou aí uma barreira significativa para que a social-democracia nos moldes brasileiros conseguisse oferecer verdadeiras e amplas benesses aos seus trabalhadores, ademais, isto só seria viável se fosse rompido o ciclo histórico de dependência com um verdadeiro projeto, por exemplo, de fortalecimento da atividade industrial nacional.

É assim que no Brasil se consagra a burguesia como “uma classe dominante obtusa, autoritária, viciada na baixa remuneração do trabalho e ao desrespeito aos direitos e garantias dos trabalhadores” (ibid., p. 252), quadro

piorado com a implantação dos benefícios sociais voltados para os pobres e extremamente pobres, agora caracterizados como preguiçosos e viciados.

A concretização definitiva desse processo de degeneração se deu com o governo de Lula, que governou com o capital e deu aos trabalhadores e à população mais pobre as “migalhas”, tomando o ponto de vista dos beneficiários e a possibilidade real de acesso aos serviços básicos, diga-se direitos constitucionais, aos bens de consumo materiais e ao lazer. Justamente em relação aos trabalhadores e à população em geral, pode-se afirmar que esse modelo de social-democracia contribuiu para uma despolitização e para o descrédito da política diante o povo.

Desse modo, para Mattos (2013), durante todos os governos petista, incluindo o de Dilma, o Estado e as classes dominantes utilizaram-se de formas específicas para conter o potencial explosivo da elevada taxa de exploração da classe trabalhadora e de suas condições precárias de vida, verdadeiro atentado à dignidade humana. Diante desse quadro conjuntural é que foram adotadas medidas para conter e compensar os problemas vivenciados pelas classes subalternas via, dentre outras, o consumo de bens-duráveis.

No geral, seguindo portanto as imposições feitas pelo Banco Mundial e por outros organismos multilaterais, ainda na década de 1990, os países periféricos passaram a incorporar políticas sociais que ao mesmo tempo são caracterizadas como mais incisivas e focalizadas. Para Mattos (ibid., p. 05), “ao invés de garantias de direitos universais aos quais todos os cidadãos teriam acesso, incentivaram políticas de assistência social para os setores mais pobres da população”, sendo que para a execução dessas políticas, utilizam-se de critérios que nivelam por baixo o acesso a muitos desses direitos.

Aqui, cabe ressaltar que as políticas públicas se traduzem em um “campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações”. Portanto, a formulação de políticas públicas subentende a transformação de propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que deverão produzir resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p. 26).

Ainda quanto às políticas públicas, Gelisnki; Seibel (2008, p. 228) entendem ainda que elas “são ações governamentais dirigidas a resolver determinadas necessidades públicas” e as classificam como as *sociais*, que incluem saúde, assistência, educação, as *macroeconômicas*, como a fiscal, cambial, ou ainda como *outras*, que corresponde as políticas científica e tecnológica, cultural, etc.

Em vista disso, foi no governo Lula que as políticas sociais iniciadas de forma limitada no governo FHC, foram ampliadas a um patamar de massas a partir do Programa Bolsa Família, que atende hoje mais de 14 milhões, segundo dados oficiais da última Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD).

Mas além da implementação de políticas focalizantes, segue-se ainda como estratégia para efetivar a dominação das classes a utilização do aspecto ideológico incutido “nas propostas de empreendedorismo, empregabilidade, inserção social, responsabilidade social, entre outras” (MATTOS, 2013, p. 05). Tais estratégias são efetivadas por meio da privatização de atividades e de serviços sociais que, ao deixarem de ser interessantes para o processo econômico do Estado, são deixadas a cargo de grandes grupos capitalistas, por meio de fundações privadas, ONGs e entidades empresariais que se utilizam do apoio e do subsídio governamental.

Com relação mais precisamente ao governo Dilma, a sua eleição em 2010 significou a continuidade da “orientação neoliberal moderada, alimentando as ilusões, motivadas pelo próprio discurso governista, de que no terceiro mandato o PT consolidaria o projeto ‘social-desenvolvimentista’ em curso” (MACIEL, 2012, p. 03).

Frente às dificuldades econômicas manifestas na piora das contas nacionais, no aumento da inflação, na redução do ritmo de crescimento do PIB e na queda da produção industrial, o governo reagiu cortando gastos, subindo juros, privatizando e aprofundando a simbiose entre a acumulação privada e recursos públicos, acirrando o caráter neoliberal da política econômica e operacionalizando politicamente o encaminhamento de medidas anti-populares que o governo anterior não foi capaz de realizar. Exemplos disto são a nova reforma da previdência dos servidores públicos, o novo código florestal e a reforma política (ibid., p. 04).

Recorrendo ao neoliberalismo extremado em detrimento de um modelo de cunho econômico-social, o governo Dilma acenou para a introdução de elementos ainda mais repressivos e exclusivistas da dominação burguesa. Foi assim que se efetivaram muitas das políticas de cortes de gastos e de privatização dos serviços públicos, como saúde e educação, entendidos pela Constituição de 1988 como dever do Estado. Estas medidas foram tomadas com intuito de conter o avanço da crise mundial na economia brasileira. No campo econômico, Maciel (ibid.) aponta que as medidas voltaram-se para a concessão de créditos, aumento da taxa de juros, do PIB e do superávit.

Desse modo, o governo recorreu e continua recorrendo ao receituário neoliberal ao atuar de acordo com os interesses do grande capital, em particular do capital financeiro, ao passo que instituiu novos cortes de despesas justamente nas matérias do campo social. Na contracorrente, a manutenção dos gastos com os programas sociais acena essencialmente para o objetivo estratégico de conquista e de obtenção do apoio passivo das massas trabalhadoras ora desorganizadas.

Portanto,

Nos marcos da hegemonia neoliberal vigente e da própria institucionalidade autocrática, o aprofundamento da orientação neoliberal extremada por parte do governo do PT favorece a passividade das massas trabalhadoras desorganizadas diante dos efeitos da crise econômico e social, de um lado, e a criação de uma situação política e ideológica francamente hostil às reivindicações democráticas e populares, aos movimentos sociais e à esquerda socialista. A seguir apontaremos alguns elementos que evidenciam esta situação e fundamentam a hipótese deste trabalho (MACIEL, 2012, p. 06).

Em suma, no Brasil e no mundo, a conjuntura neoliberal foi responsável pela introdução de medidas que refletem uma grande negligência quanto aos direitos e garantias dos trabalhadores, chegando a provocar por vezes uma confusão ideológica que incentiva o individualismo e o consumismo irracional que faz com que os trabalhadores tomem, de forma reificada, o sistema capitalista como uma oportunidade eminente de melhora das condições de vida. A exploração dos trabalhadores é disfarçada quando estes passam a ser tratados como “colaboradores” para camuflar e mascarar o assalariamento e as contradições de

classe (COSTA, 2013), para além da dimensão opressora que envolve a dominação e as diversas formas de atentado à dignidade humana.

Conclusão

A formação socioeconômica da sociedade brasileira sofreu influências direta do processo de dominação e dependência entre nações, se manifestando igualmente nos campos econômico, social e cultural. Logo, do modelo de acumulação de cunho agrário-exportador até o processo de industrialização tardio que aqui se deu, as heranças aqui estabelecidas foram desde cedo aquela que garantiu ao Brasil, como uma nação emergente, a submissão de sua economia diante os mercados globalizados e as imposições neoliberais.

Nesse sentido, viu-se neste capítulo que tais heranças, que ainda são fruto da formação de uma burguesia reacionária, estão refletidas nos modos de vida de hoje e nas relações entre as classes. No Brasil, a liberalização financeira e comercial, a desregulamentação do mercado e a privatização de empresas privadas seguiu a risca o receituário neoliberal, aumentando ainda mais as graves fissuras sociais e as desigualdades de renda que se mantém mesmo em um governo que se alto-intitula social-democrata.

5 A UTILIZAÇÃO DAS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PELO GOVERNO DILMA

Introdução

A partir de toda análise já feita no decorrer deste trabalho, tomamos como objetivo para o presente capítulo compreender como as NTIC estão sendo utilizadas pelo governo brasileiro sob o pretexto de uma pretensa prestação de serviços públicos e como meio de relacionamento com o cidadão. Para tanto, é importante reconhecer que a política de governo eletrônico é aqui entendida como uma das políticas fundamentais para a manutenção dos padrões impostos pela globalização neoliberal.

A esse respeito, as NTIC já se efetivaram como verdadeiras potências políticas ao assumirem papel crucial no modo como o Estado cumpre algumas de suas principais funções. Essa redefinição no modelo de relacionamento entre Estado e sociedade civil vem acompanhada da implementação de uma nova forma de exercício da política governamental que baseia-se na busca incessante pela informatização de serviços públicos e na utilização de tais recursos em função da otimização do processo democrático. São estes fatores que irão condicionar o modo como a gestão estatal concebe e implementa as políticas públicas, dando assim, origem ao governo eletrônico ou simplesmente e-gov.

Tomando ainda como norte a noção de comunicação como um bem público, entendemos que a informação é um direito do cidadão, como uma forma de acesso aos direitos e deveres da vida social. É neste sentido que ao mesmo tempo que a comunicação se efetiva como um recurso eminentemente do poder, ela também se torna imprescindível para conscientizar cidadãos dos processos econômicos, políticos e sociais (LIEDTKE, 2003).

Nesse caso e teoricamente, ao poder público fica reservado o dever de informar a sociedade por meio de canais que proporcionem o diálogo e interação, enaltecendo o interesse público nas suas decisões, prestando contas à população dos seus atos e mantendo transparência na gestão do patrimônio público, sendo que essa comunicação pública se dá por meio de políticas de comunicação bilaterais.

Destaca-se que o objetivo da comunicação pública é o de envolver “o cidadão de maneira diversa, participativa, estabelecendo um fluxo de relações comunicativas entre Estado e sociedade”. Além de “incluir os atores emergentes da esfera pública, de modo que possam debater e formular propostas de ações ou de políticas públicas que beneficiem a sociedade” (MATOS, 2009, p. 102-103).

A comunicação é então considerada necessidade social e elemento fundamental do pleno exercício dos direitos humanos, o que nos remete ao fato de que a política de comunicação, em qualquer âmbito governamental, deve ser integrada e clara, para ser democrática e aberta a reformulações. Logo, as políticas de comunicação são entendidas como

um conjunto integrado, explícito e duradouro de políticas parciais de comunicação harmonizadas num corpo coerente de princípios e normas, dirigidas a guiar a conduta das instituições especializadas no manejo do processo geral de comunicação de um país (LIEDTKE, 2003, p. 41).

Por conseguinte, ao reconhecer a importância de garantir o direito à informação, bem como de compreender a importância dos meios de comunicação como articulador de inúmeras e poderosas potencialidades, que as políticas que tinham como foco atingir esses objetivos entraram definitivamente na ordem das prioridades estatais.

Desse modo, foi justamente sob o pretexto de revigorar a democracia e as relações com a sociedade civil que surgiu o e-gov, representando uma forte tendência internacional com vistas a modernização do Estado, e sendo configurado pelo seu potencial de reinventar a política-governamental ao tentar promover a interação entre cidadão e governo, articular movimentos sociais, estabelecer comunicação bidirecional, dentre tantas outras possibilidades.

Porém, entendendo que a ênfase nas políticas públicas é decisiva para a criação e a aplicação de mecanismos democráticos de proteção às demandas da coletividade frente às ambições lucrativas do setor privado, o que é possível perceber, ao contrário, é que a perspectiva de transformação da realidade que deveria ser pregada, é convertida na lógica em que o governo eletrônico acaba por cumprir os preceitos da cartilha neoliberal de “reinvenção” do Estado de acordo com

os paradigmas do capital contemporâneo. Não é à toa que Ramos (2005) considera que existe uma dificuldade própria do reconhecimento da comunicação como política pública no capitalismo, uma vez que diante a ideologia liberal, ela é percebida como a principal garantidora da liberdade de mercado, no qual os meios de comunicação tornam-se ação censória.

Dessa forma, este capítulo está dividido em três momentos: o primeiro que faz um delineamento acerca das inovações tecnológicas, bem como de suas potencialidades como meio que amplia e agrava o exercício do poder e as formas de dominação e reificação moderna; o segundo que trata da política nacional de governo eletrônico, relacionando-a com o processo de dominação e reificação; e o terceiro que aborda especificamente o aplicativo Sinesp Cidadão, desenvolvido pelo órgão do Ministério da Justiça no ano de 2012.

5.1 A grande transformação tecnológica

Em seis de novembro de 1445, o alemão Johannes Gutenberg possibilitou conquistas até então não imaginadas: a invenção do tipo móvel, tecnologia precursora dos meios de comunicação de massa. Ao contrário dos copistas, que fabricavam e reproduziam manualmente os textos mais pedidos, a invenção do tipo móvel de metal e a impressão mecânica somada à conquista do papel, permitiu que os primeiros livros e textos fossem reproduzidos em um processo de produção em massa, revolucionando as técnicas de comunicação que viriam depois.

Essa transformação do documento escrito em livro impresso representou grandes mudanças sociais e intelectuais. A alfabetização e a leitura, proporcionada pela expansão que o livro teve no século XVI e pelas novas temáticas abordadas, que até então eram destinadas apenas à elite especializada, foram responsáveis por impactos profundos na maneira pela qual as pessoas pensavam e agiam. Já não era mais necessário recorrer à memória para recordar fatos e argumentações, os livros estavam ali para guardá-los através da escrita (HOHLFELDT, 2007).

No entanto, os verdadeiros avanços tecnológicos, que contribuiriam com a forma de nos comunicarmos hoje, começam no século XVIII, durante a Revolução

Industrial, iniciada na Inglaterra e difundida pelo mundo a partir do século XIX. Essas novas descobertas vão desde a invenção da máquina a vapor como substituto ao trabalho humano, o uso da eletricidade, o progresso no transporte das mensagens com o surgimento do telégrafo, e ainda pela indústria da impressão, responsável pelo aparecimento e proliferação dos meios de massa com base industrial, como livros e jornais.

O século XIX, de fato, viu nascer a industrialização cultural, e a comunicação, assim, conheceu um novo patamar de funcionamento, a massificação, graças às conquistas industriais e ao imenso alargamento dos públicos que, ao mesmo tempo, desdobravam-se e se especializavam. A imprensa, definitivamente, tornava-se uma mercadoria dentro do sistema capitalista de produção (ibid., p. 93).

Quando a comunicação escrita ganhou importância e foi enfim desenvolvida e reproduzida, a melhor maneira de fazer com que as notícias e os textos fossem levados a áreas longínquas, era transportá-los fisicamente. Os meios provenientes do avanço tecnológico desempenharam funções essenciais para que a sociedade da época tivesse acesso às informações decorrentes da era industrial, possibilitando interação entre as pessoas. Primeiro surgiu o telégrafo e em seguida a telefonia.

O telégrafo foi o primeiro grande avanço na área da eletricidade, pois a comunicação deixou de ser unicamente física e passou a ser baseada pela transmissão eletrônica, por meio de cabos. Em 1837, a invenção do telégrafo fez surgir novos valores: a rapidez e a velocidade com a qual as informações chegavam ao público, tornando-se este o seu efeito mais significativo. A distância deixou de ser um desafio, agora era viável fazer negócios entre mercados nacionais e internacionais, transmitir informações de governos, assuntos familiares, condições climáticas e desastres humanos, tudo por meio dos noticiários. Por volta de 1870 o telégrafo já estava totalmente incorporado à vida cotidiana dos americanos, mesmo não sendo utilizado em larga escala (BRIGGS; BURKE, 2006).

Em março de 1876, outro importante passo para a comunicação foi dado pelo escocês e professor de Física em Boston, Alexander Graham Bell, que realizou a primeira chamada telefônica totalmente compreensível, feita por ele para seu sócio Thomas Watson: “Sr. Watson, venha aqui, preciso do senhor”, dizia. Foi assim que

Bell concebeu o novo artefato técnico que para ele seria como uma extensão do homem, o que ele se tornou de fato (ibid.).

Depois disso, um episódio também relevante para o aperfeiçoamento técnico do telefone foi proposto por Theodore Vail. Com ele surgiu a ideia de rede telefônica, ao dar início à padronização de equipamentos e práticas que serviram para a expansão do sistema telefônico, garantindo um serviço universal. O que Vail havia planejado foi realizado em 1878, quando entrou em operação o primeiro telefone mecanizado por meio de um quadro de distribuição, possibilitando aos usuários fazerem contatos sociais de diferentes lugares. Segundo Lira (2008), pode-se deduzir que Vail almejava criar um círculo de contatos, tornando possível alcançar qualquer pessoa a qualquer momento. Ao final do século XIX, os telefones espalharam-se rapidamente nos Estados Unidos, e mesmo recebidos com incredulidade, tornaram-se, no século XX, uma necessidade para muitas pessoas, tanto no trabalho quanto em casa, e mais tarde também nas ruas, com o telefone móvel.

O auge das comunicações do século XIX aconteceu a partir das primeiras transmissões sem fio por ondas eletromagnéticas. Inicialmente elas se tornaram possível pelo telégrafo sem fio e depois com o surgimento de aparelhos maiores como o rádio. Utilizado a princípio para fins militares e comerciais, foi somente nos anos 1920 que o rádio entrou nas casas e tornou-se uma mídia popular, importante por apresentar uma comunicação que não necessitava dos cabos e fios até então essencial para enviar mensagens a longas distâncias.

As descobertas feitas por James Clerk Maxwell, Heinrich Hertz, Oliver Lodge, Guglielmo Marconi e Lee de Forest foram primordiais para os primeiros passos da eletrônica e para os avanços dos novos meios de difusão de mensagens; as transmissões de som através da radiodifusão, as imagens geradas pela televisão nos anos 1940, a evolução dos computadores e dos revolucionários telefones sem fio foram conquistas que caracterizaram a nova sociedade de massa.

Cabe ressaltar que de acordo com Feenberg (2014), as tecnologias não podem ser consideradas como apenas uma coleção de dispositivos ou mesmo como uma soma de meios racionais. A técnica é social e desta forma, os aparatos que a compõe, possuem duas dimensões hermenêuticas, sendo uma correspondente ao

seu senso social e o outro ao seu horizonte cultural, sendo pois determinado pelas normas culturais derivados da economia, da ideologia, da religião e da tradição.

À vista disso, os primeiros computadores foram concebidos na Inglaterra e nos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial em 1945, justamente quando convencionou-se falar sobre a ascensão de uma sociedade tecnológica, considerada “um tipo totalmente novo de sociedade humana, na qual a ciência e a tecnologia ditam as formas dominantes de pensamento e moldam cada vez mais quase todos os aspectos de nossa vida cotidiana”. Estas tecnologias seriam responsáveis por moldar quase todos os domínios da vida dos indivíduos e, como tal, “poderiam transformar ou destruir os fundamentos sociais de nossos valores humanos mais prezados” (MÉSZÁROS, 2004, p. 262).

Nesse sentido, os computadores foram utilizados durante muito tempo para fins militares de guerra, assim como outros meios de comunicação recém-criados, sendo considerados meras máquinas de calcular programáveis capazes de armazenar programas. Segundo Lévy (1999, p. 31) “a informática servia aos cálculos científicos, às estatísticas dos Estados e das grandes empresas ou a tarefas pesadas de gerenciamento (folhas de pagamento etc.)”. Todo esse processo caracterizou o início da revolução informacional.

Nos anos 1960 o computador passou a ser aplicado para uso civil, porém, para se tornar objeto de consumo pessoal foi fundamental o desenvolvimento de alguns dispositivos tecnológicos, que possibilitariam a miniaturização das grandes máquinas. Dentre esses dispositivos, que tornaram possível a revolução dos computadores, Briggs e Burke (2006) apontam: os transistores, os chips, os circuitos integrados e os microprocessadores. Os microprocessadores foram considerados componentes indispensáveis para os pequenos e potentes computadores de hoje, e em 1971, foram os responsáveis pelo aumento da potência e a descentralização das máquinas.

A partir de então, a década de 1970 irá presenciar o início da informatização da sociedade, com o surgimento da microinformática, com a convergência tecnológica e com as novas possibilidades derivadas do estabelecimento do computador pessoal – os chamados *personal computer* (PCs). A princípio, estes foram considerados simples máquinas de escrever mais eficientes do que as existentes e que permitia o uso de calculadoras que garantiam a precisão

e a rapidez nos resultados. No entanto, Jameson (ibid.) garante que essa tecnologia e muitas outras inaugurariam uma “terceira idade da máquina”, no qual

[...] nossa tecnologia não está representada pela turbina, ou pelo silos ou chaminés de fábrica de Sheeler, nem pela elaboração barroca das tubulações e das esteiras transportadoras, ou mesmo pelo perfil aerodinâmico dos trens, mas antes pelo computador, cuja forma exterior não tem nenhum apelo visual ou emblemático, ou então pelos invólucros das várias mídias, como o desse eletrodoméstico chamado televisão que não articula nada, mas implora, levando consigo sua própria superfície achatada (JAMESON, 1996, p. 63).

Não obstante, a rápida mudança tecnológica foi tida como responsável por uma crise política fundamental nos Estados Unidos, descartando a ideia de que a luta ideológica ou mesmo a economia seria responsável por tal acontecimento. Mézáros (2004, p. 262), com base em E. T. Chase, aponta que no mundo contemporâneo o assunto que se tornou predominante foi o impacto cumulativo da tecnologia, entendido como um impacto “impessoal, não ideológico, implacável e possivelmente esmagador”, uma vez que neste contexto de uma sociedade moderna industrial, o desemprego se tornaria um “desemprego tecnológico”.

Nesse sentido, esses avanços tecnológicos e os discursos que se sucediam tinham como objetivo “justificar a priori a ordem estabelecida”, no sentido de que “graças ao poder das forças reificadoras [...], uma visão extremamente unilateral do desenvolvimento ‘autônomo’ da ciência e da tecnologia se tornou, não o ‘senso comum’, mas o mistificador ‘lugar comum’” (ibid., p. 261).

Foi nesse ritmo de avanços que os anos 1980-1990 foram marcados pela popularização da internet, que, em um período de aceleração da tecnologia de comunicação, desafiou as previsões e trouxe inúmeras surpresas para seus usuários. Schmidt e Cohen (2013, p. 10) apontam que “o que começou como um sistema de transmissão eletrônica de informação se transformou numa válvula de escape onipresente e infinitamente multifacetada para a expressão e a energia humanas”, fazendo com que as pessoas passassem a perceber que os computadores não seriam apenas mais uma máquina que rapidamente iria ser substituída por novas e mais modernas tecnologias, eles seriam mais que isso:

[...] se tratava de um novo meio de comunicação e informação que transformaria a vida das pessoas em todo planeta, a medida que criava novas formas de comunicação e interação entre pessoas localizadas em diferentes lugares do mundo, quebrando barreiras temporais e geográficas e permitindo que novos padrões de fluxos informacionais pudessem se estabelecer, sobrepujando antigos paradigmas (CHAMUSCA, 2011, p. 18).

Cabe ressaltar que a passagem da revolução industrial para essa revolução informacional acenada no final do século XX, como aponta Lojkin (2002, p. 21), levou a uma “mundialização das trocas, das interconexões e das transmissões de informações”, ao atingir todos os setores da atividade humana e ao proporcionar alterações nas formas de produção e de trabalho e na concepção de eficácia econômica.

Para Lemos (2007a) portanto, a decolagem da internet proporcionou o desenvolvimento de uma nova fase na evolução dos computadores, caracterizada pela transformação do PC em um computador coletivo, conhecido como CC. O autor afirma que nesta fase os computadores desconectados com a rede passam a ser instrumentos subaproveitados e que, de fato, o verdadeiro computador é a grande rede.

O desenvolvimento da cibercultura se dá com o surgimento da micro-informática nos anos 70, com a convergência tecnológica e o estabelecimento do *personal computer* (PC). Nos anos 80-90, assistimos a popularização da internet e a transformação do PC em um “computador coletivo”, conectado ao ciberespaço, a substituição do PC pelo CC. Aqui, a rede é o computador e o computador uma máquina de conexão (id., 2004, p. 01).

Perante todas essas mudanças, a internet também desafiou previsões e trouxe muitas surpresas que marcaram suas diferentes fases, amplamente conhecidas como web 1.0, web 2.0 e web 3.0. Todas essas três fases estão mais relacionadas à mudança de comportamento dos usuários do que às tecnologias que proporcionaram tais mudanças. Então, este processo evolutivo acarretou em transformações no modo como os usuários passaram a navegar na internet, na maneira como eles consumiam as informações e que começaram gradativamente a participar e interagir entre si em um espaço dotado de potencialidades. Sobre essas fases, Martha Gabriel (2010, p. 78) aponta que

Do início da internet comercial, em meados dos anos 1990, aos dias de hoje, temos testemunhado mudanças significativas na web. Passamos da web estática para a web dinâmica. Da web da leitura para a web da participação. Da web uma via para web de duas mãos. Da web de páginas para a web como plataforma. Da web de reação para a web da participação. Da web do discurso para a web da conversação. E estamos caminhando para a web da interação, a web semântica, a internet das coisas.

Porém, o desenvolvimento de ambas as fases da web, a 1.0 e a 2.0, possibilitou muito mais do que a conexão banda larga e o ambiente de interatividade e participação, mas também o advento da mobilidade que permitiu que o indivíduo se comunicasse a qualquer momento e de qualquer lugar, desvinculando-se de cabos e fios. Os usuários agora podem transcender as limitações geográficas e de distância, e essa mobilidade é vista como a principal característica das novas tecnologias digitais.

Diante disso, em pleno século XXI, surge a computação móvel, *pervasive* e ubíqua⁵, que teve seu desenvolvimento através da popularização e dos avanços tecnológicos dos dispositivos móveis, como os telefones celulares, das redes de acesso à internet sem fio – *Wi-Fi* e *Wi-Max*⁶ – e das redes caseiras de proximidade com a tecnologia *bluetooth*⁷. Essas mudanças provocam inúmeras transformações sociais, uma vez que interferem na maneira como os indivíduos se relacionam entre si, na forma de produzir e consumir informações, bem como no modo em que o espaço urbano é percebido. Lemos (2004) afirma que essa nova cultura que emerge juntamente com o crescimento do ciberespaço⁸, faz com que não seja mais o usuário que se desloque até a rede, “mas a rede que passa a envolver os usuários e os objetos numa conexão generalizada”.

⁵ A computação móvel permite aos usuários acesso a serviços independentemente de sua localização, podendo inclusive, estar em movimento, o que elimina a necessidade de manter-se conectado a uma infraestrutura fixa e, em geral, estática. Ela se torna possível graças à comunicação sem fio. Por computação ubíqua ou pervasiva, compreende-se a disseminação dos computadores em todos os lugares.

⁶ *Wi-Fi (Wireless Fidelity)* é uma tecnologia que permite transmissão de dados e utiliza faixas específicas de frequências de rádio. Para utilizá-la deve-se estar no raio de ação ou área de abrangência de um ponto de acesso ou *hotspots*. *Wi-Max (Worldwide Interoperability for Microwave Access)* é uma versão aprimorada da rede *Wi-Fi*, pois oferece alta velocidade e o acesso à banda larga através de uma área muito maior.

⁷ *Bluetooth* é uma tecnologia sem fio que possibilita a transmissão de dados através de ondas de rádio de curta frequência entre dispositivos móveis.

⁸ Pierre Lévy (1999, p. 17) define “ciberespaço” como um novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores e que não compreende apenas a infraestrutura da comunicação digital, mas também o universo de informações que ela abriga, bem como as pessoas que navegam e alimentam esse universo.

Agora, com o desenvolvimento das tecnologias móveis, o CCm [computador coletivo móvel] estabelece-se com a computação ubíqua sem fio. Trata-se da ampliação de formas de conexão entre homens e homens, máquinas e homens, e máquinas e máquinas motivadas pelo nomadismo tecnológico da cultura contemporânea e pelo desenvolvimento da computação ubíqua (3G, *Wi-Fi*), da computação senciente (RFID, *bluetooth*) e da computação pervasiva, além da continuação natural de processos de emissão generalizada e de trabalho cooperativos da primeira fase dos CC (blogs, fóruns, chats, software livres, peer to peer, etc). Na era da conexão, do CCm, a rede transforma-se em um “ambiente” generalizado de conexão, envolvendo o usuário em plena mobilidade (LEMOS, 2004, p. 01).

Esse novo tipo de conexão em movimento, que dá origem à comunicação móvel digital, se dá hoje com o suporte das tecnologias nômades, como os celulares, os *smartphones*⁹, os *tablets* e demais aparelhos de computação portáteis, e por meio das redes ubíquas¹⁰ de acesso sem fio, presente nos espaços físicos das grandes cidades, que estão cobertas por camadas digitais formadas pelas multirredes. Estamos assim, na era da conexão.

Por conseguinte, dentre todas as tecnologias da comunicação que foram criadas e aprimoradas ao longo dos anos, as redes de comunicação sem fio foram as que mais se difundiram no mundo com uma velocidade até então nunca vista, ganhando relevância no século XXI por meio da popularização dos dispositivos que tornaram possível a mobilidade, a facilidade no acesso de informações e também da interação, responsáveis por mudanças no comportamento da sociedade, na comunicação e até mesmo na forma de pensar.

A possibilidade de se comunicar utilizando a voz e de interligar diferentes lugares foi o primeiro passo para o início da comunicação móvel. Mas, esses novos e modernos aparatos tecnológicos passaram por um processo de hibridização e hoje incorporam outras funcionalidades: os SMS (*Short Message Service*), o compartilhamento de áudio, de vídeo e de fotos, o acesso à internet, que aflora com o uso das redes sociais e do e-mail, a utilização de mapas para navegação, como o

⁹ *Smartphone*, palavra em inglês que significa “telefone inteligente”, é a evolução do telefone celular, porém com mais funcionalidades do que os aparelhos convencionais. Muito além de realizar e receber ligações ou enviar mensagens de texto, os *smartphones* são híbridos entre celulares e computadores – eles não possuem a potência dos PCs, mas também não são tão simples quanto um telefone.

¹⁰ Para Chamusca (2011, p.62), redes infocomunicacionais ubíquas são as multirredes de acesso sem fio, como *Wi-Fi*, *Bluetooth*, redes de telefonia celular que hoje são onipresentes e permitem aos usuários acesso de qualquer lugar.

*Global Positioning System*¹¹ (GPS) e a grande quantidade de outros aplicativos disponíveis. Porém, eles são mais do que essas funções podem expressar. As novas tecnologias de comunicação sem fio geram um fluxo de conteúdos através da convergência das mídias entre múltiplas plataformas, proporcionando diálogo e interação entre as pessoas, independentemente do local onde elas estejam.

O telefone celular é a ferramenta mais importante de convergência midiática hoje. Para ilustrar, podemos citar o celular como instrumento para produzir, tocar, armazenar e circular música; como plataforma para jogos *on-line* no espaço urbano (os *wireless street games*); como dispositivo de “*location based services*”, para “anotar” eletronicamente a localização de um espaço ou para ver “realidades aumentadas”; para monitorar o meio ambiente; para mapeamento ou geolocalização por GPS; ou para escrever mensagens rápidas (SMS), tirar fotos, fazer vídeos, acessar a internet (LEMOS, 2007a, p. 01).

Esta nova forma de se comunicar impulsionou um novo estilo de vida, a vida móvel, em que esses aparelhos tecnológicos passaram a ser totalmente pessoal. O telefone fixo é da família, enquanto que o celular que sempre está ao alcance das mãos e sob constante atenção, se tornou uma expressão do individualismo e da forma como os indivíduos se relacionam com as coisas inertes em detrimento das relações sociais entre os homens.

Com isso, já não é mais necessária a presença física das duas partes, a saber, o emissor e o receptor, no mesmo ambiente para a concretização do processo comunicacional. Os encontros físicos ficam restritos e deixam de ser obrigatórios à medida que praticamente qualquer assunto que diz respeito à vida moderna passa a poder ser resolvido com apenas um aparelho móvel e portátil que proporcione a convergência entre muitas funcionalidades tidas como essenciais para o dia a dia.

É nesse sentido que Habermas (1994, p. 40) aponta que nesse processo constante de tecnicização do mundo da vida que envolve a introdução dos aparelhos tecnológicos no cotidiano, os indivíduos se deparam todo o tempo com os produtos da ciência e da tecnologia sob a forma cômoda e familiar de aparelhos domésticos e úteis. Ora, “a racionalidade incarnada nos aparelhos tecnológicos reencontram a

¹¹ *Global Positioning System* (GPS) é um sistema via satélite que fornece a localização confiável de dispositivos receptores do sistema (GABRIEL, 2010, p. 169).

especificidade dos modos de vida simbolicamente estruturados”, e as restrições formais própria da tecnologia acabam sendo reduzidas por meio do intermédio do dinheiro e do poder.

Dentro de uma perspectiva sociológica, a tecnicização do cotidiano se apresenta como uma variável dentro do jogo de exigências funcionais do sistema econômico e administrativo de um lado, e das exigências do mundo da vida orientado em função do valor de uso, do outro (HABERMAS, 1994, p. 40).

Tal transformação do cotidiano proporcionada pelo meio técnico envolve então duas tendências que se interceptam e que influenciam sobremaneira a percepção dos indivíduos sobre a realidade. Ela pode ser compreendida ao mesmo tempo como uma intervenção desintegrante do espaço privado, como uma colonização do mundo da vida, ou ainda, ela pode parecer como um simples processo de assistência, de apropriação determinada por ela mesma e tomada a partir de uma característica criativa (ibid.).

A isto, acrescenta-se que na contramão de todo o potencial transformador das NTIC, a tecnologia “pode servir como uma forma abreviada para designar o poder do propriamente humano e portanto antinatural presente no trabalho humano descartado acumulado em nossas máquinas - um poder alienado”, como esclarece Jameson (1996, p. 61). Logo, fundamentado na visão marxista, o autor referenciado entende que o desenvolvimento tecnológico é “resultado do desenvolvimento do capital, em vez de uma instância determinante em si mesma”. As tecnologias que fazem parte de uma imensa rede computadorizada são de certa forma apenas uma figuração distorcida do sistema mundial do capitalismo multinacional de nossos dias.

A tecnologia da sociedade contemporânea é, portanto, hipnótica e fascinante, não tanto em si mesma, mas porque nos oferece uma forma de representar nosso entendimento de uma rede de poder e de controle que é ainda mais difícil de ser compreendida por nossas mentes e por nossa imaginação, a saber, toda a nova rede global descentrada do terceiro estágio do capital (ibid., p. 64).

Longe de incorrer a falácia regulacionista de que as tecnologias seriam capazes de fazer surgir um novo tipo de sociedade no qual elas ditariam o que

acontece no corpo social, abalando as estruturas definidas e destruindo fundamentos sociais, é propício lembrar, com base em Mészáros (2004, p. 265), que isto “é uma completa mistificação” e “uma simplificação demasiadamente grosseira e com objetivos ideológicos”, que não ocorre pelo motivo de que

a ciência e a tecnologia estão sempre profundamente inseridas nas estruturas e determinações sociais de sua época. Consequentemente, não são nem mais “impessoais e não-ideológicas”, nem mais ameaçadoras do que qualquer outra prática produtiva importante da sociedade em questão (ibid., p. 265).

O que de fato acontece para que tanto a ciência quanto a tecnologia sejam vistas como uma ameaça não diz respeito com as suas características em si, mas sim tem relação com a maneira pela qual as forças dominantes se relacionam e se utilizam delas; quer “seja assumindo a responsabilidade por seu controle a serviço de objetivos humanos, seja, ao contrário, usando-as como um álibi conveniente e seguro para sua própria capitulação ante os poderes da alienação e da destruição” (ibid., p. 266).

Ainda com esse mesmo entendimento, Farias (2001b, p. 91) conclui que o progresso técnico sempre foi utilizado pelos capitalistas como “uma arma a mais de seu arsenal na luta contra a classe operária”, à medida em que as pesquisas tecnológicas passaram a ser cada vez mais dirigidas e planejadas para os fins propostos pela classe dominante.

Assim, fatores como a redução da jornada de trabalho e o potencial de informação e comunicação das tecnologias seriam preponderantes para prover as principais bases materiais para uma difusão bem sucedida do poder. Feenberg (2014) afirma que nas sociedades modernas, as tecnologias representam uma das fontes mais importantes do poder, justamente pelo fato de que se a sociedade é organizada em torno dos avanços decorrentes do uso da técnica, o poder tecnológico tornar-se-ia a principal forma de poder.

Ao sistema capitalista cabe legitimar o exercício de tal poder reservando o controle desse projeto para as classes dominantes, e, como afirma Mandel (1991, p. 97) “quando o poder e privilégio se juntam, a lógica indica uma fuga da democracia em direção ao monopólio de informação, de conhecimento e de controle por uma

minoria”. É claro que os Estados vão utilizar as tecnologias com o objetivo de conquista, manutenção ou ampliação de poder.

O Estado não perdeu poder por conta das transformações na comunicação, não deixou de se basear no econômico, no político e no militar para a conquista do poder. Mas redimensionou e modificou sua atuação para o alcance deste objetivo. Adaptou-se ao jogo com uma nova peça e está aprendendo a usá-la, tornando o cenário do tabuleiro ainda mais complexo. As novas tecnologias tiveram um impacto profundo nesse redimensionamento. Elas encurtaram as distâncias, dispensaram a necessidade de presença física, aumentaram a velocidade com que as indagações e respostas chegam aos destinatários (VALENTE, 2007, p. 21).

Nesse sentido, além das técnicas voltadas para a energia nuclear, para a indústria de armamentos, para a investigação genética, a elaboração de informação, a acumulação de dados e os novos meios de comunicação também apresentam em sua essência consequências ambíguas. Assim, “todos os dias aprendemos que as forças produtivas se convertem em forças destrutivas e que as capacidades de planejamento se transformam em potencialidades de transtorno” (HABERMAS, 1988, p. 116), tudo isto contribuindo para que autonomia se converta em dependência, a emancipação em opressão e a racionalidade em irracionalismo.

Sublinha-se ainda que, no âmbito do processo da reestruturação produtiva, “a acumulação dos conhecimentos refere-se tanto aos conhecimentos de organização e de gestão, quanto aos conhecimentos científicos e técnicos úteis à concepção dos produtos e dos processos, e à transformação” (PAULRÉ, 2001, p. 13). Portanto, os meios tecnológicos fizeram com que não fossem mais necessários os encontros para ver e escutar, inaugurando assim, mais uma prática social em que discursos e gestos puderam circular e se transformar em poder político. É justamente o isolamento e a passividade muitas vezes deplorável dos receptores frente a uma enunciação do poder que faz com que estes não percebam muitos desses atos como uma questão política, mas sim como um material significativo submetido à aprovação individual ou coletiva. Em consequência disto que “as massas populares decompostas têm o hábito de deixar a direção do mundo para as elites que graciosamente são postas em cena pelo regime discursivo” (SÉNÉCHAL, 2014, p. 35).

Assim sendo, a televisão se apresentou durante um longo espaço de tempo como o correspondente mediático perfeito dos regimes institucionais no qual um grupo restrito concentra nas suas mãos o poder para administrar a vida social e “onde a vontade de uma minoria particular se apresenta como a vontade geral” (ibid., p. 36). Mas hoje, entendemos que a emergência e o crescimento vertiginoso das NTIC representam um mundo de maiores possibilidades para que a classe dominante mantenha o controle e o poder por meio de intromissões no mundo da vida e continue constantemente agravando as desigualdades entre as classes.

É inserido nessa conjuntura que as relações de dominação atingem a consciência dos trabalhadores no sentido de que estes são influenciados pela cultura dominante e por todo o seu aparato ideológico para manipular informações, o ensino e a cultura visando a manutenção da ordem burguesa. Dessa forma, o papel e a natureza dos meios de comunicação de massa, principalmente daqueles portadores de novas potencialidades como é o caso das novas tecnologias de informação e comunicação, é o de contribuir para a efetivação dessa lógica ao ser empregado como parte do sistema dos aparelhos ideológicos do Estado. Thompson (2009, p. 127) conclui que é por meio dessas instituições e técnicas que a “ideologia da classe dominante se concretiza e a reprodução das relações de produção é garantida”.

Como as ideologias têm uma função mobilizadora e legitimadora, o desenvolvimento e a utilização das tecnologias proporcionam um aumento significativo do raio de operação destas nas sociedades modernas, uma vez que “possibilita que as formas simbólicas sejam transmitidas para audiências extensas e potencialmente amplas que estão dispersas no tempo e no espaço”. Em relação aos meios eletrônicos, entende-se que eles

possibilitam às formas simbólicas circularem numa escala sem precedentes, alcancarem vastas audiências, invadirem o espaço de uma maneira mais ou menos simultânea. Nunca, anteriormente, a capacidade de circulação das formas simbólicas foi tão grande como na era da comunicação de massa mediada eletronicamente (ibid., p. 344).

Nesse contexto, a popularização das novas tecnologias de informação e comunicação e a essência desse mundo digital, caracterizado pela capacidade de

transformar a informação em produto de mais alto valor, de reduzir as distâncias do mercado mundial e de virtualizar as relações humanas, fez com que estes se efetivassem como um aparelho que para além de qualquer aspecto positivo que possa haver, atua fundamentalmente pautado na ideologia das classes dominantes. Infere-se que no pós-fordismo, “a valorização centra-se no conhecimento, no tempo de sua produção, de sua difusão e de sua socialização que permitem as NTIC, como tecnologias cognitivas e relacionais” (CORSANI, 2001, p. 175).

5.2 Governo eletrônico: uma comunicação para dominar e reificar

Parte-se do entendimento de que todo o processo de comunicação demanda necessariamente a participação de uma *fonte* que irá *codificar* uma *mensagem* que deverá ser *decodificada* pelo *destinatário*. É este destinatário que corriqueiramente se encontra excluído da ação enunciativa e que muitas vezes é desprovido de possibilidades para além de recepcionar, que se torna o alvo da comunicação disseminada pelas classes dominantes. “Ele é a presa”, conclui Sénéchal (2014, p. 27).

O sistema dos meios de comunicação de massa induz assim para uma prática vertical da comunicação no qual o emissor impõe sua mensagem sem se preocupar com o *feedback*. Neste processo apreendido como “intrinsecamente injusto” (ibid., p. 28), cabe aos destinatários aceitar e admitir as mensagens como verdadeiras pelo simples fato de que assim elas são apresentadas e legitimadas, ficando deste modo, refém do processo de reificação por meio da apreensão da “mensagem fisicamente presente na sociedade” como algo natural. Esse tipo de inscrição

Se apresenta tal como ela mesma, por ela mesma: ela transmite sua mensagem, ela a coloca, a objetiva, como se sua existência fosse da ordem do natural, pedra sobre pedra. Ela não surge apenas com a finalidade de um processo estratégico elaborado visando perseguir um objetivo interessado, ela não surge como uma manifestação de uma intenção, como o gesto de um autor de quem a gente adivinha a posição implícita. Ela aparece neste momento, somente neste momento, absoluta, presente e imaterial às vezes. Neste contexto, o significante excede sempre o significado: é ele que lhe garante seus meios de inscrição, ou seja, sua inscrição social positiva (SÉNÉCHAL, 2014, p. 29.).

Logo, fica evidente que a função política dos meios de comunicação em sua amplitude, bem como de todos os veículos que se alto proclamam garantidores do direito à informação, consiste em reproduzir os anúncios do poder e multiplicar a ideologia dominante, se configurando como um auxiliar no “trabalho de colonização do espaço social físico antes de ser um trabalho de polinização das representações coletivas. Os meios de comunicação de massa multiplicam a presença da ideologia dominante” (ibid., p. 30) e, de fato, são os aparelhos midiáticos que irão corroborar com a difusão da ideologia neoliberal ao levar em consideração um “pensar único” que está diretamente relacionado à faculdade de se multiplicar em todos meios disponíveis.

Essa comunicação com caráter eminentemente vertical repete constantemente as separações próprias do processo de produção capitalista, correspondente a uma separação do trabalho manual e do trabalho intelectual. No nível midiático, essa separação é duplicada ao se tratar de uma separação prática entre o emissor e o receptor e “de uma separação econômica/simbólica entre os produtores e os consumidores de representações mediatizadas” (ibid., p. 32).

O que o capital objetiva é criar e reproduzir uma imagem fictícia que represente uma coesão social e uma comunidade política onde o poder democrático poderia se aplicar concretamente. A mercê dos meios de comunicação está a responsabilidade de repetir e dispersar no corpo social pulverizado, mensagens ideologicamente configuradas e inscritas dentro da imagem de um mundo falsificado, reproduzindo ao longo do caminho as estruturas de dominação realmente presentes e mantendo uma separação horizontal entre os receptores que é operada graças aos aparelhos tecnológicos.

Os meios de comunicação são aqui entendidos como produtores de mensagens, enunciados, imagens, reportagens, fatos diversos, informações que são vendidas no grande mercado do discurso e são justamente essas mensagens que correspondem ao sistema econômico no qual eles pertencem. Ou seja, a informação é definida a priori pelos produtores para reforçar a ideologia dominante, e quanto a isto, Sénéchal (ibid., p. 42) sublinha que “a informação não existe: existe apenas as coisas mediatizadas, constituídas em informações por um tipo de enunciação particular”, o que nos possibilita concluir que não existe informação sem que haja um interesse por trás.

"A informação" - como uma entidade fixa por todo o tipo de técnicas discursivas de essencialização e reificação - aparece assim como uma primeira negação da democracia, uma forma de distanciar a realidade de múltiplas e conflitantes opiniões (ibid., p. 43).

Aos particulares do corpo social ou simplesmente receptores desse tipo de informação manipulada e que não detêm nem diretamente e nem indiretamente os *mass medias*, resta o consumo das mercadorias, no sentido de que "a informação se encontra então deduzida na grande adequação em que são reificadas todas as mercadorias do mundo capitalista do qual ela acaba por absorver a racionalidade" (ibid., p. 48).

Nesse sentido, esse processo de tomada da informação e da comunicação como forma de exercício do poder e da dominação de classes é característico ainda daquilo que Guy Debord chamou de *Sociedade do Espetáculo*. De acordo com Jameson (1996, p. 45), "de forma bastante apropriada, a cultura do simulacro entrou em circulação em uma sociedade em que o valor de troca se generalizou a tal ponto que mesmo a lembrança do valor de uso se apagou", fazendo assim com que "a imagem se [torne] a forma final da reificação".

Para além desse cenário em que a difusão da ideologia dominante é estabelecida pelos grandes meios de comunicação de massa, as novas inovações proporcionadas pelas NTIC, garantem um mundo muito mais complexo e cheio de oportunidades para a atuação do grande capital e do Estado. Contrariamos aqui a tese segundo a qual as NTIC podem e devem "ser um agente transformador da relação Estado/sociedade, capaz de expandir e qualificar o exercício da cidadania, por intermédio da facilidade de acesso à rede pública de serviços que propicia aos cidadãos" (RIDOLFO, 2007, p. 11).

Logo, é com esse caráter que o governo eletrônico, enquanto política pública de comunicação do Estado, vai se caracterizar como uma ação político-governamental ao utilizar as tecnologias como meio de gerenciamento das suas organizações para gerar menor custo, maior integração com os parceiros e consumidores e possivelmente para melhorar o relacionamento com o usuário. O termo governo eletrônico

designa a estrutura organizacional, tecnológica, jurídico-normativa constituída para viabilizar a interação intensivamente mediada por recursos de tecnologia de informação e comunicação entre um governo (nacional, regional ou local) e agentes externos e internos a ele – em particular, os agentes que formam a comunidade na qual esse governo se insere (DUARTE, 2004, p. 336 apud MARTINUZZO, 2006, p. 14).

Assim, ao analisar a implementação do governo eletrônico na América Latina, para Dujisin e Vigón (2004, p. 17) é a partir dos anos 1980 que começa a ser conhecida uma “nova gestão pública” alicerçada na “mudança de ênfase do político para o gerencial, na descentralização, na redução de custos e na flexibilização laboral”. Nos anos 1990, os países latino-americanos foram submetidos à cartilha do Consenso de Washington, que prescrevia políticas e reformas para que os Estados funcionassem como espaços de fluxos para o capital transnacional, ou seja, com vistas a chamada modernização do Estado.

É justamente inserido nesse contexto, que na segunda metade da década de 1990 o governo eletrônico ganha força e entra definitivamente nas agendas políticas com um caráter imprescindivelmente reformista, ao estabelecer “o uso estratégico e intensivo das tecnologias de informação e comunicação, tanto nas relações do setor público entre si, como nas relações dos órgãos do Estado com os cidadãos, usuários e empresas do setor privado” (ibid., p. 18). O e-gov surgiu para dar conta das transformações ocasionadas pela incorporação das NTIC nas instituições públicas e como uma forte tendência internacional.

Chahin (2004, p. 12) afirma que

O tema do governo eletrônico (e-gov) ingressou nas agendas governamentais com grande visibilidade, ensejando a discussão sobre seu sentido e suas implicações para as experiências de reforma administrativa. De maneira geral, as concepções, os modelos, as tecnologias e os instrumentos associados ao e-gov são capazes de potencializar a aplicação das principais diretrizes que norteiam os intentos de reforma.

Sendo um tema cuja centralidade não é nem casual e nem espontâneo (Dujisin; Vigón, 2004), o governo eletrônico se inseriu em um meio marcado pela globalização econômica e sua pressão por competitividade, além de ser diretamente relacionado à inércia e à reflexão global sobre o papel do Estado. Destaca-se neste processo que “os governos que não são capazes de usar massiva e

estrategicamente tecnologias que lhes outorguem vantagens competitivas estão condenados a ser perdedores” (MARTINUZZO, 2006, p. 147).

Foi nesse sentido que os aspectos essenciais que envolvem o governo eletrônico foram estabelecidos mundialmente pela Cúpula das Nações Unidas sobre a Sociedade da Informação¹², realizada em Genebra, Suíça, em 2003. Os princípios fundamentais delineados na *Declaração de Princípios* foram traduzidos no *Plano de Ação*, que consta que uma das aplicações das NTIC deveria ser voltada para o e-gov. Em termos gerais e segundo o documento, o governo eletrônico significa “implementar estratégias de governo eletrônico com foco em aplicações que visam inovar e promover a transparência na administração pública e nos processos democráticos, melhorando a eficiência e reforçando as relações com os cidadãos”¹³.

Dessa forma, o objetivo é que os governos formulem ações nacionais que compreendam estratégias de governo eletrônico, para que a administração pública se torne mais transparente, eficaz e democrática. Lemos (2007, p. 107) afirma que

As diretrizes básicas para o E-Gov em todo mundo podem se resumir a: promoção da informatização da administração pública e do uso de padrões nos seus sistemas aplicativos; concepção, prototipagem e fomento a aplicações em serviços do governo, especialmente os que envolvem ampla disseminação de informação; fomento à capacitação em gestão de tecnologia de informação e comunicação na administração pública.

De acordo com Possamai (2011), diante a existência do governo eletrônico é possível identificar suas três principais dimensões, a saber: os serviços eletrônicos (e-serviços), a participação eletrônica (e-participação) e a administração eletrônica (e-administração).

Os e-serviços envolvem a prestação (total ou parcial) de serviços público através de meios eletrônicos, como páginas na web, SMS, aplicativos de smartphones, aplicativos de TV digital, quiosques eletrônicos, entre outros. A e-participação compreende o emprego das TIC com vistas a ampliar a transparência das atividades governamentais, bem como a possibilitar a participação da sociedade na elaboração de políticas públicas [...]. Já a e-

¹² Com o objetivo de tratar das potencialidades e desafios das novas tecnologias de informação, a resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas 56/183 (21 de dezembro 2001) aprovou a realização da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação em duas fases. A primeira fase foi realizada em Genebra de 10 a 12 Dezembro de 2003 e a segunda fase ocorreu em Tunis, de 16 a 18 Novembro de 2005.

¹³ Disponível em: <<http://www.itu.int/wsis/docs/geneva/official/poa.html>>. Acesso em: 11 set. 2013.

administração refere-se ao uso das TIC para apoiar a realização de processos que sustentam as áreas finalísticas dos governos, envolvendo não só a automatização de tarefas rotineiras em sistemas de informação, mas a reengenharia de processos de governo a partir das possibilidades das TICs, de maneira a eliminar etapas desnecessárias, dinamizar o processo e torná-lo mais eficaz (ibid., p. 05).

A autora conclui que diante o debate sobre a reforma do Estado e de seu aparelho é possível perceber que as estratégias de governo eletrônico “vêm a atender tanto as demandas por modernização, quanto por democratização” (ibid., p. 05). Neste caso, a modernização estaria relacionada diretamente à reengenharia dos processos de governo, por meio da e-administração. Quanto ao que tange a questão da democratização, os governos poderiam fazer uso das NTIC para quatro finalidades principais: a prestação de serviços e informações à comunidade; o apoio na organização de movimentos sociais e formação de redes na sociedade civil; a implementação de mecanismos de democracia eletrônica; e a democratização do acesso à comunicação eletrônica (EISENBERG, 1999).

Destarte, o uso político das novas tecnologias e em especial da internet se deu frente ao número crescente de acesso à rede¹⁴ e também da expansão do e-gov no mundo. Porém, mesmo com o potencial de promover interação, de aproximar cidadão e governo por meio de um canal bidirecional, de democratizar informações e de transformar a administração pública, o e-gov acaba por seguir os preceitos da cartinha neoliberal de “reinvenção” do Estado, como aponta Martinuzzo (2006, p. 231):

O foco vai para a prestação de serviços e para a informação, geralmente de cunho propagandístico, além da diminuição dos custos da máquina pública. [...] Além do perigo de se reduzir a ação político-governamental a uma mera prestadora de serviços, inclusive a partir de decisões alheias à participação social, com forte enfoque técnico, deve-se estar atento aos efeitos colaterais da instrumentalização do Estado em função de cidadãos-clientes.

Cabe aqui ressaltar, que tais usos do e-gov vão de acordo com a estratégia de reengenharia estatal patrocinada pelo capitalismo neoliberal no intuito

¹⁴ Segundo dados do website *Internet World Stats*, em junho de 2012, havia 2,4 bilhões de internautas no mundo, o que representa 34,3% da população mundial. Na América do Sul 48,8% da população tem acesso à internet, e no Brasil o número de internautas é de 88 milhões, ou seja, 45,6% da população. Disponível em: <<http://www.internetworldstats.com/>>. Acesso em 11 set. 2013.

de colaborar com a hegemonia das classes dominantes imersa na ideologia da sociedade do trabalho e do mercado livre e eterno.

Conforme Castells (2001, p. 49) as tecnologias de informação e comunicação estão relacionadas ao “conjunto convergente de tecnologias em microeletrônica, computação (*hardware* e *software*), telecomunicações/rádiodifusão, e optoeletrônica” e que englobam “geração, processamento e transmissão da informação, numa sistemática que está na base da organização sociocultural e econômica da contemporaneidade”.

A Organização das Nações Unidas por meio do relatório intitulado *United Nations e-Government Survey*¹⁵, se propõe a analisar o desenvolvimento do e-gov no mundo ao assumir o discurso de que “as novas e as poderosas tecnologias podem ser utilizadas para promover o desenvolvimento sustentável para todas as pessoas ao redor do mundo”. Em relação aos países que consolidaram a formação do Mercado Comum do Sul - Mercosul, quais sejam, Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, o relatório correspondente a 2012 aponta o índice de desenvolvimento do e-gov na América do Sul, liderado pelo Uruguai, seguido pela Argentina, Brasil e por fim Paraguai.

¹⁵ Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/un/unpan048065.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2013.

TABELA 2 - Desenvolvimento do e-gov na América do Sul

Country	E-gov. development index		World e-gov. development ranking	
	2012	2010	2012	2010
Chile	0.6769	0.6014	39	34
Colombia	0.6572	0.6125	43	31
Uruguay	0.6315	0.5848	50	36
Argentina	0.6228	0.5467	56	48
Brazil	0.6167	0.5006	59	61
Venezuela	0.5585	0.4774	71	70
Peru	0.5230	0.4923	82	63
Ecuador	0.4869	0.4322	102	95
Paraguay	0.4802	0.4243	104	101
Bolivia (Plurinational State of)	0.4658	0.4280	106	98
Guyana	0.4549	0.4140	109	106
Suriname	0.4344	0.3283	116	127
Sub Regional Average	0.5507	0.4869		
World Average	0.4882	0.4406		

Fonte: United Nations (2012)

No Brasil, as políticas de governo eletrônico surgiram no ano 2000, quando foi criado um Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de examinar e propor políticas, diretrizes e normas relacionadas às novas formas eletrônicas de interação. Hoje, tais ações são desenvolvidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

De acordo com Martinuzzo (2008) foi no final dos anos 1990 que as discussões sobre a sociedade da informação se tornaram ainda mais eminentes, o que fez com que o governo Fernando Henrique Cardoso institucionalizasse uma política de governo eletrônico para o país, essencialmente assentada em bases neoliberais de reforma do Estado e atendimento a cidadãos/clientes.

Essa institucionalização ocorreu por meio do Programa Sociedade de Informação, elaborado pelo Ministério da Ciência e da Tecnologia no ano 2000 e delineado por meio da elaboração do Livro Verde, que continha as metas de implementação de tal programa. A ideia contida neste documento acenava que “no Brasil, governo e sociedade devem andar juntos para assegurar a perspectiva de

que seus benefícios efetivamente alcancem a todos os brasileiros” (BRASIL, 2000). O advento da sociedade da informação no país teve como fundamento ainda, as novas formas de organização e de produção em escala mundial, bem como a redefinição quanto a inserção dos países na sociedade internacional e no sistema econômico mundial.

Em meio à perspectiva de que a criação e a manutenção de serviços equitativos e universais de atendimento ao cidadão mantinha-se entre as iniciativas prioritárias da ação pública e marcada por uma era no qual a internet vivia o seu ápice, o governo brasileiro viabilizou essa proposta de sociedade de informação por meio do discurso de que era necessário “promover a universalização do acesso e o uso crescente dos meios eletrônicos de informação para gerar uma administração eficiente e transparente em todos os níveis”. Para tanto, caberia “ao sistema político promover políticas de inclusão social, para que o salto tecnológico tenha paralelo quantitativo e qualitativo nas dimensões humana, ética e econômica”, era o que eles intitulavam de “alfabetização digital” (ibid.).

Quanto ao tema da sociedade da informação, Lemos (2007b, p. 106) aponta que

A Sociedade do Conhecimento e da Informação exige que o Estado passe a oferecer ao cidadão informação desburocratizada, ágil, abundante e facilmente acessível. Uma sociedade da informação para todos os brasileiros supõe, em síntese, que sejam observados princípios e metas de inclusão e equidade social e econômica de diversidade e identidade culturais, de sustentabilidade do padrão de desenvolvimento, de respeito as diferenças, de equilíbrio regional de participação social e de democracia política.

Em 2003, quando do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, as políticas de governo eletrônico ganharam uma nova reformulação discursiva e uma mudança nas suas diretrizes, como consta nas Diretrizes de Governo Eletrônico, estabelecidas em maio de 2004. “Na sua primeira versão, falava-se do e-Gov no contexto de uma nova sociedade em face da globalização, aqui se fala de e-governo em uma sociedade com velhos problemas, como exclusão social, desigualdade e miséria”, conclui Martinuzzo (2008).

Atualmente, o governo brasileiro adota uma política de e-gov fundamentada em um conjunto de diretrizes que levam em consideração a atuação

junto ao cidadão, a melhoria da sua própria gestão interna e a integração com parceiros e fornecedores, sendo que

O que se pretende com o Programa de Governo Eletrônico brasileiro é a transformação das relações do Governo com os cidadãos, empresas e também entre os órgãos do próprio governo de forma a aprimorar a qualidade dos serviços prestados; promover a interação com empresas e indústrias; e fortalecer a participação cidadã por meio do acesso a informação e a uma administração mais eficiente¹⁶.

Portanto, dentre as diretrizes do programa brasileiro constam a promoção da cidadania, a gestão do conhecimento como um instrumento estratégico de articulação e gestão das políticas públicas do governo eletrônico, a racionalização do uso de recursos e a integração das ações de e-gov com outros níveis de governo e outros poderes. E conclui afirmando que a política de governo eletrônico do governo brasileiro “abandona a visão que apresentava o cidadão-usuário como ‘cliente’ dos serviços públicos, em uma perspectiva de provisão de inspiração neoliberal” e passa a ter como “referência os direitos coletivos e uma visão de cidadania que não se restringe à somatória dos direitos dos indivíduos”, visão esta questionável.

À vista disso soma-se a questão da penetração das mídias eletrônicas usadas pelo governo, como o Portal Brasil, site do Palácio do Planalto e Blog do Planalto, que de fato demonstram a dificuldade em efetivar essa política no meio social. Logo, segundo dados oficiais de 2014, apenas 24% da população conhece o Portal Brasil, enquanto 18% afirma conhecer o site do Planalto e 12% o blog do Planalto. Em relação aos sites associados a serviços ou a programas públicos considerados de grande visibilidade, os cinco primeiros sites mais citados foram o do Ministério da Educação (12,6%), da Receita Federal (12,3%), do Fome Zero (6,4%), da Previdência Social (6,2%) e do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento (3,6%) (BRASIL, 2014).

Quanto mais precisamente às políticas de governo eletrônico com vista aos dispositivos móveis, o governo federal brasileiro por meio da internet, especificamente do “Guia de aplicativos”, disponibiliza atualmente 55 desses, e

¹⁶ Disponível em: <<http://www.governoeletronico.gov.br/o-gov.br>>. Acesso em 22 set. 2013.

segundo o discurso governamental, esse portal apresenta-se como “um catálogo de aplicativos para dispositivos móveis criados por órgãos do poder executivo federal.” (BRASIL, 20--, p. 1).

Ressalta-se ainda que todos esses aplicativos disponibilizados no portal “são gratuitos e de responsabilidade de órgãos de governo” (ibid.) e estão agrupados em 11 distintas categorias, a saber: Economia e Emprego, categoria que agrupa atualmente 13 aplicativos; Saúde, com um aplicativo; Cidadania e Justiça, apresenta nove aplicativos aos cidadãos-usuários; Educação, esta categoria conta com somente três aplicativos; Turismo, reúne nove aplicativos; Ciência e Tecnologia com cinco aplicativos; Governo, disponibiliza seis aplicativos; Cultura, dois aplicativos, curiosamente, um deles é vinculado ao Ministério da Defesa, a Rádio Marinha; Infraestrutura, com quatro aplicativos; dois aplicativos na categoria Defesa e Segurança e por fim, um aplicativo de interação do cidadão-usuário em matéria de Meio Ambiente (BRASIL, 20--a, p. 1).

Contrariamente ao discurso da possibilidade de comunicação direta com o cidadão, por meio desses aplicativos o governo federal reproduz um padrão passivo de cidadania. Não há por meio desses, a real possibilidade de interação direta com a troca de conteúdos e informações, ou seja, o cidadão não é capaz, ao fazer uso de um desses 55 aplicativos, de interferir na formulação, muito menos na implementação de políticas públicas quer sejam no domínio da Saúde, quer sejam em matéria de Economia e Emprego. Num processo reificado e reificador de relação restrita à “coisa”, o cidadão capta as informações que em geral buscam firmar uma imagem positiva das ações do governo federal brasileiro, quando não os utiliza individualmente, sem interferência direta ou de qualquer tipo no processo de fortalecimento da cidadania, tomado o caso do aplicativo do Banco do Brasil.

No entanto, os canais mais interessantes do ponto de vista da possível interação direta, cidadania ativa, entre governo e cidadãos-usuários das novas tecnologias de informação e comunicação, são, por exemplo, os portais da Câmara dos Deputados Federais, o “e-Democracia: participação virtual, cidadania real” e o “e-Cidadania” com três subtipos, o e-Representação, e-Legislação e o e-Fiscalização, esse último, bem como as suas ramificações, vinculados ao portal de cidadania do Senado Federal.

Porém, mesmo mantendo canais que possam sinalizar para um diálogo um pouco mais efetivo entre Estado e sociedade civil, é importante destacar que as políticas de governo eletrônico aqui delineadas encontram várias barreiras quanto a sua efetivação. A primeira delas é oriunda de uma falta de vontade política, seguida pelo fato de que ela é apenas minimamente possuída pela administração pública com o intuito de garantir o acesso à informação e os direitos dos cidadãos, além de que elas estão disseminadas no seio da coletividade e são distribuídas pelo território fazendo portanto, com que o conhecimento sobre os fenômenos econômicos e sociais sejam fragmentados e mantidos em pedaços pelas unidades sociais isoladas (FUGINI, 2005).

5.2 Sinesp Cidadão em nome da cidadania e justiça: a parceria entre o governo federal brasileiro e os cidadãos-usuários

Segundo os dados (BRASIL, 2014, p. 1) disponibilizados no portal do governo federal dedicada aos aplicativos, “quase 2 milhões de pessoas já baixaram o aplicativo Sinesp Cidadão. Mais de 70 milhões de consultas já foram feitas, 55 mil veículos roubados foram recuperados e 2 mil pessoas foragidas foram capturadas com a ação da polícia e ajuda dos bancos de dados nacionais” (ibid.).

Aplicativo disponível em aparelhos com os sistemas operacionais iOS, Android e Windows, o aplicativo Sinesp Cidadão apresenta-se como “uma ferramenta do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas, o Sinesp (Lei 12.681/2012), o qual permite acesso direto pelo cidadão aos serviços da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça”, o que parece consolidar propositalmente o que se considera ser “o impacto mais significativo da difusão das tecnologias de comunicação” qual seja, “a maneira como elas ajudam a deslocar a concentração de poder para longe dos Estados e instituições, transferindo-a para os indivíduos” (SCHMIDT; COHEN, 2013, p. 14).

O Sinesp Cidadão é composto basicamente por dois módulos. O primeiro, “Consulta Veículos”, conforme a descrição do aplicativo permite ao cidadão consultar a situação de roubo ou furto de qualquer veículo do Brasil. As informações são consultadas diretamente no banco de dados do Departamento Nacional de

Trânsito (DENATRAN), conforme parceria entre este órgão e o Ministério da Justiça. O segundo, “Consulta Mandado de Prisão” é um módulo através do qual “assegure-se” o direito ao cidadão “de consultar os mandados de prisão aguardando cumprimento e vigentes, com a finalidade de auxiliar a polícia. As informações são consultadas no Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP) do CNJ”. Da mesma maneira que o primeiro, este módulo resulta da parceria entre este órgão e o Ministério da Justiça (BRASIL, 20--b, p. 1).

Além da parceria entre esses órgãos, exige-se de forma individualizada a participação dos cidadãos, o que parece ratificar o discurso neoliberal segundo o qual a pesada máquina estatal pode se tornar inoperante diante de certas demandas da sociedade. Quanto a isto e com base em Montaño (2007), as atividades e os serviços sociais que não representam mais interesse para o processo econômico do Estado são privatizadas, alterando de forma significativa o atendimento à questão social ao transferir esta função para o terceiro setor, definido pelas ONGs, instituições de caridade, atividades filantrópicas, ações solidária, associações voluntárias e atividades pontuais e informais, e hoje pelo emprego de ferramentas de NTIC como uma forma de transferência de responsabilidade do Estado para a sociedade civil.

Segundo suas diretrizes, esse aplicativo é voltado para o uso do cidadão, o que pressupõe de outra parte, que “os profissionais de segurança pública não podem restringir suas pesquisas somente ao aplicativo”, aliás, o portal deste, sugere que se confirmem as informações em outras fontes, como os Departamentos de Trânsito dos estados brasileiros (DETRAN), a Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização – Rede INFOSEG¹⁷, Tribunais de Justiça entre outros no âmbito da justiça e segurança pública nacional.

¹⁷ Instituído oficialmente em 28 de junho de 2007 por meio do decreto nº 6.138, a Rede INFOSEG, sob a direção da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, essa Rede preserva a autonomia das bases de dados, em que somente o órgão de origem poderá proceder qualquer alteração de dados. A Rede INFOSEG possui “convênio com todos os Estados e o Distrito Federal e 132 prefeituras, cadastradas por gestores e coordenadores” (BRASIL, 20--c, p. 1).

FIGURA 3 - Aplicativo Sinesp Cidadão



Fonte: Guia de Aplicativos – Governo Federal (20--a)

Recentemente, conforme as informações publicizadas no portal do INFOSEG, um novo módulo de pesquisas sobre o desaparecimento de pessoas foi disponibilizado por meio do aplicativo Sinesp Cidadão, para alguns estados da federação. “A expectativa de apoiar de forma efetiva a localização de pessoas desaparecidas possui base nos números positivos de recuperação de veículos roubados e prisão de foragidos da justiça que já estão disponíveis para consulta desde dezembro de 2013 e abril de 2014 respectivamente”, outro fator que contribui para essa expansão na funcionalidade desse aplicativo é o crescente quantitativo de downloads e usuários (BRASIL, 20--d, p. 1).

A “legitimidade” desse aplicativo assenta-se na disposição constitucional (artigo 144, do capítulo III, Título V da Constituição Federal de 1988) na qual a Segurança Pública figura como “dever do Estado, direito e responsabilidade de todos”, para em partes justificar a transferência para os cidadãos de uma atribuição do Estado capitalista.

Toda essa lógica apresentada pelo governo brasileiro na implementação de aplicativos móveis como o Sinesp Cidadão nos remetem, para além de uma visão otimista de que as “ferramentas de TIC têm sido instrumentos auxiliares no esforço

de organização interna e modernização do Estado” (RIDOLFO, 2007), para um contexto ilusório de que a sua efetivação representa uma melhora efetiva e um salto na qualidade no exercício das funções básicas de governo.

Assim, a nova concepção de cidadania que parece fazer parte do discurso da forma do Estado brasileiro passa a ser aquela que considera as NTIC como uma das prerrogativas necessárias para “converter” o indivíduo na sociedade democrática do conhecimento em cidadão ativo. O uso das NTIC pelo governo funcionaria na teoria como um agente catalisador e transformador, mas que de fato não seria responsável por promover uma maior integração social por meio da participação efetiva de sujeitos sociais ativos.

Na contramão disso, a partir do momento em que o Estado transfere para a esfera privada a responsabilidade de atividades que deveriam ser garantidas pelas instituições públicas, ele acaba por reforçar a materialização de uma falsa cidadania, uma vez que a geração de informações e a publicização de fatos relevantes para o convívio em sociedade, não garantem uma relação social igualitária em todos os níveis. Na essência, o que eles garantem é a intensificação da reificação e das relações que tomam como premissa as relações entre coisas inertes o que, claramente, continua a ir de encontro com a perspectiva que toma o cidadão-usuário como ‘cliente’ dos serviços públicos, fato este negado pelo atual governo quanto às políticas de e-gov.

Mesmo ao negar que a origem das políticas de modernização do Estado por meio da utilização das NTIC tem uma forte inspiração neoliberal, é evidente que elas continuam a ir de encontro com o processo de reificação cultural no qual a transformação das relações sociais em coisas se tornou uma segunda natureza do ser humano, em que “as próprias coisas mudaram e estão irreconhecíveis”, apagando os traços da produção dos objetos, da mercadoria assim produzida (JAMESON, 1996, p. 64).

Vale destacar que o objetivo de democratização por meio da aplicação das NTIC por parte dos governos é um aspecto que deve ser ponderado e questionado. Garantir a participação dos cidadãos neste cenário encontra suas barreiras na própria matriz histórica brasileira marcada pela hierarquia e desigualdade das relações sociais que gera novas formas de sociabilidade e uma cultura autoritária de exclusão, conforme Dagnino (1994).

Além desses fatores, a oferta de serviços públicos por meio da modernização dos aparelhos do Estado ainda possibilita que a gestão estatal mantenha o controle e a dominação, ao intensificar sua ação censória por meio da manutenção do poder de “filtragem”. Diferentemente das ideias advindas do avanço da internet e da sua potencial possibilidade de fazer com que surja um novo tipo de independência, “o impulso de inserir leis do mundo físico no virtual é universal entre as nações, desde as mais democráticas até as mais autoritárias” (SCHIMDT; COHEN, 2013).

Entendendo ainda que “as novas tecnologias de comunicação prometem atenuar e talvez mesmo de dissolver a distinção entre a esfera doméstica e a esfera pública” (FEENBERG, 2014, p. 209), na era da globalização neoliberal “o imperialismo é potencializado por intermédio de mecanismos oriundos das tecnologias de informação e comunicação que, longe de serem neutras, desdobram-se tanto em controle midiático quanto em contaminação e invasão cultura do *american way of life*” (FARIAS, 2013, p. 85).

Assim, com base no entendimento do processo de comunicação como um todo, é possível afirmar que a utilização desses aplicativos pelo Estado constituem formas unilaterais de comunicação, na medida em que os indivíduos já não se relacionam mais entre os comuns, mas sim por meio das máquinas, das tecnologias, que fazem, concomitantemente, com que a dominação se torne cada vez mais natural. Conclui-se que “hoje, a dominação eterniza-se e amplia-se não só mediante a tecnologia, mas como tecnologia, e esta proporciona a grande legitimação ao poder político expansivo, que assume em si todas as esferas da cultura (HABERMAS, 2009, p. 49).

É desse modo que ocorre o intenso processo de tecnicização do mundo da vida por meio da relação desses aparelhos tecnológicos com o cotidiano. Habermas (1994, p. 40) aponta que todo o tempo os indivíduos se deparam com os produtos tecnológicos como sendo aparelhos domésticos e de primeira necessidade. Ora, “a racionalidade incarnada nos aparelhos tecnológicos reencontram a especificidade dos modos de vida simbolicamente estruturados”, e as restrições formais própria da tecnologia são reduzidas por meio do intermédio do dinheiro e do poder.

Conclusão

Inserido em um contexto marcado pela globalização neoliberal e pela mudança em relação ao papel desenvolvido pelo Estado, as políticas públicas se tornaram aspecto fundamental para reforçar os interesses não só do mercado, mas também da classe trabalhadora. Assim, soma-se a isto a implementação das políticas públicas de comunicação com o objetivo de atender a necessidade de garantir o direito à informação e envolver o cidadão de maneira diversa, participativa ao estabelecer um fluxo de relações comunicativas entre Estado e sociedade.

Portanto, mostrou-se neste capítulo os principais aspectos que norteiam a implementação das políticas públicas de comunicação, com foco especial para aquelas que fazem parte do chamado governo eletrônico. É com relação a este e-gov, que as NTIC ganham destaque por meio do potencial de inovação e até mesmo pela falácia de que elas auxiliariam, sobremaneira, na prestação de serviços públicos e como meio de relacionamento com o cidadão.

No entanto, o que podemos apreender por meio do entendimento da matéria exposta, é que a política de governo eletrônico segue os padrões impostos pela globalização neoliberal, uma vez que as NTIC podem e são usadas como forma de poder, de manutenção do controle e como um instrumento que propaga a ideologia das classes dominantes. São estas características que se apresentam de fato no aplicativo Sinesp Cidadão, que como consta no seu nome, foi idealizado para o cidadão com o intuito de transformá-lo em mais um agente para manter a ordem, função eminentemente estatal.

Logo, ao submeter sua lógica no mundo privado dos indivíduos ele se efetiva no isolamento e na passividade muitas vezes deplorável dos receptores frente a uma enunciação do poder que faz com que estes não percebam muitos desses atos como uma questão política, mas sim como um material significativo submetido à aprovação individual ou coletiva.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a Revolução Industrial no século XVIII até os dias de hoje, inúmeras mudanças já aconteceram com as tecnologias de informação e comunicação e principalmente com a sociedade, que encontrou novas formas para se comunicar diante a vida agitada e de quebrar as barreiras não mais impostas com o advento da globalização neoliberal. A mobilidade surge como uma necessidade para uma sociedade que se tornou cada vez mais imediatista e consumista.

É assim que essa cultura da mobilidade, como pertencente da evolução da cultura humana como um todo, encontra hoje o seu ápice ao possibilitar a ampliação da relação espaço-tempo, no sentido de que a mobilidade informacional e o deslocamento de pessoas ao redor do mundo se tornaram necessidades correlatas e essenciais para consolidar a formação de uma aldeia global hiperconectada.

Hodiernamente, tal mobilidade baseia-se na virtualidade, nas redes telemáticas e nos dispositivos de conexão móvel e sem fio (LEMOS, 2011), que se tornaram expressões de uma cultura que não é neutra e muito menos natural. É justamente por meio dessas redes e dos seus dispositivos convergentes que o processo de dominação e reificação vai ganhar novos contornos na pós-modernidade, mais precisamente é claro, por meio da sua utilização por parte dos Estados como forma de garantir a soberania e de manter e agravar a desigualdade entre as classes.

Mas essa mudança do estilo de vida dos indivíduos e em especial da classe dos trabalhadores tem relação com o modo com que o Estado se apresenta. Para além dos aspectos da mobilidade, todo o século XX foi marcado por uma grande onda de transformações que proporcionaram rupturas com velhos padrões. Foi após a segunda Guerra Mundial, por exemplo, que o Estado de Bem-Estar Social se consolidou nos países do centro e fez surgir questões que ganharam novos contornos desde então; foi a partir da luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho que deu-se mais atenção à temática da proteção social.

Esse fato não significou uma real mudança na vida dos trabalhadores, mas se consagrou pela inauguração de uma nova forma de fazer política e de controlar as massas subalternas. Logo, mesmo possibilitando benefícios que de fato se tornaram extremamente válidos, as políticas keynesianas em favor do pleno emprego não representaram somente uma medida para estabilizar os salários e diminuir a taxa de desemprego, mas sim tinha o objetivo de manter o ritmo de crescimento do capital e o padrão de dominação.

Assim, entendemos que a classe trabalhadora foi desde muito cedo influenciada e orientada em favor dos interesses da burguesia detentora do poder. Desta maneira, ao longo da experiência do Estado de Bem-Estar Social percebe-se que a classe dominante garantiu o seu lugar privilegiado por meio de compensações como a garantia do pleno emprego, dos salários, fundamentais para garantir as rendas do capital, bem como das políticas de redistribuição de renda, que em certo momento serviram como uma forma de contenção que desencadeou até mesmo a ideologia do fim da ideologia. É com esse mesmo viés classista que o Estado pós-moderno, marcado pela mundialização do capital e pela dominância do financeiro, propaga a ideologia do mercado livre e eterno ao garantir um mundo de possibilidades quanto aos bens de consumo, mas apenas uma ínfima preocupação quanto às verdadeiras necessidades sociais básicas dos trabalhadores.

Impulsionado então pela lógica prescrita pela ordem econômica, o que predomina na ideologia neoliberal é a concepção do ter em detrimento do ser, no sentido de que, cada vez mais, o que passa a ter importância na pós-modernidade são as relações mediadas pelas trocas, são os objetos, e no caso, as tecnologias que possibilitam o contato a qualquer hora e de qualquer lugar. Este intenso processo de mercantilização que atinge todos as áreas da vida privada, “designa a tendência estrutural no capitalismo em que questões de valor são transformados em objetos com um preço que podem, potencialmente, serem vendidos no mercado” (JAMESON, 2009, p. 257).

Logo, o Estado pós-moderno se consagrou por meio de suas políticas que mantêm o intuito primeiro de satisfazer aos interesses do capital face às necessidades dos indivíduos. À medida em que o Estado reorientou sua gestão em direção à maximização da taxa de lucro, promovendo recuo das restrições que lhe haviam sido impostas e restabelecendo as rendas especificamente capitalistas, as

desigualdades patrimoniais foram reforçadas. Assim, a sociedade capitalista, baseada em formas arcaicas de dominação e de exploração e por meio do movimento neoliberal que tende a desenvolver camadas relativamente reduzidas de pessoas que concentram nas suas mãos o poder de decisão, encontra subsídios mais do que suficientes para pregar a volta ao reino do privado e promover as bases fundamentais para a dominação por meio de práticas individualistas e reificadas.

Desse modo, a partir do momento que o sistema se fortalece, ele acaba encontrando subsídios mais que necessários para submeter aos seus imperativos a forma de vida privada, feita por meio de interferências e influências no espaço vital dos trabalhadores que, envoltos de compensações, passam a se ver aparentemente melhor do que nunca. À medida que a quantidade de bens a eles oferecidos aumenta e que novos padrões de vida surgem, de nada adianta-lhes negar a reificação, já objetivamente fixada por meio do processo de subordinação da consciência à racionalidade capitalista.

Logo, a realidade brasileira não está distante desse quadro. No Brasil, desde cedo sofremos a influência do processo de dominação e dependência entre nações, que se efetivam por meio das imposições feitas do centro para as periferias, e que se manifestam ainda hoje por meio de uma forte submissão econômica diante os mercados globalizados. Foi por meio da efetiva aplicação do receituário neoliberal, da liberalização financeira e comercial, da desregulamentação do mercado e da privatização de empresas privadas que as já graves fissuras sociais se tornaram ainda mais pulsantes e que as desigualdades de renda se efetivaram.

Mais uma vez afirmamos que a questão relativa a singularidade da forma do Estado pós-moderno brasileiro em sua essência em si e para si deverá ser delineada a partir de uma análise mais detalhada e mais aprofundada em um próximo momento. Aqui, no entanto, nos concentramos nos esforços de apreender essas singularidades por meio das formas fenomênicas governamentais. Quanto ao aspecto da crise acreditamos que o seus efeitos deverão ser sentidos justamente no segundo mandato da presidente Dilma, como já assinalam os índices e as projeções econômicas.

Destarte, foi com o mesmo intento de responder as tendências da globalização neoliberal que assinalou para uma mudança em relação ao papel desenvolvido pelo Estado, que as políticas públicas se tornaram aspecto

fundamental para reforçar os interesses não só do mercado, mas também da classe trabalhadora. Assim, soma-se a isto a implementação das políticas públicas de comunicação com o objetivo de atender a necessidade de garantir o direito à informação e envolver o cidadão de maneira diversa, participativa ao estabelecer um fluxo de relações comunicativas entre Estado e sociedade.

As políticas de governo eletrônico se tornaram realidade por meio da popularização das NTIC e do potencial de modernização que elas poderiam conferir para a máquina pública, ganhando destaque por meio da concepção que as colocam como auxiliares na prestação de serviços públicos e como instrumentos que viabilizam de forma eficaz o relacionamento do Estado com o cidadão.

Porém, com base nas discussões delineadas no decorrer do presente trabalho, chegamos à conclusão que de fato a utilização das NTIC, e em especial dos dispositivos móveis digitais e seus aplicativos, potencializam certas formas de reificação e de dominação sistêmica, ao submeter sua lógica no mundo privado dos indivíduos de forma unilateral, enfraquecendo a relação direta entre os indivíduos e favorecendo a relação entre os homens por meio das máquinas, intensificando ainda a interpenetração de maneira decisiva entre as esferas públicas e privadas.

Cabe ressaltar que este trabalho se configura como um estudo que tenta fazer uma análise concreta de uma situação concreta, mas que se depara, no entanto, com uma dificuldade própria de um tema novo, relevante e que está longe de ser exaurido. Dessa forma, essa dissertação representa apenas o início de um estudo que nos confere a possibilidade de ainda ser aprofundando e detalhado em pesquisas posteriores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGLIETTA, Michel. Capitalism at the turn of the century: Regulation Theory and the challenge of social change. In: **New left review**. Number 232, USA, November/December 1998.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

AZAÏZ, Christian; CORSANI, Antonella; DIEUAIDE, Patrick (eds.) **Vers un capitalisme cognitif**: entre mutations du travail et territoires. Paris: L'Harmattan, 2001.

BLOCH, Ernst. **Le principe espérance**: les épures d'un monde meilleur. Paris: Gallimard, 1982.

BRASIL. **Sociedade da Informação no Brasil**: Livro Verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

_____. Secretária de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2014**: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Brasília: Secom, 2014.

_____. **Guia de aplicativos** – Governo Federal. 20--a. Disponível em: <<http://www.aplicativos.gov.br/>>. Acesso em: 02 out. 2014.

_____. **Sinesp Cidadão** – Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, 20--b. Disponível em: <<https://www.sinesp.gov.br/sinesp-cidadao>>. Acesso em: 10 out. 2014.

_____. **Histórico**: conheça a história da Rede INFOSEG, 20--c. Disponível em: <<http://www.infoseg.gov.br/paginas/rede-infoseg/historico>>. Acesso em: 10 out. 2014.

_____. Rede INFOSEG – Secretaria Nacional de Segurança Pública: **Notícias**, 20--d. Disponível em: <<http://www.infoseg.gov.br/paginas/rede-infoseg/historico>>. Acesso em: 10 out. 2014.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia**: de Gutenberg à Internet. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

BRUNO, Miguel. **Brasil 2013**: anatomia de um modelo e inventário de suas (des)ilusões. Revista Carta Maior, 28/08/2013, p.1.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Vol I. 14ª reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

CHAIN, Ali, et al. **E-gov.br**: a próxima revolução brasileira. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

CHAMUSCA, Marcello. **Processos infocomunicacionais e dinâmicas territoriais e sociais das cibercidades contemporâneas**: o exemplo de Salvador. Salvador: Universidade Católica de Salvador, 2010. (Dissertação Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social).

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. A "nova economia": Uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense. In: CHESNAIS, François et al. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003. (Seminário marxista: questões contemporâneas).

CORSANI, Antonella. Eléments d'une rupture: l'hypothèse du capitalisme cognitif. AZAÏZ, Christian; CORSANI, Antonella ; DIEUAIDE, Patrick (eds.). **Vers un nouveau capitalisme cognitif**: entre mutations du travail et territoires. Paris: 2001. p. 173-189.

COSTA, Edmilson. **A crise econômica mundial, a globalização e o Brasil**. São Paulo: ICP, 2013.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina (org.). **Anos 90**: política e sociedade no Brasil, São Paulo: Brasiliense, 1994.

DUJISIN, Rodrigo Araya; VIGÓN, Miguel A. Porrúa. **América Latina Puntogob**: casos y tendencias en gobierno electrónico. Santiago (Chile): FLACSO, 2004.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. Superação da crise, ameaças de crises e novo capitalismo. In: CHESNAIS, François et al. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003. (Seminário marxista: questões contemporâneas).

EISENBERG, J. Internet Popular e Democracia nas Cidades. In: **Revista IP – Internet Pública**, Belo Horizonte, n. 1, p. 7-24, jun. 1999.

ESPING-ANDERSON, G. **The three worlds of welfare capitalism**. Princeton: Princeton University Press, 1990.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado Capitalista**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

FARIAS, Flávio Bezerra de. **A Globalização e o Estado Cosmopolita**: as antinomias de Jürgen Habermas. São Paulo: Cortez Editora, 2001a.

_____. **O Estado capitalista contemporâneo**: para a crítica das visões regulacionistas. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001b.

_____. A descoberta do Estado brasileiro. In: LIMA, Marcos Costa (org.). **O lugar da América do Sul na nova ordem mundial**. São Paulo: Cortez, 2001c.

_____. A Economia Política do Financeiro. **Revista de Políticas Públicas**, v. 7, n. 2, pp. 141-174, jul./dez. 2003a.

_____. Na direção de uma nova economia: para a crítica do social-liberalismo brasileiro. In: **Outubro** – Revista do Instituto de Estudos Socialistas. São Paulo, n. 9, 2º semestre, 2003b.

_____. **O modo estatal global**: crítica da governança planetária. São Paulo: Xamã Editora, 2013.

_____. **La crise globale e il feticcio della regolamentazione dell'esperienza europea e in quella del Sud America**. Seminário Lo sviluppo industriale in Italia nel contesto europeo, Universidade de Ferrara, 11/04/2014, diapositivo nº 15, Disponível em: [unife.it/centri/centro/cde/news/material/Presentazione.Bezerra.pdf] Acesso em 09 nov. 2014.

FEENBERG, Andrew. **Pour une théorie critique de la technique**. Québec: Lux Éditeur, 2014.

FEIJÓO, José Carlos Valenzuela. O Estado neoliberal e o caso mexicano. In: LAURELL, Asa Cristina (org.). **Estado e Políticas sociais no neoliberalismo**. 5. ed. São Paulo: Cortes, 2009.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. 5 ed. São Paulo: Globo, 2005.

FREITAG, Bárbara. **Habermas e a Teoria da Modernidade**. Caderno CRH, Salvador, vol. 8, n. 22, 1995, p. 138-163.

FUGINI, M. G. et al. **Por que é difícil fazer o verdadeiro “Governo-eletrônico”**. Revista Produção, v. 15, n. 3, p. 300-309, Set./Dez. 2005.

GABRIEL, Martha. **Marketing na Era Digital**. São Paulo: Novatec Editora, 2010.

GARO, Isabelle. **L’or des images : art – monnaie – capital**. Paris : Édition La Ville Brûle, 2013.

GOLDMANN, Lucien. **La Création Culturelle dans la Société Moderne**. Paris: Éditions Denoël, 1971.

_____. **Lukács et Heidegger: pour une nouvelle philosophie**. Paris: Éditions Denoël, 1973.

_____. **Dialética e Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Epistemologia e filosofia política**. Porto: Editorial Presença, 1984.

HABERMAS, Jürgen **Teoría de la Acción Comunicativa**. Vol. II. Madri: Taurus, 1987.

_____. **Ensayos Políticos**. Barcelona: Ediciones Península, 1988.

_____. **Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

_____. **Textes et Contextes: Essais de reconnaissance théorique**. Paris: Les Éditions du Cerf, 1994.

_____. **Après l’État-nation: une nouvelle constellation politique**. Paris: Fayard, 2000.

_____. **Técnica e ciência como “ideologia”**. Lisboa: Edições 70, 2009.

HOHLFELDT, Antonio. As origens antigas: a comunicação e as civilizações. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga. **Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências**. 7.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Editora Ática, 1996.

_____. **Valences of the dialectic**. Londres / Nova York: Verso, 2009.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialética**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LEMOS, André. Cibercultura e Mobilidade: a Era da Conexão. **Razón y Palabra** – Revista Digital Especializada en Comunicología en Iberoamérica. Ano 9, n. 41. México, 2004. Disponível em: <<http://www.razonypalabra.org.mx/anteriores/n41/alemos.html>>. Acesso em: 12 mar. 2012.

_____. Comunicação e práticas sociais no espaço urbano: as características dos Dispositivos Híbridos Móveis de Conexão Multirredes (DHMCM). In: **Revista Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, v.4, n.10, p.23-40, jul 2007a. Disponível em: <<http://www.andrelemos.info/artigos/DHMCM.pdf>>. Acesso em: 07 maio 2012.

_____ (org.). **Cidade digital: portais, inclusão e redes no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007b.

_____. Cultura da Mobilidade. In: BEIGUELMAN, Giselle; FERLA, Jorge La (orgs.). **Nomandismos tecnológicos**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIEDTKE, Paulo Fernandes. Políticas Públicas de comunicação e o controle da mídia no Brasil. **Em Tese** - Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, vol. 1, n. 1, p. 36-69, ago./dez. 2003.

LIPIETZ, Alain. The fortunes and misfortunes of post-fordism. In: ALBRITTON, Robert et al. **Phases of Capitalist Development: booms, crises and globalizations**. Great Britain: Palgrave Macmillan, 2001.

LOJKINE, Jean. Alternativas em face a mundialização: a instituição municipal, mediação entre empresa e sociedade. In: RAMOS, Maria Helena Rauta (org.). **Metamorfoses sociais e políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MACHADO, Luiz Toledo. A Teoria da Dependência na América Latina. **Estudos Avançados**. vol.13 n.35 São Paulo Jan./Apr. 1999.

MACIEL, David. **De Lula à Dilma Rousseff: crise econômica, hegemonia neoliberal e regressão política.** 2012. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2012/trabalhos/7355_Maciel_David.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2014.

MANDEL, Ernest. **Socialismo x Mercado.** São Paulo: Ensaio, 1991.

MARICATO, Hermínia. **É questão urbana, estúpido!** 2013. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1465>>. Acesso em 21 abr. 2014.

MARINI, Ruy. **Dialética da Dependência.** Petrópolis: Vozes, 2000.

MARTINUZZO, José Antônio. **Comunicação, novas tecnologias e informatização da política: o governo eletrônico no Mercosul.** 2006. 320f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal Fluminense, <http://www.btdtd.ndc.uff.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1453>. Acesso em: 11 set. 2013.

_____. Governo eletrônico no Mercosul: o retrato segundo os portais federais de e-gov. In: **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación.** vol. X, n. 1, enero – abr. / 2008.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. (L. I, v. I).

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel.** 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

MATTICK, Paul. **Marx y Keynes: los limites de la economia mixta.** Versión digital, 2009.

MATOS, Heloísa. **Capital Social e Comunicação: interfaces e articulações.** São Paulo, Summus, 2009.

_____. **Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas.** São Paulo: ECA/USP, 2012.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Dez anos de governo petista e a consolidação da dominação burguesa no Brasil.** 2013. Disponível em: <<http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/06/M-Badar%C3%B3.pdf>>. Acesso em: 03 dez. 2014.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MOULIER-BOUTANG, Yann. La troisième transition du capitalisme exode du travail productif et externalités. AZAÏZ, Christian; CORSANI, Antonella; DIEUAIDE, Patrick (eds.). **Vers un nouveau capitalisme cognitif**: entre mutations du travail et territoires. Paris: 2001. p. 135-152.

NAVARRO, Vicente. Produção e Estado de bem-estar: o contexto das reformas. In: LAURELL, Asa Cristina (org.). **Estado e Políticas sociais no neoliberalismo**. 5. ed. São Paulo: Cortes, 2009.

NOVELO, Federico. Estado keynesiano e Estado neoliberal. In: LAURELL, Asa Cristina (org.). **Estado e Políticas sociais no neoliberalismo**. 5. ed. São Paulo: Cortes, 2009.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista. O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PARSONS, Talcott. **O sistema das sociedades modernas**. São Paulo: Pioneira, 1974.

PAULRÉ, Bernard. Le capitalisme cognitif. Un nouveau programme de recherche. AZAÏZ, Christian; CORSANI, Antonella; DIEUAIDE, Patrick (eds.). **Vers un nouveau capitalisme cognitif**: entre mutations du travail et territoires. Paris: 2001. p. 7-21.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**: as origens da nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus/Elsevier, 2000.

POSSAMAI, Ana Júlia. **Democratização do Estado Digital**: governança eletrônica e e-participação no ciclo de políticas públicas. 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area9/area9-artigo8.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2013.

POULANTZAS, Nicos. **Estado, poder y socialismo**. 7. ed. Espanha: Siglo Vientiuno Editores, 1987.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. Disponível em: <http://www.memoriasdaresistencia.org.br/cpjr_historiaeconomicadobrasil.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2014.

RAMOS, Maria Helena Rauta. Mutações tecnológicas portadoras de novas potencialidades: as redes de cooperação política. In: RAMOS, Maria Helena Rauta (org.). **Metamorfoses sociais e políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

RAMOS, M. H. Rauta; BARBOSA, M. J. de Souza. Globalização, novas relações econômicas e impactos em cidades brasileiras. In: RAMOS, Maria Helena Rauta (org.). **Metamorfoses sociais e políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

RAMOS, Murilo César. Comunicação, direitos sociais e políticas públicas. In: MAQUES DE MELO, J.; SATHLER, L. **Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação**. São Bernardo do Campo: Umesp, 2005.

REICH, Robert B. **Supercapitalismo**: como o capitalismo tem transformado os negócios, a democracia e o cotidiano. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

RIDOLFO, José O. de T (coord.). **Fórum Nacional de Tecnologia da Informação**: o Estado, as novas tecnologias da informação e das comunicações e a distribuição da cidadania. São Paulo: CUBZAC, 2007.

RÜDIGER, Francisco. A Escola de Frankfurt. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga. **Teorias da Comunicação**: conceitos, escolas e tendências. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

SALVADOR, Evilasio. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 104, p. 601-602, out./dez. 2010.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1993.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. Os processos da globalização. In: SANTOS, Boaventura de S. **A globalização e as ciências sociais**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Reginaldo de Souza, et al. Compreendendo a natureza das políticas do Estado capitalista. **Revista de Administração Pública**. vol.41, nº.5, Rio de Janeiro, Set./Out. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122007000500002&script=sci_arttext>. Acesso em: 02 set. 2013.

SCHMIDT, Eric; COHEN, Jared. **A nova era digital**: como será o futuro das pessoas, das nações e dos negócios. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2013.

SÉNÉCHAL, Clément. **Médias contre médias**: la société du spectacle face à la révolution numérique. Paris: Les Prairies Ordinaires, 2014.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SINGER, Paul. A necessidade de construir a hegemonia do trabalho. In: **Seminário Desemprego**: Desafios e perspectivas na virada do século. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

TENORIO; J. R. Núñez. **Metodologia de las ciencias sociales**. Barcelona: Alfadil Ediciones, 1989.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

TOLEDO, Enrique de la Garza. Neoliberalismo e Estado. In: LAURELL, Asa Cristina (org.). **Estado e Políticas sociais no neoliberalismo**. 5. ed. São Paulo: Cortes, 2009.

UNITED NATIONS. **E-Government Survey 2012**: E-Government for the People. New York, 2012.

URIBE RIVERA, Francisco Javier. **Agir Comunicativo e Planejamento Social**: Uma crítica ao enfoque estratégico. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.

VALENTE, Leonardo. **Política externa na era da informação**: O novo jogo do poder, as novas diplomacias e a mídia como instrumentos de Estado nas relações internacionais. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

VALIER, Jacques. **Brève histoire de la pensée économique**: d'Aristote à nous jours. Paris: Éditions Flammarion, 2005.

VIOTTI, Eduardo Baumgratz. **A economia e o Estado capitalista**. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

WALLERSTEIN, Immanuel. Mundialização ou era de transição? Uma visão de longo prazo da trajetória do sistema-mundo. In: CHESNAIS, François et al. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003. (Seminário marxista: questões contemporâneas).

WEBER, Max. **Economia y sociedad**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.